



Ofício 427/2019
Ibitinga, 20 de Maio de 2020.

Assunto: Responde requerimento 127/2020, da ilustre vereadora Alliny Sartori, onde requer relatório referente ao estudo realizado sobre o trabalho infantil.

Ilustríssimo Presidente,

Acusamos o recebimento do Requerimento 127/2020 (Protocolo 965/2020), onde requer relatório referente ao estudo realizado sobre o trabalho infantil.

Segue em anexo, como parte integrante da presente resposta, a nota técnica sobre a questão para apreciação do nobre edil.

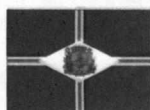
Atenciosamente,

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES
Prefeita Municipal

Exmo. Sr

José Aparecido da Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Ibitinga





Ibitinga, 08 de Maio de 2020.

Ofício N° 072/2019

Assunto: Resposta do Requerimento n° 127/2020 de autoria da nobre Vereadora Alliny Sartori

A Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal da Estancia Turística de Ibitinga, através de sua Secretária, vem por meio deste, encaminhar todo **Diagnóstico do Trabalho Infantil AEPETI do Município de Ibitinga- SP**. Segue em anexo todos os dados.

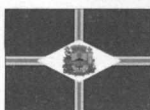
Atenciosamente,

Renata Gisele de Oliveira Jacob
Secretária de Desenvolvimento Social

Exma. Srª

Cristina Maria Kalil Arantes

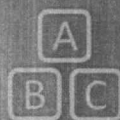
Prefeita Municipal da Estância Turística de Ibitinga



Volume 01

DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL AEPETI DO MUNICÍPIO DE IBITINGA - SP

Introdução ao Diagnóstico do Trabalho Infantil AEPETI e
Pesquisa de Percepção com Crianças e Adolescentes



DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL AEPETI DO MUNICÍPIO DE IBITINGA-SP



Volume 01

**Introdução ao Diagnóstico do Trabalho Infantil AEPETI e
Pesquisa de Percepção com Crianças e Adolescentes**

1ª Edição
Ibitinga, 2019
(Versão preliminar – maio 2019)

DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL AEPETI DO MUNICÍPIO DE IBITINGA-SP

Volume 01

Introdução ao Diagnóstico Social com Ênfase no Trabalho
Infantil e Pesquisa com Crianças e Adolescentes

Idealização:



IBITINGA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

Realização

painel
Pesquisas e Consultoria

Financiamento

 **PETI**
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL DE IBITINGA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Registro em andamento...

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Registro em andamento...

Gestão Municipal de Ibitinga-SP

Cristina Maria Kalil Arantes
Prefeita Municipal

Frauzo Ruiz Sanches
Vice-prefeito Municipal

Renata Gisele de Oliveira Jacob
Secretária de Desenvolvimento Social

Celso Roberto Domingues
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico do Trabalho Infantil AEPETI

Maria Carolina Endres Longhini
Coordenadora da Comissão do Diagnóstico do Trabalho Infantil AEPETI

Ana Paula Hermida Sacomano
Coordenadora CREAS

Maria Carolina Endres Longhini
Coordenadora CRAS

Eduardo Lopes Seino
Secretário de Planejamento

Cláudia Aparecida Cicoti Silva
Supervisora Secretaria da Educação

Cristina Ap. Garcia Rodrigues de Godoy
Conselheira Tutelar

Eduardo Maciel Crespilho
Promotor de Justiça

Rosângela Maria Lenharo
Assistente Social Judiciário

Lucas Pascoal Luiz
Diretor Secretaria de Comunicação

Osmar Margadona Junior
Secretário de Esporte

Marcos Aparecido Rodakewisk
Secretário de Cultura

Roseli da Fátima Mochi
Diretora Serviço Autônomo Municipal de Saúde

PREFÁCIO

EPÍGRAFE

O Diagnóstico do Trabalho Infantil Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) realizado no município de Ibitinga é um estudo com metodologia desenvolvida pela empresa Painel Pesquisas e Consultoria que oferece aos gestores públicos e à sociedade, informações sobre a realidade em que as crianças e os adolescentes residentes no Município estão inseridas.

Com os resultados deste Diagnóstico do Trabalho Infantil AEPETI, será possível conhecer as realidades e quais as áreas do município de Ibitinga que merecem prioridade de atenção no processo de elaboração das políticas públicas. Os resultados deste estudo estão apresentados em dois volumes, a saber:

Volume 01 – Contempla as informações introdutórias do Diagnóstico Social, os dados do perfil socioeconômico do Município, dados do trabalho infantil obtidos a partir de fontes secundárias, informações sobre as notificações da rede de atendimento, os resultados da pesquisa de percepção realizada de forma presencial com crianças e adolescentes com idade de 10 a 17 anos e, ainda, os resultados das oficinas realizadas com a rede de atendimento;

Volume 02 – Neste volume, estão inseridas as informações sobre o mapeamento da rede de atendimento do município de Ibitinga, e as informações complementares das demandas sociais das instituições, relacionadas com o trabalho infantil.

Cada volume está organizado em partes que, por sua vez, estão subdivididas em capítulos para organizar e estruturar a apresentação dos resultados.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Ibitinga.....	27
Tabela 2 – População urbana e rural.....	27
Tabela 3 – Densidade domiciliar	28
Tabela 4 – População na faixa etária de 0 a 17 anos	29
Tabela 5 – População na faixa etária de 0 a 5 anos	30
Tabela 6 – População na faixa etária de 6 a 11 anos	31
Tabela 7 – População na faixa etária de 12 a 17 anos	32
Tabela 8 – População na faixa etária de 0 a 17 anos por sexo	33
Tabela 9 – Adolescentes responsáveis	34
Tabela 10 – Razão de Dependência Jovem – RDJ	35
Tabela 11 – Renda per capita domiciliar de 1/8 até 1/4 de salários mínimos (SM).....	36
Tabela 12 – Crianças e adolescentes ocupados na faixa etária de 10 a 17 anos	38
Tabela 13 – Forma de contratação dos adolescentes de 14 a 17 anos ocupados	39
Tabela 14 – Situação escolar das crianças e adolescentes que estavam ocupados.....	39
Tabela 15 – Taxa de notificação de violação ao direito à profissionalização e ao trabalho	40
Tabela 16 – Comparação dos registros por semestre	41
Tabela 17 – Descrição das atividades notificadas.....	41
Tabela 18 – Sexo dos entrevistados	43
Tabela 19 – Faixa etária dos entrevistados	43
Tabela 20 – Raça, cor ou etnia dos entrevistados	43
Tabela 21 – Religião declarada pelos entrevistados.....	44
Tabela 22 – Participa de grupo social	44
Tabela 23 – Tipo do grupo social que participam.....	44
Tabela 24 – Conhece o Conselho Tutelar - CT	45
Tabela 25 – Conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	45
Tabela 26 – Conhecimento do ECA por faixa etária	45
Tabela 27 – Por que não conhece o ECA	45
Tabela 28 – Ouviu falar do ECA na escola.....	46
Tabela 29 – Situação dos adolescentes em relação à escola	46
Tabela 30 – Período que estuda	46
Tabela 31 – Escolaridade das crianças e adolescentes entrevistados	47
Tabela 32 – Local que fica quando não está estudando	48
Tabela 33 – O que faz quando está em casa	48

Tabela 34 – Com quem fica quando não está na escola	49
Tabela 35 – Participa de atividades	49
Tabela 36 – Motivos porquê não participa de atividades esportivas, culturais e de lazer	50
Tabela 37 – Atividade esportiva que participa	51
Tabela 38 – Atividade esportiva que gostaria de participar	52
Tabela 39 – Período e dia da semana que gostaria de realizar atividade esportiva	52
Tabela 40 – Atividade cultural que participa	53
Tabela 41 – Atividade cultural que gostaria de fazer	53
Tabela 42 – Período e dia da semana que gostaria de realizar atividade cultural	54
Tabela 43 – Atividade de lazer que realiza	54
Tabela 44 – Frequenta algum outro curso	55
Tabela 45 – Por que não frequenta curso complementar	55
Tabela 46 – Qual curso frequenta	56
Tabela 47 – Gostaria de fazer algum curso	56
Tabela 48 – Curso que gostaria de frequentar	57
Tabela 49 – Frequenta algum curso de idiomas.....	57
Tabela 50 – Qual idioma que você faz.....	57
Tabela 51 – Realiza alguma atividade.....	58
Tabela 52 – Quais atividades realiza	59
Tabela 53 – Situação de trabalho regular.....	62
Tabela 54 – Outras atividades exercidas por adolescentes que tem situação de trabalho regular	62
Tabela 55 – Faixa etária dos adolescentes em situação de trabalho regular, mas que exercem outras atividades irregulares.....	62
Tabela 56 – Representatividade da faixa etária	64
Tabela 57 – Situação irregular por sexo	65
Tabela 58 – Porque realiza a atividade.....	65
Tabela 59 – Para quem realiza a atividade	65
Tabela 60 – Tempo dedicado à atividade.....	66
Tabela 61 – Frequência que realiza a atividade.....	66
Tabela 62 – Remuneração pela atividade	66
Tabela 63 – Atividade realizada por faixa etária.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 64 – Atividade realizada por região	67
Tabela 65 – Envolvimento com situações ilícitas por faixa etária.....	68
Tabela 66 – Envolvimento com situações ilícitas por sexo	68

Tabela 67 - Cruzamento situação de trabalho com atividade esportiva.....	69
Tabela 68 – Cruzamento situação de trabalho com atividade cultural	69
Tabela 69 – Cruzamento situação de trabalho com outros cursos.....	70
Tabela 70 – Cruzamento situação de trabalho com curso de idioma	70
Tabela 71 – Já participou do Programa Jovem Aprendiz de 14 a 15 anos	71
Tabela 72 – Por que nunca participou do Programa Jovem Aprendiz	71
Tabela 73 – Quanto tempo ficou no Programa Jovem Aprendiz	71
Tabela 74 – Porque saiu do Programa Jovem Aprendiz	72
Tabela 75 – Ramo da atividade de jovem aprendiz	72
Tabela 76 – Faixa etária dos jovens aprendizes.....	72
Tabela 77 - Sexo dos jovens aprendizes	73
Tabela 78 – Situação em relação ao emprego por faixa etária.....	73
Tabela 79 – Porque está procurando trabalho	73
Tabela 80 – Porque não está procurando trabalho	74
Tabela 81 – Motivo alegado por não ter arrumado emprego	74
Tabela 82 – Estimativa do trabalho informal ou eventual com ênfase na atividade doméstica.....	76
Tabela 83 – Estimativa do trabalho informal ou eventual.....	77
Tabela 84 – Estimativa do trabalho realizado na rua	78
Tabela 85 – Estimativa do trabalho perigoso ou insalubre.....	80
Tabela 86 – Estimativa do trabalho em atividades ilícitas	81
Tabela 87 – Estimativa do trabalho noturno	82
Tabela 88 – Estimativa da atividade doméstica com características de exploração do trabalho	83
Tabela 89 – Estimativa de qualquer tipo de trabalho infantil.....	84
Tabela 90 – Perfil do adolescente contratado segundo a RAIS	86
Tabela 91 – Forma de contratação na RAIS	87
Tabela 92 – Perfil das empresas contratantes.....	87
Tabela 93 – Salário recebido pelos contratados segundo a RAIS	87
Tabela 94 – Tempo de contratação segundo a RAIS.....	88
Tabela 95 – Taxa de contratação de adolescentes – RAIS	88
Tabela 96 – Perfil dos jovens do Programa Ação Jovem.....	88
Tabela 97 – Região de residência dos jovens do Programa Ação Jovem	89
Tabela 98 – Perfil dos adolescentes dos estágios do CIEE	90
Tabela 99 – Área dos adolescentes dos estágios do CIEE.....	90
Tabela 100 – Região de residência dos adolescentes estagiários do CIEE	90

Tabela 101 – Perfil dos adolescentes aprendizes do CIEE	91
Tabela 102 – Área de atuação dos adolescentes aprendizes do CIEE.....	91
Tabela 103 – Região de residência dos adolescentes aprendizes do CIEE.....	91

SUMÁRIO

PARTE I	15
1. APRESENTAÇÃO.....	15
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	16
PARTE II	19
3. NOTAS METODOLÓGICAS.....	19
3.1 DIVISÃO TERRITORIAL.....	19
3.2 IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	22
3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	22
3.4 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS UTILIZADAS NA ANÁLISE DOS DADOS.....	23
3.5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	24
PARTE III	25
4. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	25
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO	27
PARTE IV.....	37
6. RESULTADOS SOBRE TRABALHO INFANTIL OBTIDOS A PARTIR DE FONTES SECUNDÁRIAS	37
7. NOTIFICAÇÕES DE TRABALHO INFANTIL REGISTRADOS PELA REDE DE ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO	40
8. RESULTADOS DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	42
8.1 SOBRE O TRABALHO	58
8.2 ANÁLISE DA FORMA DE TRABALHO REGULAR	61
8.3 ANÁLISE DA FORMA DE TRABALHO IRREGULAR.....	62
8.4 CRUZAMENTO DA SITUAÇÃO DE TRABALHO COM ATIVIDADES DE ESPORTE, CULTURA E OUTROS CURSOS	69
8.5 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DE 14 A 17 ANOS.....	71
8.6 PROCURANDO EMPREGO DE 14 A 17 ANOS.....	73
8.7 INDICADORES DE TRABALHO INFANTIL OBTIDOS NA PESQUISA	75
8.7.1 TRABALHO INFORMAL OU EVENTUAL	77
8.7.2 TRABALHO REALIZADO NA RUA.....	78
8.7.3 TRABALHO PERIGOSO OU INSALUBRE	80
8.7.4 TRABALHO EM ATIVIDADES ILÍCITAS	81
8.7.5 TRABALHO NOTURNO	82

8.7.6	ATIVIDADE DOMÉSTICA COM CARACTERÍSTICAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	83
8.7.7	MAPA GERAL DE SITUAÇÕES IRREGULARES DE TRABALHO INFANTIL	84
9.	FISCALIZAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO	85
10.	PROMOÇÃO AO TRABALHO.....	86
PARTE V		92
11.	OFICINA PARA ESTRUTURAÇÃO DOS FLUXOS E PROCEDIMENTOS DA REDE DE PROTEÇÃO COM FOCO NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	92
12.	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	117
13.	APÊNDICE 01	118
14.	APÊNDICE 02	122

PARTE I

Esta primeira parte contempla a apresentação do Diagnóstico do Trabalho Infantil AEPETI de Ibitinga e a contextualização sucinta dos direitos do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), com foco no trabalho infantil.

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico do Trabalho Infantil – AEPETI de Ibitinga é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Município. Fruto de iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, como forma de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade social na qual elas estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território das crianças e adolescentes residentes em Ibitinga, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos e formatados a partir dos eixos de direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e do resultado das pesquisas de percepção, cuja compilação almeja identificar o número e o perfil dos adolescentes sujeitos às situações de trabalho infantil no Município, bem como os principais tipos de trabalho.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados fornecidos por instituições municipais que realizam atendimento ao público em epígrafe, como também de informações secundárias sistematizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque às pesquisas de percepção realizadas no Município com adolescentes e à oficina de discussão com a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA).

Utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque às Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, 2018), assim como foram precisamente seguidas as orientações contidas no Edital Tomada de Preço nº 009/2018.

Ademais, durante o projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento da Painel Pesquisas e Consultoria, e um corpo técnico especializado atuante no Município, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos. No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral e especial em relação às crianças e aos adolescentes, através do artigo 227, em que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O próprio artigo 227 trata de reconhecer e ampliar o rol de direitos fundamentais já expressamente garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal, delineando de forma expressa os eixos de direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, posteriormente incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990.

Aprofundando-se na temática do eixo da profissionalização e a proteção no trabalho, objeto de estudo deste volume, e perquirindo a legislação brasileira vigente, conceitua-se trabalho infantil como a atividade econômica ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remunerada ou não, realizada por criança ou adolescente com idade inferior a 16 anos de idade, ressalvada a condição de aprendiz, a qual é permitida a partir dos 14. Além disso, aos trabalhadores maiores de 18 anos são assegurados determinados direitos, na forma de proteção, sendo proibidos o trabalho noturno, as atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas, ou realizadas em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de adolescentes, e as realizadas em horários e locais que não permitam a frequência à escola. Observa-se que a conquista histórica dos avanços jurídicos no que tange aos direitos das crianças e adolescentes representaram avanços no movimento de combate ao trabalho infantil, fundamentando políticas públicas em âmbito nacional para seu enfrentamento como é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

O programa teve início em 1996, como uma ação do governo federal apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Em seguida sua cobertura foi progressivamente ampliada aos demais estados do país,. A partir de então, o PETI foi progressivamente alcançando todos os estados do país e ganhando espaço nas políticas públicas da assistência social,

principalmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005, período em que houve a integração do PETI com o Programa Bolsa Família (PBF), a inserção do registro e atendimento das famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil por meio de sua inclusão no CadÚnico, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dentre outros.

O programa foi redesenhado em 2014 em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2011-2015), cujo processo foi acompanhado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Assim, sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do programa e na qualificação e atuação da rede de proteção social do SUAS, visando potencializar os serviços socioassistenciais existentes, bem como articular ações com outras políticas públicas, por meio da criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.

Segundos dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de três milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo que mais de um milhão e 600 mil deles possuem menos de 16 anos. Percebe-se que atualmente o trabalho infantil se concentra em atividades de difícil fiscalização e apresenta-se principalmente em atividades informais, na agricultura familiar, no aliciamento pelo tráfico, em formas de exploração sexual, no trabalho doméstico, e em atividades produtivas familiares. Essas formas de trabalho são naturalizadas ou invisíveis, e muitas vezes não são notificadas na rede de atendimento, pois nem sequer são percebidas como trabalho infantil pela sociedade ou até mesmo por gestores públicos.

Em 2015 as ações de combate e enfrentamento ao trabalho infantil são reforçadas pelo governo brasileiro, com a assinatura da Declaração “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, cujo teor estabelece os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, desdobrados em 169 metas, a qual destaca-se a 8.7, a seguir transcrita in verbis:

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicação trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

O alcance das metas contidas nos ODS é um grande desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro, e exige esforço não só de todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – mas cooperação de toda a sociedade civil, da qual fazem parte empregadores, sistema de justiça e entidades fiscalizadoras, instituições de ensino, dentre outras, para que o país consiga avançar no fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Tal fortalecimento compreende o fomento à educação e à participação em atividades culturais e esportivas, o atendimento e acompanhamento das famílias que necessitam do suporte à renda, à qualificação profissional, para que o jovem seja inserido no mercado de trabalho, na idade correta e em atividades de trabalho regulares.

PARTE II

Nesta parte estão inseridas as notas metodológicas, que incluem a divisão territorial e os métodos estatísticos aplicados.

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Este é o primeiro dos dois volumes que integram a coletânea do Diagnóstico do Trabalho Infantil – AEPETI de Ibitinga, em que serão apresentados os resultados dos indicadores sociais, das pesquisas de percepção com as crianças e adolescentes e da oficina realizada com a rede de atendimento.

Nos próximos itens deste volume, serão apresentados a divisão territorial, identificação da rede de atendimento, coleta e tratamento dos dados, técnicas estatísticas utilizadas na análise dos dados e apresentação dos resultados.

3.1 DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território compreende a primeira e uma das mais importantes etapas do projeto, porque sua organização e compilação é determinante para apresentar os resultados estatísticos por regiões com características diferentes entre si.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que a apresentação de dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas que existem entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

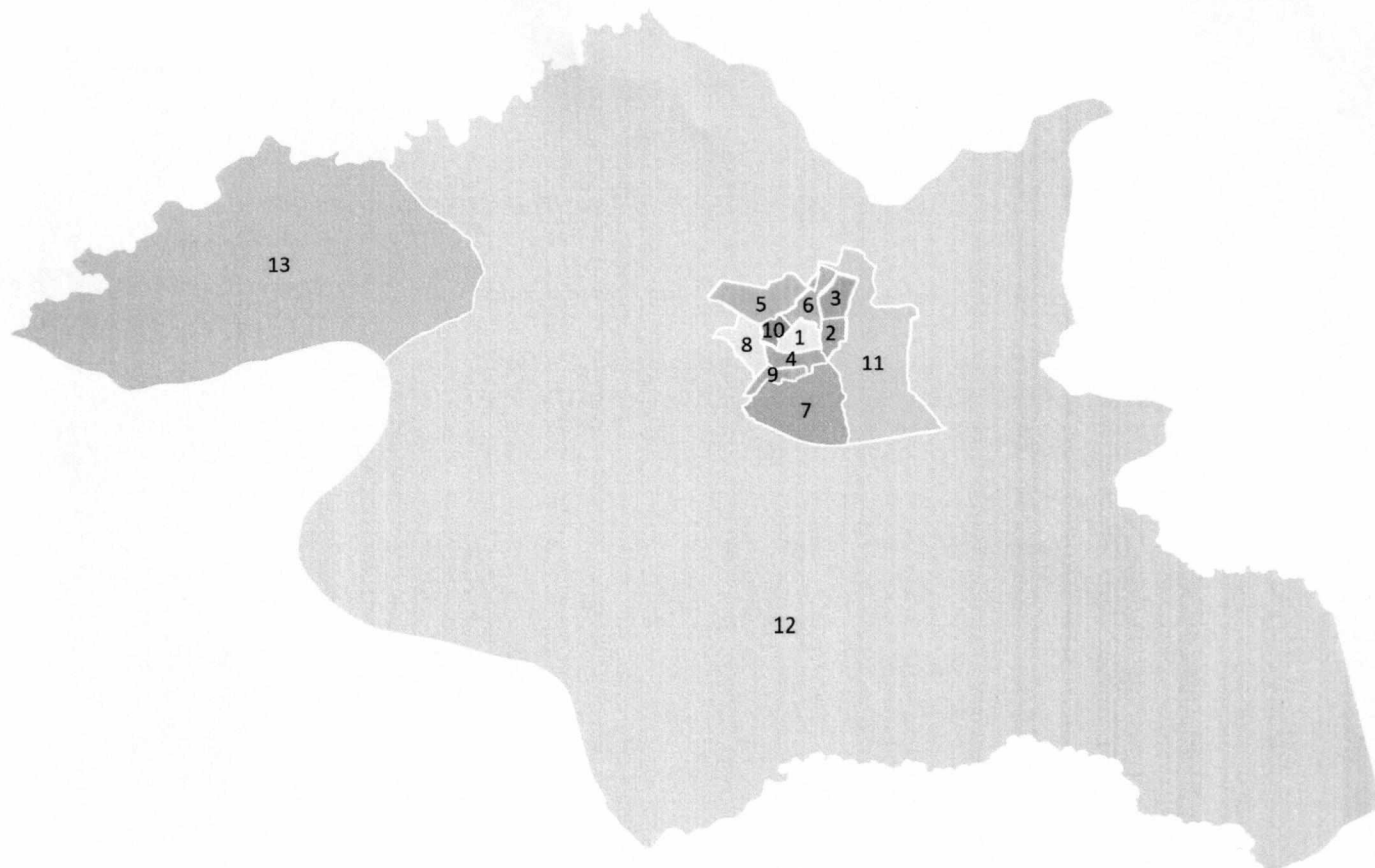
Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário - a divisão territorial de Itajaí foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

Com o auxílio do corpo técnico da empresa Mitra Sistemas e da Secretaria Municipal de Planejamento, a divisão territorial para fins do diagnóstico, resultou em 13 regiões geográficas com perfil socioeconômico mais homogêneo entre si e que estão representadas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Classificação das regiões de Ibitinga.

Cambaratiba	Cambaratiba	Região 5	Almira	Região 8	Altos Pinheiros
Região 1	Centro		Almira I		Bela Vista
Região 2	3 irmãos		Alvorada		Bela Vista Sul
	Bela Vista		Cambuí		Campo Belo
	Pacola		Chácara Alvorada		Formosa
	Rancho Alegre		cidade Canaã		Jardim Natália
	Vila Romana		Jardim do Sol		Paraíso
	Jardim Silvestre		Jardim Idalina		Parque Izilda
	Vila Maysa		Residencial do Lago		Saltinho
Região 3	Aurora		London Park		Santa Catarina
	Chácara Itápolis		Margarida		São Jorge
	Jardim Alvorada		Parque das Águas Canaã		São Judas
	Paineiras		Parque Imperial		Ternura
	Paineiras II		Parque Industrial	Região 9	Vila Formosa
	Parque Minzoni		Planalto		América
	Primavera		Roseira		Distrito industrial I
	Santa Isabel		Jardim São Salvador		Dona Branca
	São Domingos		Terras do Império		Jardim dos Bordados
	Terras de São Joaquim I		Tropical I		Jardim dos Ipês III
	Terras de São Joaquim II		Tropical II		Eldorado
	Vila dos Bancários	Região 6	Guarany		Eldorado II
	Vila Maria		Petrópolis		Eldorado III
Região 4	Jardim do Bosque		São Joao		Europa
	Maria Helena I		São Jose		Nações unidas
	Maria Helena II		Vitória I		Parque Morumbi
	Rafaela II		Vitória II	Região 10	Centenário
	Vila Izolina		Vitória III		Chácara Luiz Branco
	Village Vila Verde	Região 7	Jardim dos Ipês I		Paulista
			Jardim dos Ipês II		Santa Tereza
			Jardim dos Ipês IV		Terra Branca
			Felicidade		Vila Santa Tereza
			Ibirapuera	Região 11	Vila Santo André
			Maria Luiza II		Adriana
			Nova Ibitinga		Alzira
			Paulo de Biazzi		Ângelo de Rosa
			Santa Clara		Filadélfia
			Santo Antônio		Flamboyant
			São Paulo		Ibitinga III
			Verona		Maria Luiza I
					Mirante
					Santo Expedito
					São Benedito
					Taquaral
					Vila Simões
				Região Rural	Coqueiros
					Correguinho
					Monte Alegre
					Palmital
					Riviera
					Santana
					São Manoel
					Tropical Náutico
					Wamicanga

Mapa 1 – Divisão territorial das regiões de Ibitinga.



- 1 Região 1
- 2 Região 2
- 3 Região 3
- 4 Região 4
- 5 Região 5
- 6 Região 6
- 7 Região 7
- 8 Região 8
- 9 Região 9
- 10 Região 10
- 11 Região 11
- 12 Região Rural
- 13 Cambaratiba

3.2 IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no Município, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais e demais instituições governamentais e não governamentais. A coleta de dados primários é dirigida por meio do mapeamento da rede e seu corpo estrutural será apresentado detalhadamente no Volume 02.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a construção deste volume foram coletados dados primários¹ e secundários² no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e do primeiro semestre de 2018, para que fossem comparados o primeiro semestre do ano de 2017 com o de 2018. Além disso, foram coletados dados de 2018 e 2019, quando disponíveis. Portanto, é importante que o leitor, antes de interpretar qualquer tabela, verifique o ano de origem da informação. No Quadro 2 estão relacionadas as fontes dos dados utilizados no diagnóstico.

Quadro 2: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários	Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar
	Fichas de atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS
	Fichas de atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS
	Fichas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV
	Dados dos projetos da Secretaria Municipal de Cultura e de Esporte e Lazer
	Dados da Secretaria Municipal de Educação
Pesquisa documental de dados secundários	Informações das instituições não governamentais vinculadas ou inscritas no CMDCA
	Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados
	Cadastros (CadÚnico) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - CECAD
	Censo Escolar - INEP
	Bases de dados do DATASUS (SIM, SINAN, SINASC) do Ministério da Saúde
RAIS e CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego	
Pesquisas de Percepção e quantitativa	Pesquisa quantitativa com crianças e adolescentes (de 10 a 17 anos) residentes no Município
	Oficina de discussão com a rede de atendimento para elaboração do Plano Municipal de Erradicação ao Trabalho Infantil

1 Dados primários compreendem os dados brutos coletados pela Painel Pesquisas junto aos entes públicos e às instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do Município, sendo que muitos deles encontram-se em fichas físicas.

2 Dados secundários compreendem informações já coletadas, organizadas, sistematizadas e disponibilizadas por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

As pesquisas de percepção, de forma geral, compreendem dados coletados pela Painel Pesquisas e Consultoria a partir de uma metodologia quantitativa para levantar o número e o perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Evidencia-se que, previamente à análise, foram realizados procedimentos de tratamento e padronização para correção dos dados coletados com registros incompletos, duplicados, com erros de digitação ou de qualquer outro tipo de inconsistência que pudessem comprometer a qualidade das bases de dados para análise.

Sua formatação e padronização foi realizada a partir da expertise de trabalho desenvolvida pela Painel Pesquisas e Consultoria, por meio da criação de categorias de agrupamento da informação, fundamentadas a partir dos instrumentais que norteiam as políticas públicas de atendimento ao público objeto deste estudo.

3.4 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS UTILIZADAS NA ANÁLISE DOS DADOS

Todos os dados coletados foram levantados, tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas cuja apresentação será realizada por meio de indicadores sociais e análises descritivas, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compressão, com o objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do Município.

Os indicadores serão apresentados em percentuais ou em taxas por habitantes, sendo que em alguns casos o cálculo foi realizado a partir de mil e em outros a partir de cem mil habitantes, conforme será demonstrado em cada indicador. Ressalta-se que o cálculo é proporcional à população residente na região, o que permite equalizar as regiões independentemente do número de casos, pois estes são analisados proporcionalmente ao total da população residente da região.

A classificação dos indicadores será apresentada com base no método *Quartil*³, o qual divide e ordena os indicadores em cinco partes iguais, conforme Quadro 3 a seguir:

3 TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

Quadro 3 – Ilustração do método Quintil.

Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil
É o valor até ao qual se encontra 100% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 80% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 60% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 40% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 20% da amostra ordenada
Muito alto Indicadores na extremidade superior à <i>Mediana</i> ⁴ = Dos 81% maiores até o 100%	Alto = Dos 61% até os 80% maiores	Médio Indicadores próximos à <i>Mediana</i> = Dos 41% até os 60% maiores	Baixo = Dos 21% até os 40% maiores	Muito baixo Indicadores na extremidade inferior à <i>Mediana</i> = Os 20 % Menores

Além da classificação, serão demonstradas as diferenças entre as regiões, com o objetivo de evidenciar o intervalo entre o menor e o maior indicador. A diferença é calculada com base na seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Maior indicador} - \text{Menor indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Diferença}^5$$

Ressalta-se que quando o menor indicador for igual a zero, a diferença assume o valor do menor indicador do conjunto de indicadores das regiões analisadas.

3.5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das análises estatísticas, apresentados na Parte III, contemplam: um breve histórico e perfil socioeconômico do Município; os resultados sobre trabalho infantil obtidos a partir de fontes secundárias; as notificações registradas pela rede de atendimento do Município; os resultados da pesquisa de percepção realizadas com crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, com destaque às categorias identificadas por tipo de trabalho. E na Parte IV estão inseridas as considerações e recomendações sugeridas pelos técnicos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente que participaram das oficinas.

4 Mediana corresponde ao valor central dos indicadores ordenados de forma crescente, ou seja, é o valor que separa os 50% dos indicadores maiores dos 50% menores.

5 Caso o menor indicador seja igual a “zero”, o valor da diferença assume o valor do maior indicador.

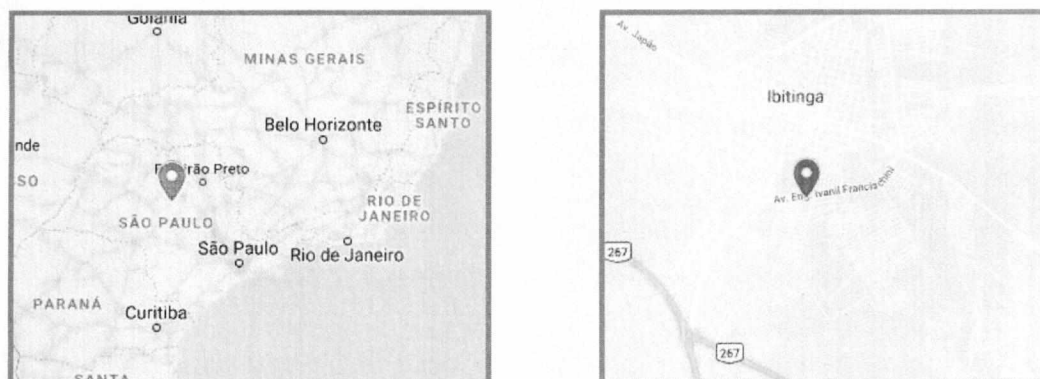
PARTE III

Breve apresentação do perfil do município de Ibitinga com alguns indicadores socioeconômicos e os resultados estatísticos de dados secundários relacionados ao trabalho infantil, coletados de instituições governamentais e não governamentais.

4. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Ibitinga está localizado a 358 km de São Paulo, na microrregião de Araraquara e faz divisa com Itápolis, Tabatinga, Nova Europa, Boa Esperança do Sul, Bariri, Itajú, Jacanga e Borborema. Conforme IBGE 2010, o Município possui 53.158 habitantes e densidade demográfica igual a 77,12 hab/km². Está na posição 97^º dos municípios do estado em relação ao Índice Firjan (FIRJAN 2016)⁶ de Desenvolvimento Municipal tendo 0.83 pontos consolidados, se destacando com alto desenvolvimento nas áreas de saúde e educação.

Figura 1: Localização e Mapa



O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM⁷ está na faixa de Alto, entre 0,700 e 0,799, assumindo o valor em 2010 de 0,747. Em 1991 o IDHM era de 0,521, um aumento de mais de 40% nos últimos 20 anos.

Os componentes do IDHM são a Educação, a Longevidade e a Renda. Perante essas três dimensões, o melhor IDHM é o da longevidade que atingiu, em 2010, 0,846.

⁶Para mais informações acesse: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

⁷ Para mais informações acesse: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ibitinga_sp

Ibitinga é nacionalmente conhecida como a Capital Nacional do Bordado. São cerca de 2.800 estabelecimentos especializados nesse ofício. A fama nacional da pequena cidade do interior paulista se deve a uma senhora portuguesa chamada Dioguina Pires que, para ajudar em casa, começou a bordar itens de cama, mesa e banho e lindas roupinhas de bebê ainda nos anos 1930.

A partir de então, a cidade desenvolveu-se e tornou-se referência em bordados no país, atraindo turistas principalmente no mês de julho, em que acontece a tradicional Feira do Bordado de Ibitinga, com mais de 12.000 m² de espaço para exposição dos principais produtos e tendências do bordado nos stands, além de atividades culturais.

Figura 2: Bordados de Ibitinga



A indústria e o comércio de bordados são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico local nos últimos anos.

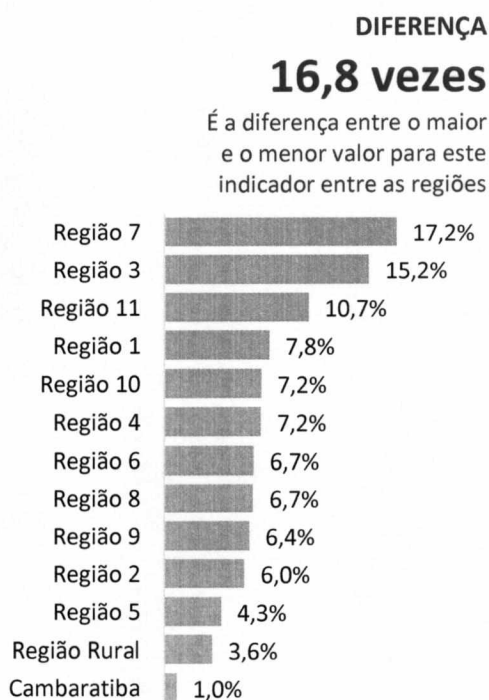
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

No censo demográfico de 2010 Ibitinga contava 53.158 habitantes e, em 2018, segundo estimativa do IBGE, chega a um total de 58.715 habitantes, crescimento 1,31% ao ano, totalizando 10,5% no período 2010 a 2018.

Tabela 1 – População de Ibitinga

Região	2010	(%)
Cambaratiba	515	1,0%
Região Rural	1.913	3,6%
Região 5	2.271	4,3%
Região 2	3.196	6,0%
Região 9	3.381	6,4%
Região 8	3.539	6,7%
Região 6	3.559	6,7%
Região 4	3.830	7,2%
Região 10	3.842	7,2%
Região 1	4.166	7,8%
Região 11	5.711	10,7%
Região 3	8.083	15,2%
Região 7	9.152	17,2%
Ibitinga	53.158	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

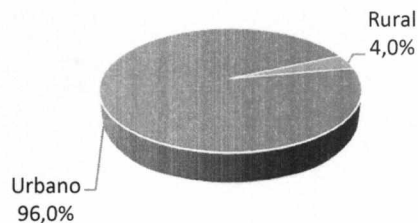


Ibitinga possui apenas 4% da população morando na zona rural.

Tabela 2 – População urbana e rural

Região	Total	(%)
Urbano	51.057	96,0%
Rural	2.101	4,0%
Ibitinga	53.158	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



A densidade domiciliar média de Ibitinga é de 3,2 moradores por domicílio, chegando a 3,4 nas Regiões 7 e 11, e não ultrapassando 3 nas Regiões 10, 1 e Cambaratiba.

Tabela 3 – Densidade domiciliar

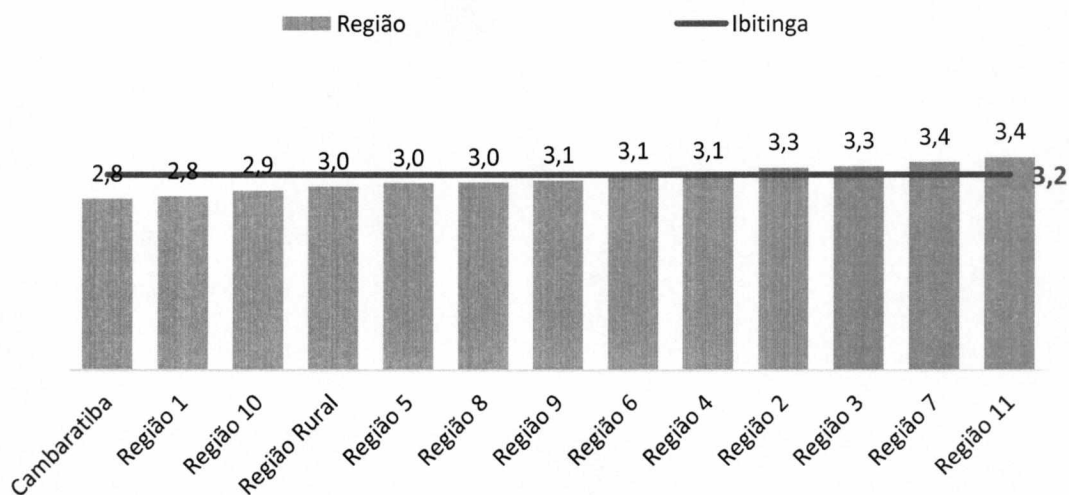
Região	Total	Densidade
Cambaratiba	186	2,8
Região 1	1.480	2,8
Região 10	1.323	2,9
Região Rural	644	3,0
Região 5	751	3,0
Região 8	1.167	3,0
Região 9	1.102	3,1
Região 6	1.134	3,1
Região 4	1.220	3,1
Região 2	976	3,3
Região 3	2.452	3,3
Região 7	2.726	3,4
Região 11	1.661	3,4
Ibitinga	16.823	3,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

DIFERENÇA:

0,2 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões



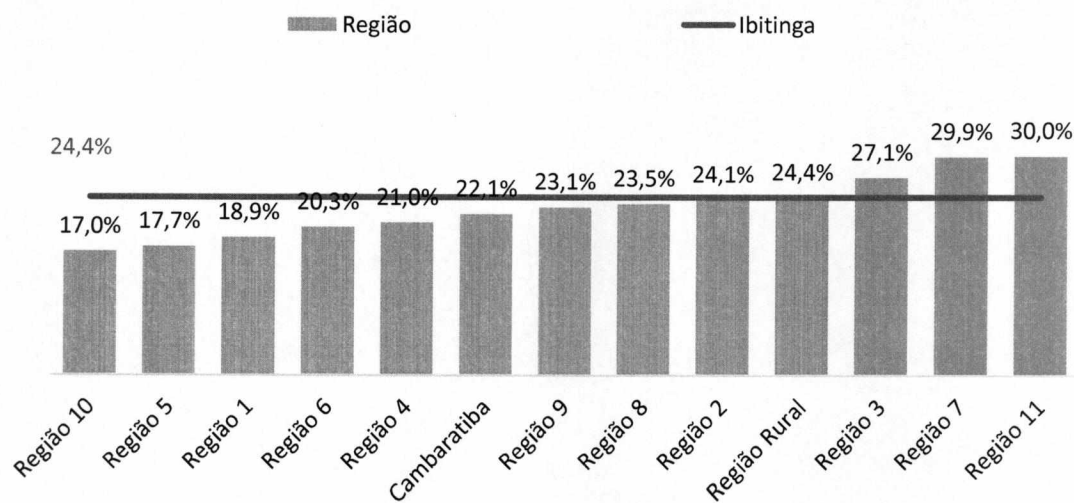
A população de 0 a 17 anos de Ibitinga é de 12.994 crianças e adolescentes, representando 24,4% da população total. Entre as regiões, a mais populosa é a Região 7 com 21,1% de crianças e adolescentes nesta faixa etária.

Tabela 4 – População na faixa etária de 0 a 17 anos

Região	De 0 a 17 anos		
	Total de 0 a 17 anos	(%) Total	(%) Região em cima do total populacional
Região 10	654	5,0%	17,0%
Região 1	737	5,7%	17,7%
Região 6	673	5,2%	18,9%
Região 5	462	3,6%	20,3%
Cambaratiba	108	0,8%	21,0%
Região 4	847	6,5%	22,1%
Região Rural	441	3,4%	23,1%
Região 9	795	6,1%	23,5%
Região 8	852	6,6%	24,1%
Região 2	779	6,0%	24,4%
Região 3	2.189	16,8%	27,1%
Região 11	1.709	13,2%	29,9%
Região 7	2.748	21,1%	30,0%
Ibitinga	12.994	100,0%	24,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

DIFERENÇA:
0,8 vezes
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões



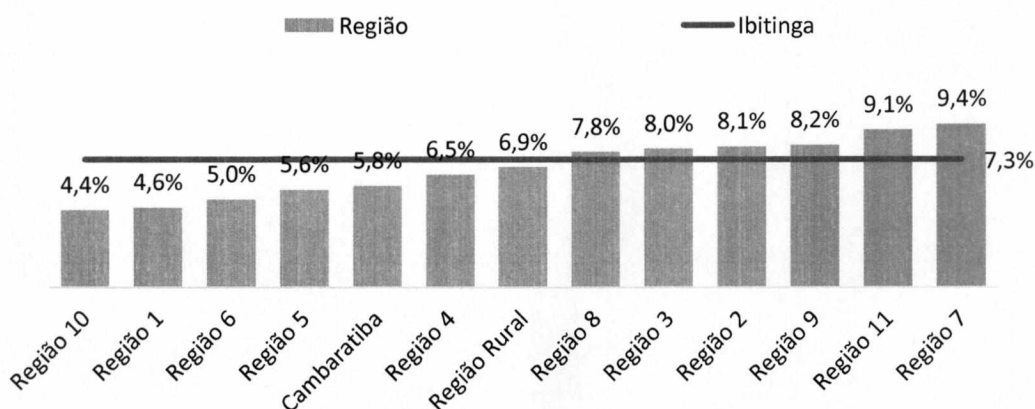
A população de 0 a 5 anos representa no total populacional 7,3%. A região mais populosa é Região 7 com 22% da população nesta faixa etária.

Tabela 5 – População na faixa etária de 0 a 5 anos

Região	Total de 0 a 5 anos	(%) Total	(%) Região em cima do total populacional
Região 10	170	4,3%	4,4%
Região 1	191	4,9%	4,6%
Região 6	179	4,6%	5,0%
Região 5	127	3,3%	5,6%
Cambaratiba	30	0,8%	5,8%
Região 4	248	6,3%	6,5%
Região Rural	132	3,4%	6,9%
Região 8	275	7,0%	7,8%
Região 3	644	16,5%	8,0%
Região 2	259	6,6%	8,1%
Região 9	276	7,1%	8,2%
Região 11	517	13,2%	9,1%
Região 7	859	22,0%	9,4%
Ibitinga	3.907	100%	7,3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

DIFERENÇA:
1,1 vezes
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões



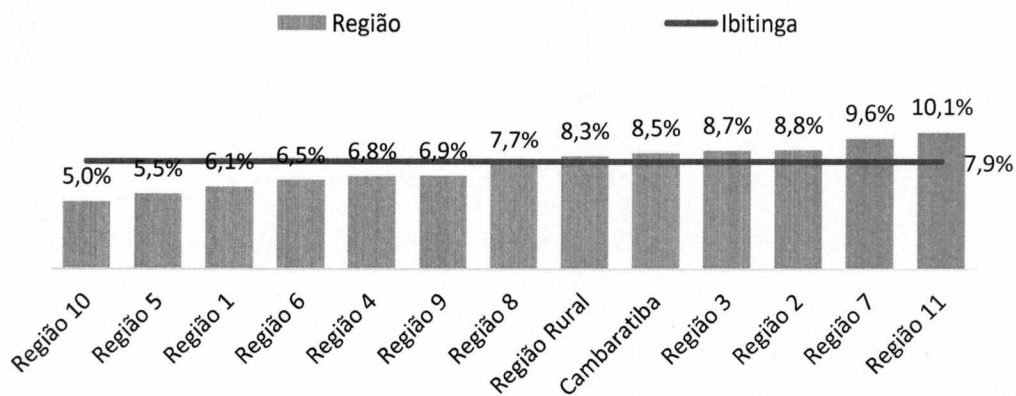
A população de 6 a 11 anos representa no total populacional 7,9%. A região mais populosa é Região 7 com 20,9% da população nesta faixa etária.

Tabela 6 – População na faixa etária de 6 a 11 anos

Região	Total de 6 a 11 anos	(%) Total	(%) Região em cima do total populacional
Região 10	190	4,5%	5,0%
Região 5	125	3,0%	5,5%
Região 1	252	6,0%	6,1%
Região 6	232	5,5%	6,5%
Região 4	262	6,2%	6,8%
Região 9	232	5,5%	6,9%
Região 8	272	6,5%	7,7%
Região Rural	159	3,8%	8,3%
Cambaratiba	44	1,0%	8,5%
Região 3	706	16,8%	8,7%
Região 2	280	6,7%	8,8%
Região 7	879	20,9%	9,6%
Região 11	575	13,7%	10,1%
Ibitinga	4.209	100%	7,9%

DIFERENÇA:
1,0 vezes
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



A população de 12 a 17 anos representa no total populacional 9,2%. A região mais populosa é Região 7 com 20,7% da população nesta faixa etária.

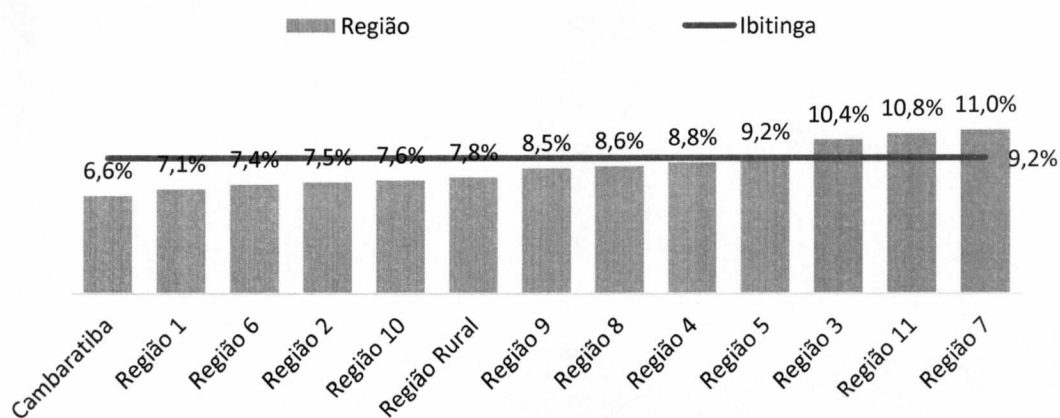
Tabela 7 – População na faixa etária de 12 a 17 anos

Região	Total de 12 a 17 anos	(%) Total	(%) Região em cima do total populacional
Cambaratiba	34	0,7%	6,6%
Região 1	294	6,0%	7,1%
Região 6	262	5,4%	7,4%
Região 2	240	4,9%	7,5%
Região 10	294	6,0%	7,6%
Região Rural	150	3,1%	7,8%
Região 9	286	5,9%	8,5%
Região 8	305	6,2%	8,6%
Região 4	338	6,9%	8,8%
Região 5	209	4,3%	9,2%
Região 3	839	17,2%	10,4%
Região 11	617	12,6%	10,8%
Região 7	1.010	20,7%	11,0%
Ibitinga	4.878	100%	9,2%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

DIFERENÇA:
0,7 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

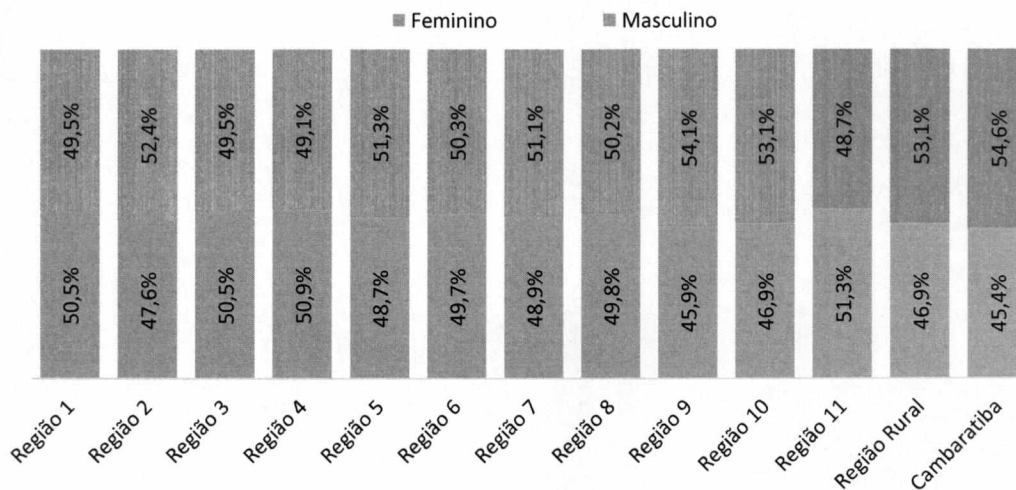


Observando a população de 0 a 17 anos por sexo, tem-se que 49,3% é do sexo feminino e 50,7% do masculino.

Tabela 8 – População na faixa etária de 0 a 17 anos por sexo

Região	Feminino		Masculino		População de 0 a 17 anos
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Região 1	372	50,5%	365	49,5%	737
Região 2	371	47,6%	408	52,4%	779
Região 3	1.105	50,5%	1.084	49,5%	2.189
Região 4	432	50,9%	416	49,1%	847
Região 5	225	48,7%	237	51,3%	462
Região 6	334	49,7%	339	50,3%	673
Região 7	1.343	48,9%	1.405	51,1%	2.748
Região 8	425	49,8%	427	50,2%	852
Região 9	365	45,9%	430	54,1%	795
Região 10	306	46,9%	347	53,1%	654
Região 11	876	51,3%	833	48,7%	1.709
Região Rural	207	46,9%	234	53,1%	441
Cambaratiba	49	45,4%	59	54,6%	108
Ibitinga	6.409	49,3%	6.585	50,7%	12.994

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



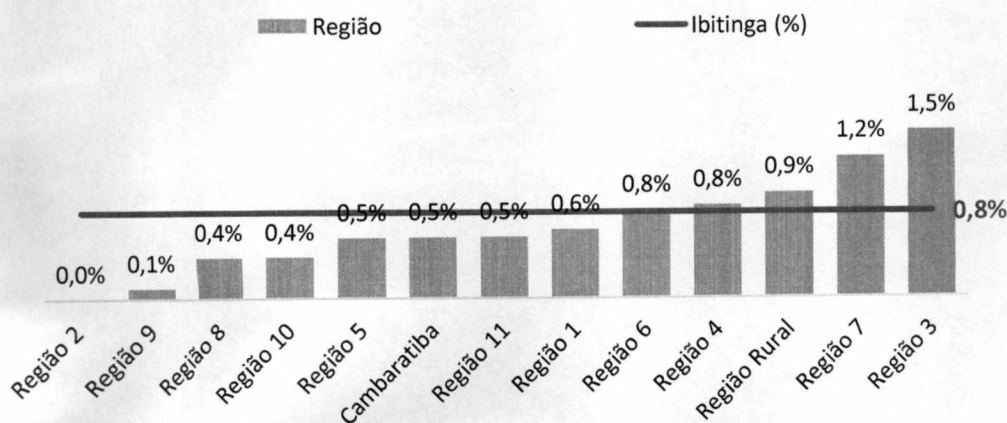
Dos 16.835 responsáveis por domicílio, 0,8% têm idade de até 17 anos, representando um total de 128 adolescentes. Para cálculo, considera-se responsável a pessoa com 10 ou mais anos de idade, com ou sem laço de parentesco, reconhecida como responsável pela unidade domiciliar, assim como pelas normas e regras estabelecidas para a convivência.

Tabela 9 – Adolescentes responsáveis

Região	Total de Responsáveis	Adolescentes	Região (%)
Região 2	976	0	0,0%
Região 9	1.102	1	0,1%
Região 8	1.167	4	0,4%
Região 10	1.324	5	0,4%
Região 5	752	4	0,5%
Cambaratiba	186	1	0,5%
Região 11	1.662	9	0,5%
Região 1	1.482	9	0,6%
Região 6	1.134	9	0,8%
Região 4	1.221	10	0,8%
Região Rural	646	6	0,9%
Região 7	2.727	34	1,2%
Região 3	2.455	36	1,5%
Ibitinga	16.835	128	0,8%

DIFERENÇA:
1,5 vezes
É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



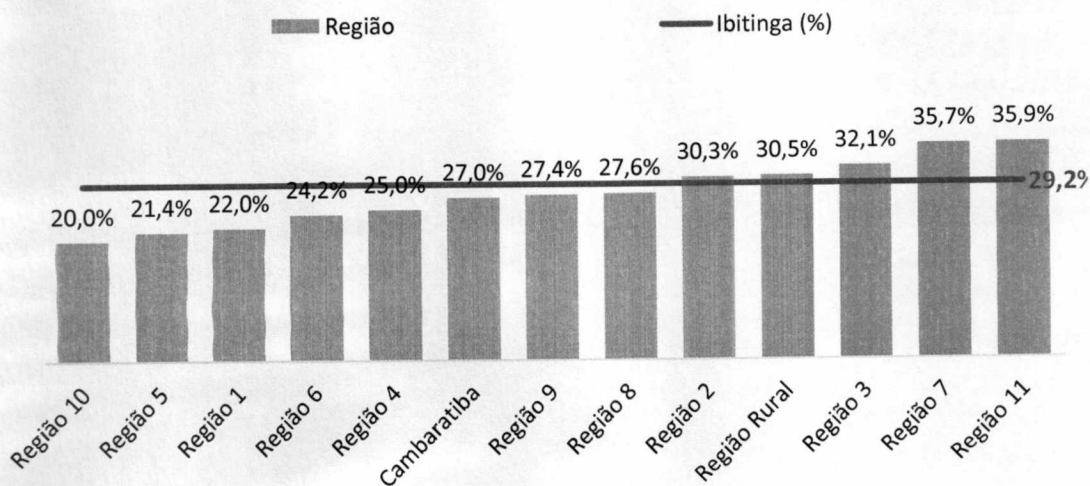
A Razão de Dependência Jovem (RDJ), que mede a razão entre a população ativa (de 15 a 59 anos) e a população inativa (de 0 a 14 anos), mostra que as Regiões 7 e 11 são as que mais têm crianças e adolescentes (população inativa) para ser sustentada pela população ativa (RDJ > 35%). A média do Município é de 29,2%.

Tabela 10 – Razão de Dependência Jovem – RDJ

Região	de 0 a 14 anos	de 15 a 59 anos	RDJ (%)
Região 10	493	2.471	20,0%
Região 5	351	1.639	21,4%
Região 1	578	2.626	22,0%
Região 6	538	2.224	24,2%
Região 4	667	2.671	25,0%
Cambaratiba	88	326	27,0%
Região 9	662	2.412	27,4%
Região 8	695	2.513	27,6%
Região 2	656	2.167	30,3%
Região Rural	371	1.217	30,5%
Região 3	1.747	5.440	32,1%
Região 7	2.239	6.264	35,7%
Região 11	1.405	3.911	35,9%
Ibitinga	10.489	35.881	29,2%

DIFERENÇA:
0,8 vezes
 É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Ibitinga apresentava em 2010 0,3% dos domicílios com renda per capita até 1/8 de salário-mínimo (R\$ 63,75); 1,6% até 1/8 a 1/4 (R\$ 63,76 a R\$ 127,50). Ambos somam 1,9% dos domicílios do Município.

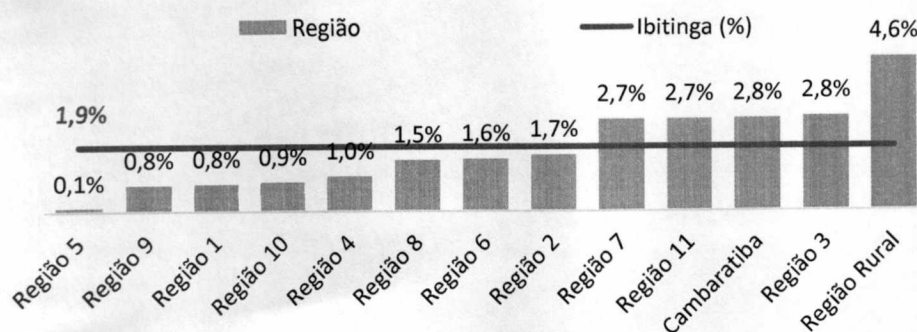
Tabela 11 – Renda per capita domiciliar de 1/8 até 1/4 de salários mínimos (SM)

Região	Renda Per Capita								Total de domicílios*
	Até 1/8 (R \$63,75)		Até 1/4 (R\$ 63,76 a R\$ 127,50)		De 1/4 a 1/2 (R\$ 127,51 a R\$ 255,00)		Mais de 1/2 (Mais de R\$ 255,01)		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Região 5	0	0,0%	1	0,1%	30	4,1%	706	95,8%	737
Região 9	1	0,1%	8	0,8%	54	5,0%	1.011	94,2%	1.073
Região 1	1	0,1%	11	0,8%	96	7,1%	1.245	92,1%	1.351
Região 10	0	0,0%	10	0,9%	91	7,8%	1.065	91,3%	1.166
Região 4	2	0,2%	13	1,0%	84	7,0%	1.109	92,0%	1.206
Região 8	3	0,3%	17	1,5%	108	9,7%	989	88,8%	1.114
Região 6	6	0,5%	17	1,6%	94	8,5%	995	89,9%	1.106
Região 2	1	0,1%	16	1,7%	81	8,5%	853	89,8%	950
Região 7	15	0,6%	73	2,7%	345	12,9%	2.260	84,4%	2.678
Região 11	8	0,5%	45	2,7%	255	15,6%	1.339	81,7%	1.639
Cambaratiba	0	0,0%	5	2,8%	24	13,3%	152	84,0%	181
Região 3	11	0,5%	67	2,8%	337	14,3%	1.959	82,9%	2.363
Região Rural	1	0,2%	28	4,6%	122	19,9%	463	75,5%	613
Ibitinga	49	0,30%	311	1,6%	1.721	10,6%	14.146	87,4%	16.178

Fonte: IBGE, 2010.

* Salário Mínimo de referência ano de 2010 R\$ 510,00

Percentual de domicílios com renda per capita até 1/4 sm



DIFERENÇA:

40,1 vezes

É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

PARTE IV

Inicia-se a apresentação dos resultados referentes ao tema Trabalho Infantil, abordando a violação do direito à profissionalização e à proteção ao trabalho tanto no aspecto do exercício de alguma atividade laboral de acordo ou em desacordo com a legislação, como também os projetos e programas de desenvolvimento profissional e aprendizagem no Município. Complementam-se aos dados sobre trabalho, informações de bases secundárias do IBGE, da rede de atendimento e informações levantadas por meio da pesquisa amostral realizada pela Painele Pesquisas e Consultoria com as crianças e adolescentes residentes em Ibitinga.

6. RESULTADOS SOBRE TRABALHO INFANTIL OBTIDOS A PARTIR DE FONTES SECUNDÁRIAS

A análise desta temática parte dos dados disponibilizados pelo IBGE – Censo Demográfico de 2010. Segundo IBGE, o conceito de trabalho infantil compreende as formas de trabalho que não se enquadram nas condições definidas pela legislação brasileira como admissível para ser realizado por pessoas menores de 18 anos de idade. Porém, a investigação dos números em relação ao trabalho infantil do referido Censo Demográfico não foi destinada a captar todas as condições definidas na legislação para caracterizar o trabalho admissível para crianças e adolescentes, a fim de separar aqueles efetivamente em trabalho infantil.

Entretanto, permite estimar o contingente de crianças e adolescentes ocupados de 10 a 17 anos de idade e, ainda, identificar a parcela empregada com carteira de trabalho assinada, que é uma das condições exigidas pela legislação que rege a proteção trabalhista dos menores de idade para a sua admissão em emprego.

Considerou-se no Censo Demográfico como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;
- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou,

- Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

E ainda, considerou-se como ocupada na semana de referência do Censo Demográfico:

- A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou,
- Pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana.

Considerou-se também, na condição de ocupada, a pessoa temporariamente afastada de trabalho remunerado, a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

Analisando esses resultados, dentro da metodologia da pesquisa amostral do IBGE apresentada acima, em todas as faixas etárias analisadas, tem-se que mais de 50% das crianças e adolescentes exercem alguma atividade, seja ela remunerada ou não, ou ainda para o sustento da família.

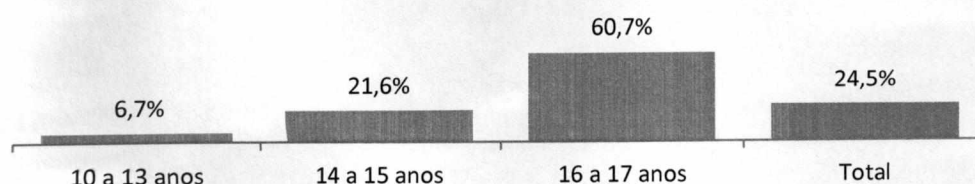
A Tabela 12 mostra que, da faixa etária de 10 a 17 anos, tem-se que 24,5% das crianças e adolescentes realizam alguma atividade, sendo o maior percentual na faixa etária de 16 a 17 anos, 60,7%.

Tabela 12 – Crianças e adolescentes ocupados na faixa etária de 10 a 17 anos

Faixa etária	Total	Ocupados	(%)
10 a 13 anos	3.190	213	6,7%
14 a 15 anos	1.589	344	21,6%
16 a 17 anos	1.696	1.030	60,7%
Total	6.475	1.587	24,5%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010

Nota: Os Microdados são dados baseados na amostra realizada pelo IBGE no Censo Demográfico, e por serem estimados apresentam variações no total populacional quando comparado com a contagem total da população no Censo Demográfico.

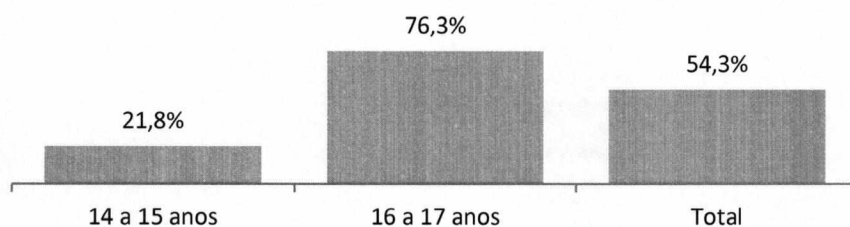


A forma de contratação com carteira assinada atinge 54,3% do total de ocupados, porém esse percentual é bem menor na faixa etária de 14 a 15 anos, 21,8%.

Tabela 13 – Forma de contratação dos adolescentes de 14 a 17 anos ocupados

Faixa etária	Total ocupados	Ocupados com carteira assinada	(%)
14 a 15 anos	344	75	21,8%
16 a 17 anos	1.030	786	76,3%
Total	1.587	861	54,3%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010

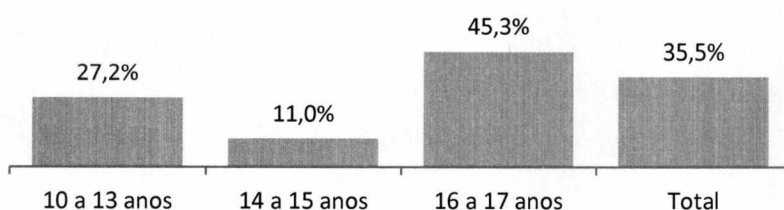


Dos que estavam ocupados, 35,5% não frequentavam escola. Esse percentual é maior na faixa etária de 16 a 17 anos, representando 45,3%.

Tabela 14 – Situação escolar das crianças e adolescentes que estavam ocupados

Faixa etária	Total de ocupados	Não frequentavam a escola	(%)
10 a 13 anos	213	58	27,2%
14 a 15 anos	344	38	11,0%
16 a 17 anos	1.030	467	45,3%
Total	1.587	563	35,5%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010



7. NOTIFICAÇÕES DE TRABALHO INFANTIL REGISTRADAS PELA REDE DE ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO

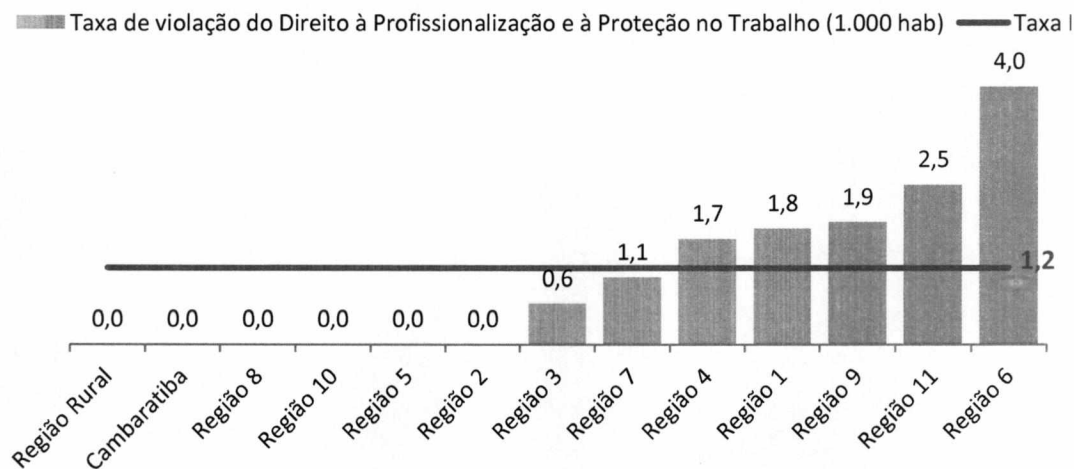
No mapeamento da rede, foram encontrados 11 casos de trabalho infantil mapeados em 2017. Muito pouco se comparado com o resultado da pesquisa.

Tabela 15 – Taxa de notificação de violação ao direito à profissionalização e ao trabalho

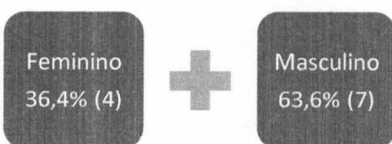
Região	De 6 a 17 anos	Ocorrências	Taxa (1.000 hab.)
Região Rural	309		0,0
Cambaratiba	78		0,0
Região 8	577		0,0
Região 10	484		0,0
Região 5	334		0,0
Região 2	520		0,0
Região 3	1.545	1	0,6
Região 7	1.889	2	1,1
Região 4	600	1	1,7
Região 1	547	1	1,8
Região 9	518	1	1,9
Região 11	1.192	3	2,5
Região 6	494	2	4,0
Não informado	-		-
Ibitinga	9.087	11	1,2

DIFERENÇA:
4,0 vezes
É a diferença entre o Maior e o menor valor para este indicador entre as regiões

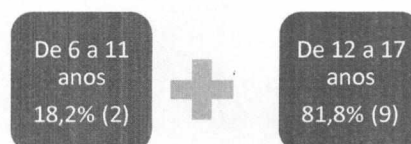
Fonte: CT / CECAD / CREAS / Delegacia, 2017



Sexo das crianças e adolescentes



Faixa etária das crianças e adolescentes

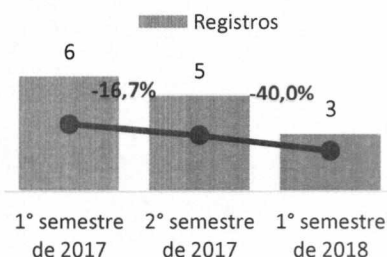


Comparando a evolução dos registros, no primeiro semestre de 2018 foram notificados 3 casos de trabalho infantil, observando-se a redução desse número entre os semestres.

Tabela 16 – Comparação dos registros por semestre

Semestre	Registros	Crescimento
1º semestre de 2017	6	-
2º semestre de 2017	5	-16,7%
1º semestre de 2018	3	-40,0%
Total Geral	14	-

Fonte: CT / CECAD / CREAS / Delegacia, 2017 e 1º semestre de 2018

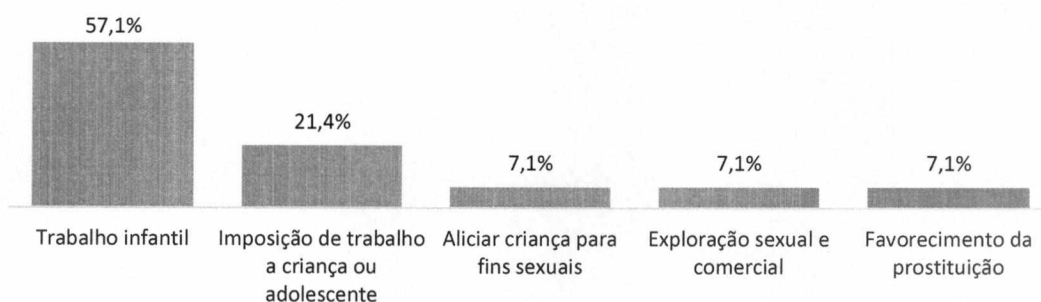


As notificações não têm descrição da atividade que as crianças e adolescentes exerciam, a maioria delas está apenas como “trabalho infantil” (57,1%), ou ainda mais, 21,4%, com informação de “imposição de trabalho a criança ou adolescente”.

Tabela 17 – Descrição das atividades notificadas

Fato	Quant.	(%)
Trabalho infantil	8	57,1%
Imposição de trabalho a criança ou adolescente	3	21,4%
Aliciar criança para fins sexuais	1	7,1%
Exploração sexual e comercial	1	7,1%
Favorecimento da prostituição	1	7,1%
Total	14	100,0%

Fonte: CT / CECAD / CREAS / Delegacia, 2017 e 1º semestre de 2018



8. RESULTADOS DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Também fez parte deste diagnóstico uma pesquisa focada no trabalho infantil, para buscar um indicador de trabalho mais próximo possível da realidade de Ibitinga. A pesquisa abordou crianças de 10 a adolescentes de 17 anos no Município, tendo como base principal um questionário que teve intensa dedicação na elaboração. Buscou-se planejamento e uma intensa discussão sobre o questionário, até este ser aprovado para campo. Nele foram abordadas questões de perfil e algumas outras questões genéricas, porém, o foco principal foi o trabalho. Participaram da comissão da elaboração do questionário os integrantes da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico.

O questionário levou em consideração as faixas etárias e outras orientações do Caderno de Orientações Técnicas para aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Estipulando grupos de perguntas, e padronização nas respostas que convergissem com o PETI. O questionário na sua totalidade pode ser visto no Apêndice 01.

A pesquisa foi uma Amostragem Aleatória Estratificada, que teve o seguinte plano amostral:

Quadro 4 - Plano Amostral

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	10 a 17 anos residentes
Unidade amostral	Pessoa com idade 10 a 17 anos
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Região e idade
Tamanho da amostra	669
Erro	3,6%
Confiança	95%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

O principal cuidado adotado na pesquisa foi garantir o total sigilo das informações dos respondentes. Estes não se identificaram, e responderam à pesquisa apenas com a presença do pesquisador, que é devidamente treinado a manter imparcialidade e postura acolhedora, para que o adolescente se sinta confortável ao responder as perguntas.

Os questionários foram aplicados no mês de setembro de 2018, a maioria entre segunda-feira e sábado. Os pesquisadores se posicionaram nos respectivos bairros, conforme a estratificação, respeitando sempre que os respondentes estivessem sozinhos com os entrevistadores, para que tivessem liberdade de responder todas as perguntas.

A pesquisa foi autodeclaratória, ou seja, as perguntas foram respondidas pelos entrevistados sobre si, sem julgamento dos entrevistadores.



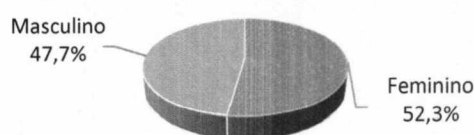
✓ Perfil dos entrevistados

A pesquisa abordou aleatoriamente 669 adolescentes dos quais 52,3% eram do sexo feminino.

Tabela 18 – Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	350	52,3%
Masculino	319	47,7%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

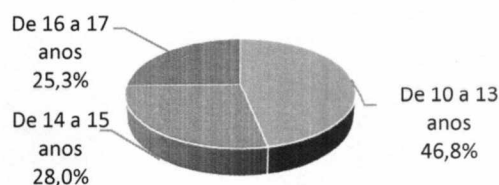


Para fins de análise do tema trabalho, as idades foram divididas em três grupos, de 10 a 13 anos (46,8%), de 14 a 15 anos (28%) e de 16 a 17 anos (25,3%) dos entrevistados. Essa divisão respeita as orientações técnicas sobre o trabalho infantil do MDS, a qual determina que até os 13 anos a criança ou adolescente não deve exercer nenhuma atividade relacionada a trabalho, e a partir dos 14 anos, com ressalvas o adolescente pode iniciar atividades, porém como aprendiz.

Tabela 19 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	313	46,8%
De 14 a 15 anos	187	28,0%
De 16 a 17 anos	169	25,3%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

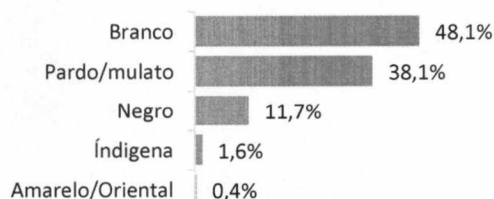


Do total de entrevistados, 48,1% são brancos e 38,1% se identificaram como pardos ou mulatos.

Tabela 20 – Raça, cor ou etnia dos entrevistados

Etnia/Raça/Cor	Obs.	(%)
Branco	322	48,1%
Pardo/mulato	255	38,1%
Negro	78	11,7%
Índigena	11	1,6%
Amarelo/Oriental	3	0,4%
Respondentes	669	100,0%

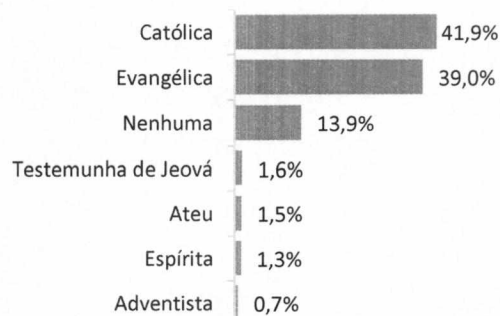
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



Um percentual de 13,9% dos entrevistados declarou não ter religião. A religião mais declarada foi a católica com 41,9% dos entrevistados, seguida da evangélica que representou 39%. Outras religiões foram citadas, como espírita, adventista, porém de forma menos expressiva.

Tabela 21 – Religião declarada pelos entrevistados

Religião	Obs.	(%)
Católica	280	41,9%
Evangélica	261	39,0%
Nenhuma	93	13,9%
Testemunha de Jeová	11	1,6%
Ateu	10	1,5%
Espírita	9	1,3%
Adventista	5	0,7%
Respondentes	669	100,0%

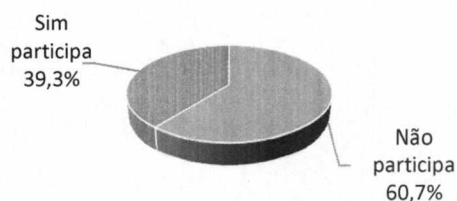


Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

A maioria, 60,7% não participa de grupos sociais.

Tabela 22 – Participa de grupo social

Grupo social	Obs.	(%)
Não participa	406	60,7%
Sim participa	263	39,3%
Respondentes	669	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Entre os adolescentes que participam de grupos sociais (39,3%), os mais citados foram o religioso e o esportivo, ambos por aproximadamente 44% dos entrevistados (263).

Tabela 23 – Tipo do grupo social que participam

Tipo do grupo social	Obs.	(%)
Religioso	117	44,5%
Esportivo	116	44,1%
Musical	30	11,4%
SOS Educandário	20	7,6%
Cultural	9	3,4%
Maçonaria	2	0,8%
Político	1	0,4%
Outro	5	1,9%
Respondentes*	263	-



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

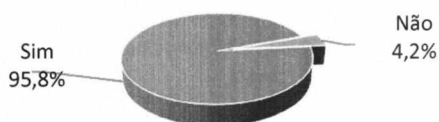
*Um respondente poderia citar mais de uma resposta

A pesquisa abordou também o conhecimento da criança e do adolescente sobre o Conselho Tutelar (CT) e a maioria (95,8%) dos entrevistados responderam que conhecem o órgão.

Tabela 24 – Conhece o Conselho Tutelar - CT

Resposta	Obs.	(%)
Não	28	4,2%
Sim	641	95,8%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



Quando perguntado sobre conhecer o ECA, esse percentual cai para 42,3% de crianças e adolescentes que afirmam conhecer o Estatuto, sendo que o desconhecimento é maior na faixa etária de 10 a 13 anos e menor na de 16 a 17 anos.

Tabela 25 – Conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Resposta	Obs.	(%)
Não	386	57,7%
Sim	283	42,3%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, e Consultoria, 2018.

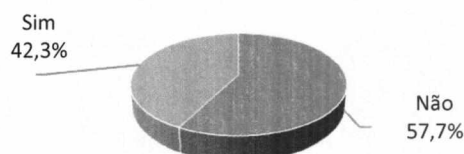


Tabela 26 – Conhecimento do ECA por faixa etária

Faixa etária	Não		Sim		Total Quant.	
	Obs.	(%) Obs.	Obs.	(%) Obs.	Obs.	(%) Obs.
De 10 a 13 anos	220	70,3%	93	29,7%	313	100,0%
De 14 a 15 anos	97	51,9%	90	48,1%	187	100,0%
De 16 a 17 anos	69	40,8%	100	59,2%	169	100,0%
Respondentes	386	57,7%	283	42,3%	669	100,0%

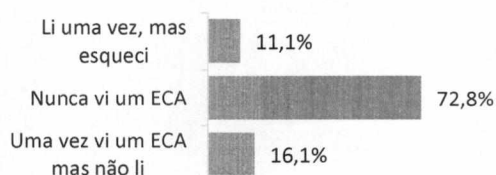
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Dentre os que não conhecem o ECA, 72,8% afirmam que o motivo é nunca terem ouvido falar sobre.

Tabela 27 – Por que não conhece o ECA

Por que não conhece o ECA	Obs.	(%)
Li uma vez, mas esqueci	43	11,1%
Nunca vi um ECA	281	72,8%
Uma vez vi um ECA, mas não li	62	16,1%
Respondentes	386	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

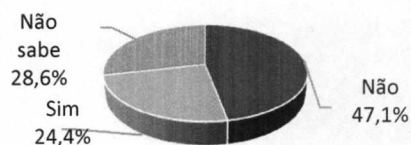


E ainda, no geral, apenas 24,4% afirmou que ouviu falar do Eca na escola.

Tabela 28 – Ouviu falar do ECA na escola

Ouviu na Escola sobre o ECA	Obs.	(%)
Não	315	47,1%
Sim	163	24,4%
Não sabe	191	28,6%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

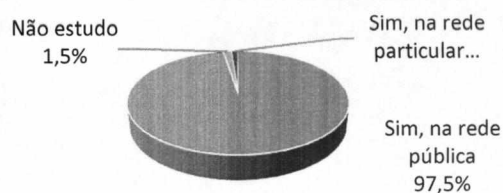


Em relação ao perfil educacional, a Tabela 29 mostra que, dos 669 entrevistados, 1,5% afirmou não estudar.

Tabela 29 – Situação dos adolescentes em relação à escola

Estuda	Obs.	(%)
Sim, na rede pública	652	97,5%
Não estudo	10	1,5%
Sim, na rede particular	7	1,0%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

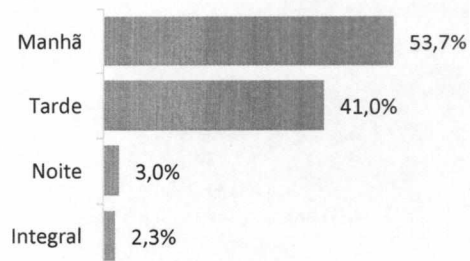


No período da manhã está o maior percentual dentre os que estudam.

Tabela 30 – Período que estuda

Período que estuda	Obs.	(%)
Manhã	354	53,7%
Tarde	270	41,0%
Noite	20	3,0%
Integral	15	2,3%
Respondentes	659	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



A escolaridade dos entrevistados foi dividida em duas análises. Primeiro dos que afirmaram estudar, percebe-se que a maioria está entre o Ensino Fundamental II incompleto (6º ao 9º), sendo 88,8% crianças de 10 a 13 anos e 82,6% adolescentes de 14 a 15 anos, e o Ensino Médio incompleto, com 86,4% de adolescente na faixa etária de 16 a 17 anos.

E, em segundo, os que afirmaram não estudar. Dentre esses o maior percentual do grau de escolaridade, 40%, encontra-se no Ensino Fundamental II incompleto (6º ao 9º) e na faixa etária de 16 a 17 anos.

Tabela 31 – Escolaridade das crianças e adolescentes entrevistados

Tabela 31 A - Escolaridade das crianças e adolescentes entrevistados que estudam

Estudam	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Ensino Fundamental I incompleto (1º ao 5º)	32	10,2%		0,0%	3	1,9%	35	5,3%
Ensino Fundamental I completo (1º ao 5º)	1	0,3%		0,0%		0,0%	1	0,2%
Ensino Fundamental II incompleto (6º ao 9º)	278	88,8%	152	82,6%	8	4,9%	438	66,5 %
Ensino Fundamental II completo (6º ao 9º)	2	0,6%	2	1,1%	9	5,6%	13	2,0%
Ensino Médio incompleto		0,0%	29	15,8%	140	86,4%	169	25,6 %
Ensino Médio completo		0,0%	1	0,5%	1	0,6%	2	0,3%
Ensino Médio Técnico		0,0%		0,0%	1	0,6%	1	0,2%
Respondentes	313	100,0%	184	100,0%	162	100,0 %	659	100,0 %

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Tabela 31 B - Escolaridade das crianças e adolescentes entrevistados que NÃO estudam

Não estudam	De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total Quant.	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Alfabetizado (sabe ler e escrever pelo menos um bilhete)	1	33,3%		0,0%	1	10,0%
Ensino Fundamental II completo (6º ao 9º)		0,0%	1	14,3%	1	10,0%
Ensino Fundamental II incompleto (6º ao 9º)		0,0%	4	57,1%	4	40,0%
Ensino Fundamental I incompleto (1º ao 5º)	1	33,3%		0,0%	1	10,0%
Ensino Médio incompleto	1	33,3%	2	28,6%	3	30,0%
Respondentes	3	100,0%	7	100,0%	10	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Pesquisas, 2018.

Independentemente se estudam ou não, quando perguntado onde ficam quando não estão estudando, o principal local é a casa, em 76,4%. Quando não estudam, a amostra parece apontar uma tendência de estarem trabalhando (20%), porém o número de crianças e adolescentes fora da escola entrevistados foi muito baixo para poder comparar os dois grupos (os que estudam dos que não estudam).

Tabela 32 – Local que fica quando não está estudando

Onde fica?	Não estuda		Estuda		Total	
	Obs.	(%) Obs.	Obs.	(%) Obs.	Obs.	(%) Obs.
Em casa	7	70,0%	504	76,4%	511	76,4%
No trabalho	2	20,0%	59	9,0%	61	9,1%
Casa de parentes		0,0%	33	5,0%	33	4,9%
Quadra/Ginásio		0,0%	26	3,9%	26	3,9%
Casa de amigos		0,0%	10	1,5%	10	1,5%
Entidades		0,0%	8	1,2%	8	1,2%
Rua	1	10,0%	7	1,1%	8	1,2%
CRAS		0,0%	3	0,5%	3	0,4%
Praça		0,0%	2	0,3%	2	0,3%
Loja de parentes		0,0%	2	0,3%	2	0,3%
Outros		0,0%	5	0,8%	5	0,7%
Respondentes	10	100,0%	659	100,0%	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

A internet e o celular lideram as atividades fora da escola, em 74,5% das vezes, os adolescentes e crianças ficam na internet quando não estão na escola. Em outros 60,6% fazem algumas atividades domésticas, as quais serão analisadas mais adiantes. E em terceiro lugar, a TV foi citada por 58,7% dos adolescentes.

Tabela 33 – O que faz quando está em casa

O que faz	Obs.	(%)
Na internet ou no celular	413	74,5%
Atividades domésticas	336	60,6%
Assistindo TV	325	58,7%
Estudando	196	35,4%
Conversando com os amigos	167	30,1%
Atividades esportivas	81	14,6%
Trabalhando	24	4,3%
Atividades culturais	23	4,2%
Fazendo curso	16	2,9%
Não faço nada	9	1,6%
Respondentes*	554	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

*Crianças e adolescentes que responderam que ficam em casa, na casa de parentes ou amigos.

Mais da metade dos entrevistados, 56,1% ficam com o pai ou com a mãe quando não estão na escola. Tem-se um percentual expressivo, 21,2%, que ficam com irmãos.

Tabela 34 – Com quem fica quando não está na escola

Pessoa	Obs.	(%)	
Pai/mãe	375	56,1%	56,1%
Irmão	142	21,2%	21,2%
Avó/avô	92	13,8%	13,8%
Sozinho	67	10,0%	10,0%
Não informado	58	8,7%	8,7%
Amigos	51	7,6%	7,6%
Outro	47	7,0%	7,0%
Outros familiares	26	3,9%	3,9%
Professor	8	1,2%	1,2%
Namorado e/ou cônjuge	7	1,0%	1,0%
Monitor (a)	5	0,7%	0,7%
Vizinhos/conhecidos	4	0,6%	0,6%
Babá	1	0,1%	0,1%
Filho	1	0,1%	0,1%
Respondentes	669	-	

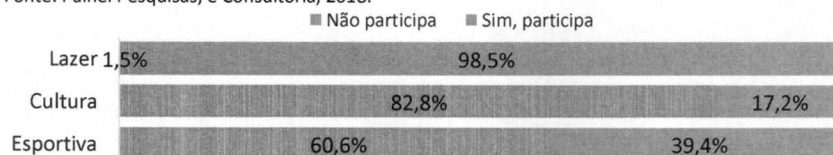
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Sobre a participação em atividades, as de lazer são as mais praticadas por 98,5% dos entrevistados, seguida das esportivas com 39,4%. E as menos praticadas são as atividades culturais com 17,2% dos entrevistados.

Tabela 35 – Participa de atividades

Resposta	Esportiva		Cultura		Lazer	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Não participa	409	60,6%	557	82,8%	10	1,5%
Sim, participa	260	39,4%	112	17,2%	659	98,5%
Respondentes	669	100,0%	669	100,0%	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, e Consultoria, 2018.



Os motivos concentram-se na justificativa de que “não gostam” por isso não praticam, independentemente da atividade, com uma atenção maior para as atividades esportivas, das quais 20,3% dos que não praticam afirmam que não tem nada próximo da casa, o que aponta uma necessidade de descentralização das ofertas.

Tabela 36 – Motivos porquê não participa de atividades esportivas, culturais e de lazer

Motivos porquê não participa	Esportiva		Cultura		Lazer	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Não gosto	192	46,9%	298	53,5%	7	70,0%
Não tem perto da minha casa	83	20,3%	87	15,6%	2	20,0%
Não tenho tempo	33	8,1%	28	5,0%		0,0%
Não tenho condições financeiras	24	5,9%	24	4,3%		0,0%
Preciso trabalhar	23	5,6%	24	4,3%		0,0%
Meus pais não deixam	14	3,4%	12	2,2%	1	10,0%
Não tenho interesse	7	1,7%	13	2,3%		0,0%
Não sabe dizer	5	1,2%		0,0%		0,0%
Problemas de saúde	5	1,2%		0,0%		0,0%
Não tem na escola	4	1,0%	17	3,1%		0,0%
Quer participar / Está procurando	8	2,0%		0,0%		0,0%
Por falta de transporte (bicicleta quebrou, família não consegue levar etc.)	2	0,5%		0,0%		0,0%
Timidez	1	0,2%	2	0,4%		0,0%
Cansativo	1	0,2%		0,0%		0,0%
Falta de oportunidade / Não conseguiu vaga		0,0%	21	3,8%		0,0%
Gosta de ficar no sítio	1	0,2%		0,0%		0,0%
Não conhece / Não sabe		0,0%	10	1,8%		0,0%
Fica na rua	1	0,2%		0,0%		0,0%
Não tem muitas opções		0,0%	5	0,9%		0,0%
Gosta de cinema apenas		0,0%	1	0,2%		0,0%
Não sai muito de casa		0,0%	1	0,2%		0,0%
Parou / Desistiu / Desanimou	4	1,0%	11	2,0%		0,0%
Devido ao horário	1	0,2%	1	0,2%		0,0%
Nunca pensou em fazer		0,0%	2	0,4%		0,0%
Respondentes	409	-	557	-	10	-

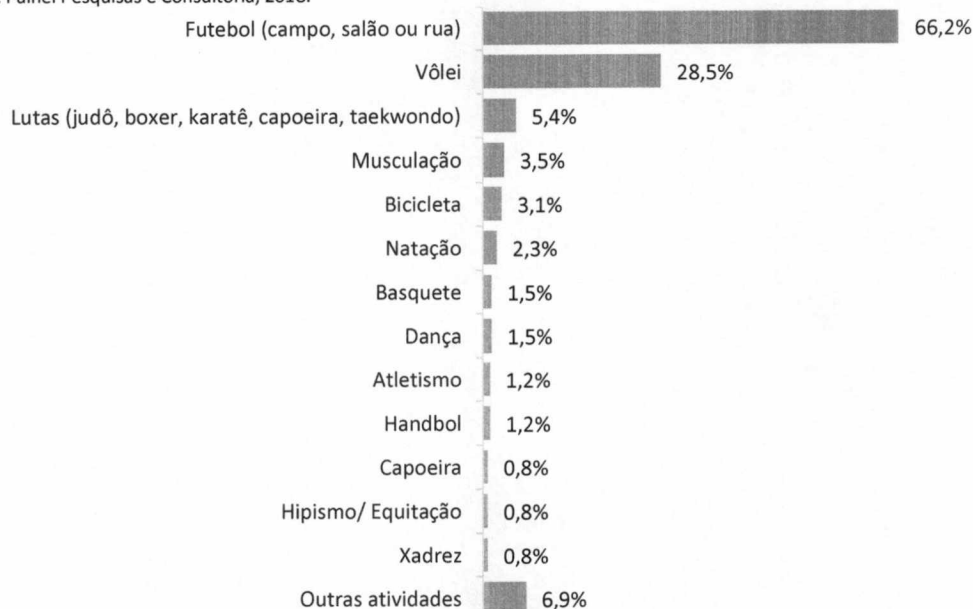
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Dos que participam de atividades esportivas, 66,2% fazem futebol e 28,5% vôlei.

Tabela 37 – Atividade esportiva que participa

Atividade	Obs.	(%)
Futebol (campo, salão ou rua)	172	66,2%
Vôlei	74	28,5%
Lutas (judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo)	14	5,4%
Musculação	9	3,5%
Bicicleta	8	3,1%
Natação	6	2,3%
Basquete	4	1,5%
Dança	4	1,5%
Atletismo	3	1,2%
Handebol	3	1,2%
Capoeira	2	0,8%
Hipismo/ Equitação	2	0,8%
Xadrez	2	0,8%
Outras atividades	18	6,9%
Respondentes	260	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

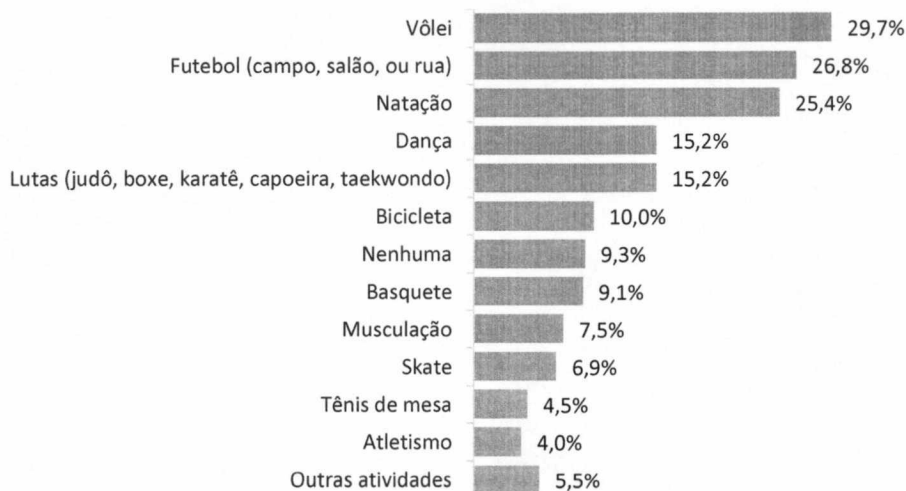


Quando perguntado a todos o que gostariam de fazer, o vôlei e o futebol foram também os mais citados com percentual acima de 25% para cada atividade, seguidos da natação com 25,4% de citações.

Tabela 38 – Atividade esportiva que gostaria de participar

Esportes que faria	Obs.	(%)
Vôlei	199	29,7%
Futebol (campo, salão, ou de rua)	179	26,8%
Natação	170	25,4%
Dança	102	15,2%
Lutas (judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo)	102	15,2%
Bicicleta	67	10,0%
Nenhuma	62	9,3%
Basquete	61	9,1%
Musculação	50	7,5%
Skate	46	6,9%
Tênis de mesa	30	4,5%
Atletismo	27	4,0%
Outras atividades	37	5,5%
Respondentes	669	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



O período mais citado para fazer a atividade foi o vespertino em 38,4% e de segunda a sexta é o dia da semana preferido (45,9%).

Tabela 39 – Período e dia da semana que gostaria de realizar atividade esportiva

Período	Obs.	(%)	Dia da semana	Obs.	(%)
Vespertino (de tarde)	284	38,4%	De segunda a sexta	307	45,9%
Matutino (de manhã)	161	26,1%	Nos finais de semana	175	26,2%
Noturno (à noite)	114	17,5%	Não tenho preferência	136	20,3%
Qualquer período	49	7,7%	Todos os dias	104	15,5%
Não informado	61	10,4%	Não informado	63	9,4%
Respondentes	669	100,0%	Respondentes	669	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Em relação à atividade cultural, a pesquisa mostrou que 42% dos respondentes que frequentam aulas de instrumentos musicais. Em segundo vem o teatro com 20,5% seguido pelas aulas de música e canto que são realizadas por mais 19,6% dos entrevistados.

Tabela 40 – Atividade cultural que participa

Atividade	Obs.	(%)
Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino etc.)	47	42,0%
Teatro	23	20,5%
Aulas de música/canto	22	19,6%
Dança	16	14,3%
Artes/pintura e desenho	13	11,6%
Línguas estrangeiras	10	8,9%
Coral	9	8,0%
Leitura	5	4,5%
Cinema	4	3,6%
Costura	2	1,8%
Outras atividades	3	2,7%
Respondentes	112	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Sobre o interesse do entrevistado em participar de alguma atividade cultural, 37,1% deles citaram as aulas de instrumentos musicais, seguido do estudo de outro idioma, que representou 32,4%.

Tabela 41 – Atividade cultural que gostaria de fazer

O que faria	Obs.	(%)
Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)	248	37,1%
Línguas estrangeiras	217	32,4%
Artes/pintura e desenho	118	17,6%
Teatro	116	17,3%
Aulas de música/canto	104	15,5%
Cinema	95	14,2%
Nenhuma	64	9,6%
Leitura	48	7,2%
Museu	29	4,3%
Dança	22	3,3%
Coral	12	1,8%
Outras atividades	26	3,9%
Respondentes	669	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

O período mais citado foi o vespertino em 31,4% e de segunda a sexta o dia da semana preferido (45,9%).

Tabela 42 – Período e dia da semana que gostaria de realizar atividade cultural

Período	Obs.	(%)	Dia da semana	Obs.	(%)
Vespertino (de tarde)	242	31,4%	De segunda a sexta	307	45,9%
Matutino (de manhã)	153	25,6%	Nos finais de semana	175	26,2%
Noturno (à noite)	146	22,7%	Não tenho preferência	136	20,3%
Qualquer período	65	9,9%	Todos os dias	104	15,5%
Não informado	63	10,5%	Outro	2	0,3%
Respondentes	669	100,0%	Total Geral	669	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Sobre as atividades de lazer, 46% citou que encontra amigos ou joga pela internet/ videogame como atividade de lazer. Assistir TV também foi bastante citada por 39,3% dos entrevistados.

Tabela 43 – Atividade de lazer que realiza

Atividade de lazer	Obs.	(%)
Encontro com amigos	308	46,0%
Jogos na internet/videogame	308	46,0%
Assisto TV	263	39,3%
Jogos esportivos	236	35,3%
Vou a parques e praças	229	34,2%
Visito familiares	214	32,0%
Vou a bares e lanchonetes	135	20,2%
Cinema	118	17,6%
Passeiódromo	106	15,8%
Biblioteca	44	6,6%
Shopping	41	6,1%
Balada	21	3,1%
teatro	18	2,7%
Brincar	13	1,9%
Ir à igreja	12	1,8%
Outras atividades	94	14,1%
Não informado	68	10,2%
Respondentes	669	-

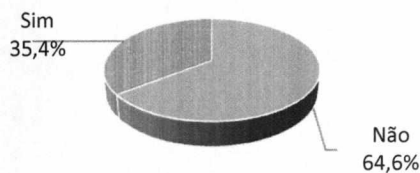
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Questionados se frequentavam algum curso complementar aos estudos, 35,4% afirmou que sim.

Tabela 44 – Frequenta algum outro curso

Resposta	Obs.	(%)
Não	432	64,6%
Sim	237	35,4%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



O motivo pelo qual 432 entrevistados que afirmaram não fazer curso é, na maioria dos casos, não gostar (39,4%). Porém, outros dois motivos foram bastante citados: não ter condições financeiras (18,5%) e não ter perto de casa (15,7%), ambas situações em que o poder público pode atuar.

Tabela 45 – Por que não frequenta curso complementar

Por que não faz	Obs.	(%)
Não gosto	170	39,4%
Não tenho condições financeiras	80	18,5%
Não tem perto da minha casa	68	15,7%
Falta de tempo	29	6,7%
Não teve interesse ou encontrou algum que interessasse	20	4,6%
Meus pais não deixam	15	3,5%
Porque preciso trabalhar	12	2,8%
Não tem na escola	13	3,0%
Está realizando outro curso	5	1,2%
Ainda não começou	4	0,9%
Falta de oportunidades / Não teve acesso	7	1,6%
Não tem idade suficiente	3	0,7%
Descobriu tarde algumas opções	1	0,2%
Não concluiu	1	0,2%
Não pode deixar a mãe	1	0,2%
Não sabe	3	0,7%
Respondentes	432	100,00%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Dos que frequentam algum curso (237 entrevistados) 60,8% frequenta curso de informática e outros 19,8% cursos administrativos.

Tabela 46 – Qual curso frequenta

Curso que faz	Obs.	(%)
Informática	144	60,8%
Administrativos	47	19,8%
Curso Técnico	11	4,6%
Curso de costura, bordado, pintura ou outro relacionado	9	3,8%
Auxiliar de veterinário	7	3,0%
Natação	3	1,3%
Atendente de farmácia	2	0,8%
Maquiagem e manicure	2	0,8%
Cabelereiro	1	0,4%
Comportamental	1	0,4%
Desenho	1	0,4%
Designer de games	1	0,4%
Designer gráfico	1	0,4%
Lavador de carro	1	0,4%
Manutenção de dispositivos móveis	1	0,4%
Operadora de caixa	1	0,4%
Primeiros socorros	1	0,4%
Relações humanas	1	0,4%
Não informado	2	0,8%
Respondentes	237	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Sobre o desejo de fazer algum curso, a maioria afirma que gostaria, sendo o mais citado o de idiomas (45,5%).

Tabela 47 – Gostaria de fazer algum curso

Resposta	Obs.	(%)
Não	153	22,9%
Sim	516	77,1%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

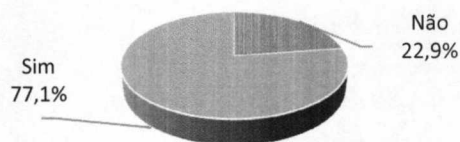


Tabela 48 – Curso que gostaria de frequentar

Resposta	Obs.	(%)
Curso de Idiomas	235	45,5%
Informática	170	32,9%
Administrativos	94	18,2%
Curso Técnico	65	12,6%
Cursos culturais	36	7,0%
Curso de costura, bordado, pintura ou outro relacionado	27	5,2%
Nível Superior	27	5,2%
Maquiagem / Estética / Manicure / Cabeleireiro	12	2,3%
Atividades esportivas	7	1,4%
Auxiliar de veterinário	6	1,2%
Atendente de farmácia	2	0,4%
Área da saúde	1	0,2%
Motorista de caminhão	1	0,2%
Domadora de cavalo	1	0,2%
Fotografia	1	0,2%
Gastronomia	1	0,2%
Hotelaria	1	0,2%
Pré-vestibular	1	0,2%
Robótica	1	0,2%
Respondentes	516	-

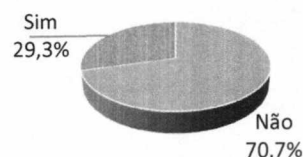
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

O curso de idiomas, muito citado pelos entrevistados é realizado por apenas 29,3%.

Tabela 49 – Frequenta algum curso de idiomas

Resposta	Quant.	(%)
Não	473	70,7%
Sim	196	29,3%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



E o idioma mais estudado é o inglês (67,3%) seguido do espanhol (45,9%).

Tabela 50 – Qual idioma que você faz

Idioma	Quant.	(%)
Inglês	132	67,3%
Espanhol	90	45,9%
Italiano	18	9,2%
Francês	3	1,5%
Japonês	1	0,5%
Coreano	1	0,5%
Português	1	0,5%
Respondentes	196	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.1 SOBRE O TRABALHO

A primeira pergunta do questionário referente ao trabalho, foi genérica e buscou amplamente a situação de realização ou envolvimento com qualquer atividade.

As respostas a estas questões estão arroladas no Quadro 5.

Quadro 5 – Pergunta ampla sobre atividades exercidas pelos entrevistados

Pergunta: Atualmente você realiza alguma das atividades relacionadas abaixo?

- a) Faço atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc.)
- b) Faço trabalhos manuais ou artesanato (bordados, costuras, bijuterias, etc.)
- c) Faço vendas ou atendimento (vendas na pracinha)
- d) Coleta material reciclável (latinhas, papelão, vidros, etc.)
- e) Cuido de outras crianças e irmãos menores
- f) Trabalho com lavagem de carros ou oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas
- g) Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office-boy, outros)
- h) Ajudo na lavoura (cana, soja, laranja, amendoim ou outros) ou na criação de animais/gado/pesca, etc.
- i) Nenhuma das atividades citadas.

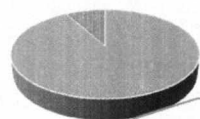
Além da pergunta ser ampla, ela possibilitava respostas múltiplas, ou seja, um adolescente poderia citar uma ou mais atividades que realizava. Neste contexto, obteve-se o seguinte panorama geral, em que 91,9% das crianças e adolescentes citados realizavam alguma atividade, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 51 – Realiza alguma atividade

Resposta	Obs.	(%)
Nenhuma das atividades	54	8,1%
Realiza atividades	615	91,9%
Respondentes	669	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Nenhuma das
atividades
8,1%



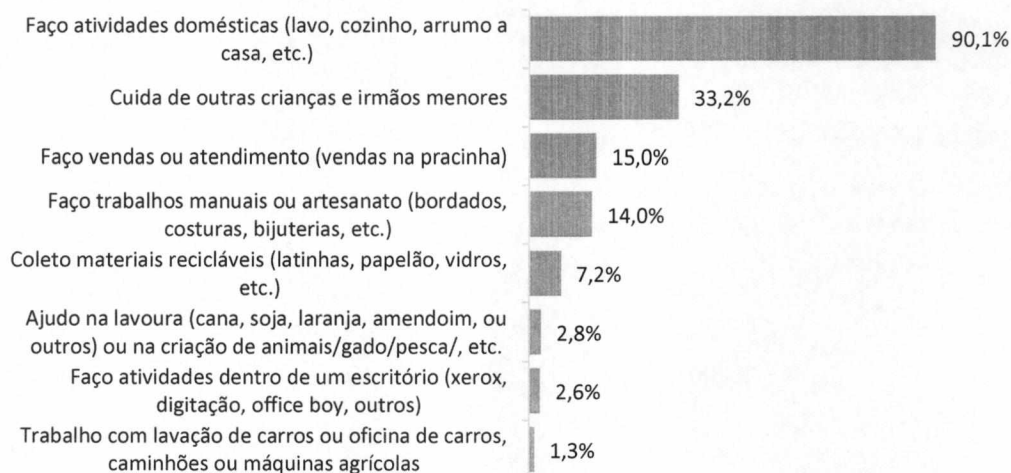
Realiza alguma
das atividades
91,9%

Desses 615 entrevistados que realizam alguma atividade, 90,1% citaram que fazem atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc.), outros 33,2% cuidam de outras crianças e irmãos menores e ainda, mais duas atividades se sobressaíram: as vendas ou atendimento (vendas na pracinha) com 15% das citações, e trabalhos manuais ou artesanato (bordados, costuras, bijuterias, etc.) por mais 14%.

Tabela 52 – Quais atividades realiza

Atividades	Obs.	(%)
Faço atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc...)	554	90,1%
Cuida de outras crianças e irmãos menores	204	33,2%
Faço vendas ou atendimento (vendas na pracinha)	92	15,0%
Faço trabalhos manuais ou artesanato (bordados, costuras, bijuterias, etc.)	86	14,0%
Coleta materiais recicláveis (latinhas, papelão, vidros, etc.)	44	7,2%
Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros)	18	2,9%
Ajudado na lavoura (cana, soja, laranja, amendoim ou outros) ou na criação de animais/gado/pesca/, etc.	17	2,8%
Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros)	16	2,6%
Trabalho com lavagem de carros ou oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas	8	1,3%
Respondentes	615	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



No item Atividades Domésticas houve a necessidade de separá-lo em duas subcategorias conforme as declarações dadas pelos entrevistados que realizam essa atividade.

São elas:

- Atividades domésticas socializadora: com frequência e tempo que não caracterizam supostas situações de trabalho infantil;

- Atividades domésticas irregular: com frequência e tempo que caracterizam supostas situações de trabalho infantil.

Além dessa análise de tempo e frequência, houve uma categorização de todo o banco de dados da pesquisa que classificou os entrevistados em dois grupos:

- a) Situação irregular – Alerta de possíveis situações de trabalho infantil; e,
- b) Situação regular – Jovem Aprendiz, adolescente de 16 a 17 anos com contrato e adolescentes em atividade doméstica socializadora.

Enfatizando a atividade doméstica socializadora, foram consideradas as premissas arroladas no Quadro 6.

Quadro 6: Premissas para a atividade doméstica socializadora

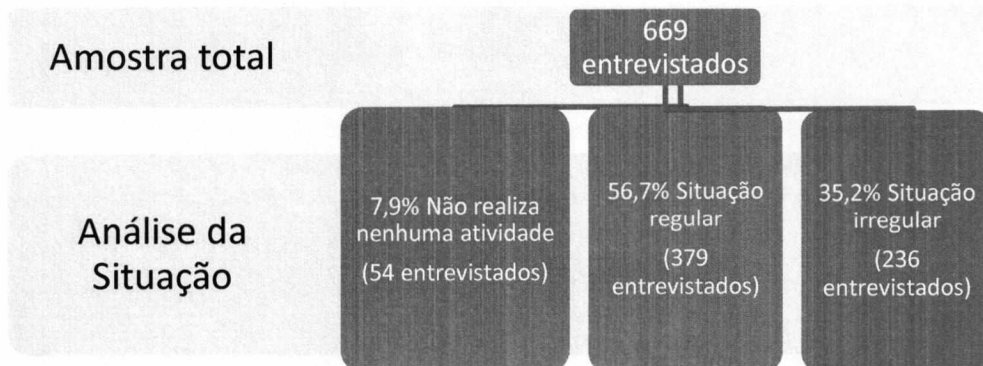
Ajudar a lavar a louça, arrumar uma cama e outras atividades que fazem parte da rotina doméstica não foram considerados trabalho infantil, e sim atividades de socialização, com caráter educativo, pois é saudável que crianças e adolescentes colaborem com suas famílias na divisão das responsabilidades e tarefas domésticas, desde que a atividade e o tempo dedicado ao seu desempenho sejam compatíveis com a idade e responsabilização.

Assim, para fins do diagnóstico foram considerados os seguintes critérios para identificar os entrevistados que realizam atividades domésticas socializadoras:

- estar estudando
- realizam as atividades em alguns dias da semana ou nos finais de semana
- em carga horária menor que duas horas por dia

Assim sendo, ilustra-se no Quadro 7 o percentual das supostas situações de trabalho infantil.

Quadro 7 – Panorama geral do trabalho infantil



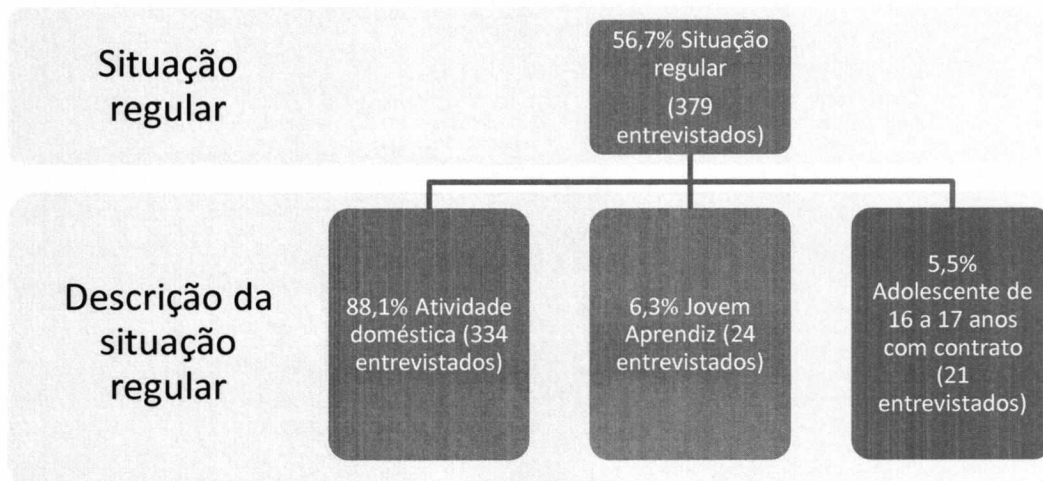
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Antes de entrar nas situações irregulares que são alertas de supostas situações de trabalho infantil, analisa-se a forma de trabalho regular dos 379 entrevistados.

8.2 ANÁLISE DA FORMA DE TRABALHO REGULAR

Dos 379 entrevistados (56,7%) que estão em situação regular de trabalho, 88,1% realizam atividades domésticas consideradas socializadoras, 6,3% são aprendizes e 5,5% na faixa etária entre 16 e 17 anos com contrato de trabalho.

Quadro 8 – Análise da situação regular de trabalho



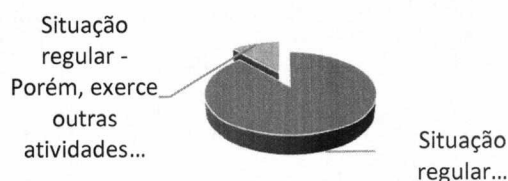
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Merece destaque entre os adolescentes em situação regular, que mesmo alguns sendo menor aprendizes ou contratados, ainda exercem atividades que podem ser alertas de possíveis

situações de trabalho infantil. São 43 adolescentes nesta situação, o que representa 11,3% dos 379 em situação de trabalho regular.

Tabela 53 – Situação de trabalho regular

Situação de trabalho	Obs.	(%)
Situação regular	336	88,7%
Situação regular - Porém, exerce outras atividades informais	43	11,3%
Total Geral	379	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

As atividades exercidas por estes 43 adolescentes, e demonstradas na Tabela 54, são na maioria das vezes realizadas na rua (19 casos) e ainda 37 deles afirmam realizar atividade doméstica caracterizada neste diagnóstico com características de exploração do trabalho.

Tabela 54 – Outras atividades exercidas por adolescentes que tem situação de trabalho regular

Classificação da atividade	Obs.	(%)
Atividade doméstica com características de exploração do trabalho	36	83,7%
Trabalho realizado na Rua	19	44,2%
O trabalho em atividades ilícitas	1	2,3%
O trabalho perigoso ou insalubre	2	4,7%
Situação regular exercendo atividades informais*	43	-

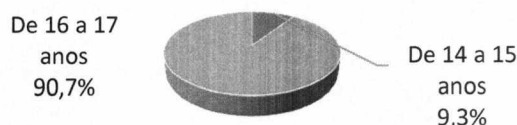
* Os entrevistados poderiam dar mais de uma resposta.

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria 2018.

E ainda, percebe-se que dos 43 adolescentes nesta situação, a maior parte está com idade de 16 a 17 anos conforme representado na Tabela 55 a seguir.

Tabela 55 – Faixa etária dos adolescentes em situação de trabalho regular, mas que exercem outras atividades irregulares

Situação de trabalho	Obs.	(%)
De 14 a 15 anos	4	9,3%
De 16 a 17 anos	39	90,7%
Total Geral	43	100,0%



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.3 ANÁLISE DA FORMA DE TRABALHO IRREGULAR

Foram consideradas situações irregulares de trabalho as atividades desempenhadas por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos - exceto na condição de aprendiz com 14 anos - que visem à obtenção de ganho para prover o sustento próprio ou da família, como também de quaisquer serviços que não tenham remuneração, dentre os quais destacam-se:

Trabalho realizado nas ruas ou em locais públicos

Caracteriza-se por atividades como venda e comércio de artigos ambulantes (venda de picolé, sorvete, bala) flanelinhas, pelo transporte de coisas e objetos, coleta de materiais reciclados, dentre outros. É considerada uma das piores formas de trabalho infantil, já que nas ruas as crianças e adolescentes estão sujeitas às condições diversas e de risco, que poderão acarretar em consequências irreversíveis ao seu desenvolvimento, como exposição a irradiação solar, a desidratação, hipotermia, ferimentos, acidentes, dependência química, atividade sexual precoce, violência física, psicológica e sexual, dentre outras violações de direito.

Trabalho informal, eventual ou sazonal

A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida de 16 anos, exceto na condição de aprendiz com 14 anos, e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. Assim mesmo que o trabalho não seja permanente, ou tenha pequena carga horária, ou seja, em determinada época do ano, se ele não tiver preenchido ambos os requisitos - de idade mínima e do registro formal - será considerado trabalho infantil, por ser informal e irregular.

Trabalho noturno, perigoso ou insalubre

A realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres é liberada a partir dos 18 anos, sendo expressamente proibida às crianças ou adolescentes, por compreenderem atividades (definidas em lei própria) que, devido à natureza e circunstâncias em que são executados, possam comprometer ou prejudicar o desenvolvimento do indivíduo, de sua saúde, segurança ou moral.

Trabalho Infantil doméstico

O trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil e também a mais difícil de ser identificada, por ser realizado entre muros domiciliares, em que crianças e adolescentes executam atividades de natureza doméstica e estão sujeitos a riscos ocupacionais tais como posições não ergonômicas, movimentos repetitivos, tracionamento da coluna vertebral, sobrecarga muscular, risco de queimaduras, entre outros. Pode ser realizado de duas formas:

- a) Na casa de terceiros ou de parentes, o que facilita sua caracterização. Além de oferecer os riscos acima descritos, ainda abre espaço para outras violações, tais como o abuso psicológico e sexual, além da privação de liberdade e dignidade.
- b) Na casa da própria família, quando a criança ou adolescente assume responsabilidade típicas de um adulto, e por natureza incompatível com o seu processo de desenvolvimento, tais como cuidar continuamente dos irmãos para que os pais possam trabalhar, assumir integralmente a preparação dos alimentos e refeições da família, ficar responsável por toda a organização da casa, entre outros.

Trabalho em atividades ilícitas

No trabalho em atividades ilícitas têm-se as situações de maior dano e prejudiciais para a criança e o adolescente, pois eles são utilizados para a prática de ilícitos graves, como o tráfico de drogas, a pornografia e a exploração sexual comercial.

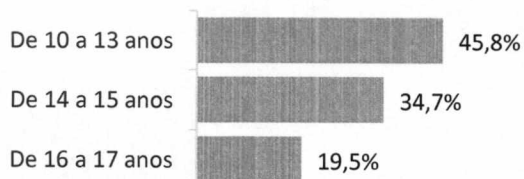
Neste grupo foram identificados 236 crianças e adolescentes para suposto trabalho infantil, sendo que destes 45,8% tinham entre 10 e 13 anos. Se considerarmos a análise por faixa etária, a faixa etária que mais apresenta situação irregular de trabalho é entre 14 e 15, com 43,9% dos entrevistados em situação irregular, representada na Tabela 56.

Tabela 56 – Representatividade da faixa etária

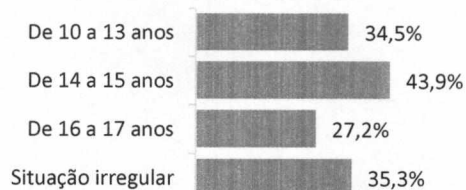
Faixa etária	Em situação Irregular		Total entrevistado	
	Obs.	(%) Situação Irregular	Obs.	(%) Amostra
De 10 a 13 anos	108	45,8%	313	34,5%
De 14 a 15 anos	82	34,7%	187	43,9%
De 16 a 17 anos	46	19,5%	169	27,2%
Situação irregular	236	100,0%	669	35,3%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria 2018.

Percentual por faixa etária do total de crianças e adolescentes em situação irregular



Percentual da faixa etária sob o total de crianças e adolescentes entrevistados na mesma faixa etária

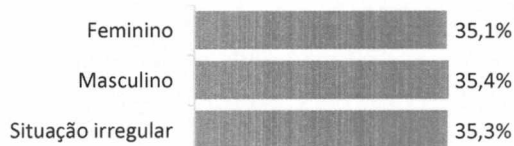


Ainda sobre o perfil, a Tabela 57 abaixo, mostra que apesar da predominância do sexo feminino em situação irregular, quando balanceada pelo tamanho da amostra tem-se que é praticamente igual o percentual entre os dois sexos em situação irregular, em torno de 35%.

Tabela 57 – Situação irregular por sexo

Sexo	Obs.	Amostra	(%)
Feminino	123	350	35,1%
Masculino	113	319	35,4%
Situação irregular	236	669	35,3%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



O motivo da realização das atividades é em 75% dos casos para ajudar a família, seguido por outros 30,9% para ter seu próprio dinheiro.

Tabela 58 – Porque realiza a atividade

Motivo	Obs.	(%)
Ajudar a família	177	75,0%
Ter meu dinheiro	73	30,9%
Ter uma ocupação	49	20,8%
Ter meu dinheiro	37	15,7%
Não ficar sozinho em casa	11	4,7%
Obrigação	3	1,3%
Pagar curso	2	0,8%
Adquirir experiência	1	0,4%
Mãe paga o celular em troca das atividades domésticas	1	0,4%
Situação irregular	236	-

Nota: Uma criança ou adolescente poderia dar mais de uma resposta

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

As atividades são realizadas normalmente para a família em 82,2% das situações irregulares.

Tabela 59 – Para quem realiza a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Para minha família (pai, mãe ou irmãos)	194	82,2%
Para mim mesmo	59	25,0%
Para outros parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	31	13,1%
Para outras pessoas (terceiros): para meu chefe, vizinho, patrão ou outros	21	8,9%
Para amigos	1	0,4%
Situação irregular	236	-

Nota: Uma criança ou adolescente poderia dar mais de uma resposta

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

O tempo dedicado para a atividade é na maioria dos casos entre 2 e 4 horas.

Tabela 60 – Tempo dedicado à atividade

Resposta	Obs.	(%)
8 horas por dia	9	3,8%
De 2 a 4 horas por dia	128	54,2%
De 5 a 6 horas por dia	51	21,6%
Mais de 8 horas por dia	5	2,1%
Pelo menos uma hora por dia	42	17,8%
Não informado	1	0,4%
Situação irregular	236	100,0%

Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2018.

E a frequência é, na maioria das vezes, todos os dias da semana (50,8%). Outros 35,2% realizam as atividades apenas alguns dias da semana.

Tabela 61 – Frequência que realiza a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Alguns dias da semana	83	35,2%
Só nos finais da semana	32	13,6%
Todos os dias da semana	120	50,8%
Total Geral	235	99,6%
Não informado	1	0,4%
Situação irregular	236	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Buscou-se saber se esses entrevistados em situação irregular recebem dinheiro pela atividade realizada, e 50,6% afirmam que não recebem incentivo financeiro.

Tabela 62 – Remuneração pela atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não	116	49,4%
Sim	119	50,6%
Não informado	1	0,4%
Situação irregular	236	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



O trabalho informal ou eventual se sobressai em todas as faixas etárias. Já a atividade doméstica com características de exploração do trabalho é mais intensa na faixa etária de 16 a 17 anos (113%), indicando que existem mais adolescentes em atividade doméstica com características de exploração do trabalho do que em situação irregular. Lembrando que apontamos anteriormente que muitos estão em situação regular, porém, exercem outras atividades que é o caso específico deste percentual acima de 100%. E o trabalho na rua é realizado por 97,8% dos adolescentes de 16 a 17 anos em situação de trabalho irregular, conforme dados da tabela a seguir:

Tabela 63 – Atividade realizada por faixa etária

Atividade	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Situação irregular	
	Obs	(%)	Obs	(%)	Obs	(%)	Obs	(%)
Trabalho informal ou eventual	79	73,1%	53	64,6%	40	87,0%	172	72,9%
Trabalho realizado na rua	51	47,2%	32	39,0%	45	97,8%	128	54,2%
Atividade doméstica com características de exploração do trabalho	40	37,0%	41	50,0%	52	113,0%	133	56,4%
Trabalho perigoso ou insalubre	28	25,9%	9	11,0%	7	15,2%	44	18,6%
Trabalho em atividades ilícitas	4	3,7%	10	12,2%	6	13,0%	20	8,5%
Trabalho noturno		0,0%		0,0%	2	4,3%	2	0,8%
Total	108	100,0%	82	100,0%	46	100,0%	236	100,0%

Nota: Uma criança ou adolescente poderia exercer mais de uma atividade

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Algumas regiões mostram padrões de atividades, como por exemplo: na Região Rural tem uma prevalência de atividades perigosas ou insalubres (33,3%); já na Região 7 se sobressai a atividade doméstica com características de exploração do trabalho (54,4%); as atividades ilícitas se mostram mais assíduas na Região 2; e, por último enfatiza-se as atividades realizadas na rua que se sobressaem nas Regiões 1, 3, 10 e 11, todas com mais de 60% de citações.

Tabela 64 – Atividade realizada por região

Região	Trabalho informal ou eventual		Trabalho realizado na Rua		Atividade doméstica com características de exploração do trabalho		Trabalho perigoso ou insalubre		Trabalho em atividades ilícitas		Trabalho noturno		Em situação irregular de trabalho
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	
Região 1	9	75,0%	10	83,3%	9	33,3%	2	8,3%	3	16,7%		0,0%	12
Região 2	8	80,0%	4	40,0%	5	30,0%	1	10,0%	2	20,0%		0,0%	10
Região 3	41	78,8%	34	65,4%	35	45,1%	14	25,5%	3	3,9%	1	2,0%	52
Região 4	9	69,2%	6	46,2%	7	38,5%	3	23,1%	1	7,7%		0,0%	13
Região 5	5	62,5%	3	37,5%	4	37,5%	1	12,5%		0,0%		0,0%	8
Região 6	8	88,9%	4	44,4%	1	11,1%		0,0%	1	11,1%		0,0%	9
Região 7	36	63,2%	22	38,6%	37	54,4%	9	15,8%	4	7,0%	1	1,8%	57
Região 8	5	83,3%	1	16,7%		0,0%	1	16,7%	1	16,7%		0,0%	6
Região 9	10	66,7%	7	46,7%	7	40,0%	3	20,0%	2	13,3%		0,0%	15
Região 10	11	78,6%	11	78,6%	5	21,4%	1	7,1%	2	14,3%		0,0%	14
Região 11	23	74,2%	21	67,7%	19	45,2%	6	19,4%	1	3,2%		0,0%	31
Região Rural Cambaratiba	7	77,8%	5	55,6%	4	44,4%	3	33,3%		0,0%		0,0%	9
Situação irregular	172	72,9%	128	54,2%	133	41,3%	44	17,9%	20	7,7%	2	0,9%	236

Nota: Uma criança ou adolescente poderia exercer mais de uma atividade

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Dentro da forma irregular foram investigadas algumas atividades ilícitas, como prostituição e tráfico, com a seguinte abordagem:

Quadro 9: Abordagem para atividades ilícitas

- a) Você já levou ou entregou algum tipo de droga ilícita para outra pessoa a pedido de alguém por dinheiro ou para ganhar algo em troca? (1) NÃO (2) SIM
- b) Você já usou o seu corpo, fez carinho ou qualquer outra coisa a pedido de alguém por dinheiro ou para ganhar algo em troca? (1) NÃO (2) SIM

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

A tabela 65 mostra a incidência de envolvimento com atividades ilícitas dentro de toda a amostra de entrevistas. As atividades que envolviam drogas atingem 1,8% dos entrevistados, sendo mais incidente na faixa etária de 14 a 15 anos (3,7%); as atividades de prostituição também são mais incidentes nesta faixa etária, 2,1%; se observarmos o envolvimento com ambas as atividades, isso atingiu três entrevistados, e a maioria de 10 a 13 anos (0,6%). Já o envolvimento com qualquer uma das atividades somou 20 entrevistados, o que representou 3% da amostra.

Tabela 65 – Envolvimento com situações ilícitas por faixa etária

Faixa etária	Droga		Prostituição		Droga e Prostituição		Droga ou Prostituição		Amostra
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.
De 10 a 13 anos	2	0,6%	4	1,3%	2	0,6%	4	1,3%	313
De 14 a 15 anos	7	3,7%	4	2,1%	1	0,5%	10	5,3%	187
De 16 a 17 anos	3	1,8%	3	1,8%	0	0,0%	6	3,6%	169
Respondentes	12	1,8%	11	1,6%	3	0,4%	20	3,0%	669

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Por sexo, o envolvimento com atividades ligadas a drogas é mais incidente no sexo masculino, 2,8%, já a prostituição no feminino, 2,6%. O envolvimento com ambos atinge mais o sexo feminino, 0,6%.

Tabela 66 – Envolvimento com situações ilícitas por sexo

Sexo	Droga		Prostituição		Droga e Prostituição		Droga ou Prostituição		Amostra
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.
Feminino	3	0,9%	9	2,6%	2	0,6%	10	2,9%	350
Masculino	9	2,8%	2	0,6%	1	0,3%	10	3,1%	319
Respondentes	12	1,8%	11	1,6%	3	0,4%	20	3,0%	669

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.4 CRUZAMENTO DA SITUAÇÃO DE TRABALHO COM ATIVIDADES DE ESPORTE, CULTURA E OUTROS CURSOS

Buscou-se cruzar a realização de atividades com a situação de trabalho dos entrevistados; começando pela atividade esportiva, percebeu-se com os dados que, apesar de existir uma diferença em percentual dos que estão em situação irregular, 35,7% fazem atividades esportivas, e dos que não estão em situação irregular, 40,8% realizam. Essa diferença não é estatisticamente significativa, o que permite concluir que o índice de crianças e adolescentes que realizam atividade esportiva é igual nas duas situações de trabalho.

Tabela 67 - Cruzamento situação de trabalho com atividade esportiva

Atividade de Esporte	Situação irregular		Situação regular		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não participa	152	64,4%	224	59,1%	376	61,1%
Sim, participa	84	35,7%	155	40,8%	239	38,9%
Respondentes	236	100,0%	379	100,0%	615	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



Na atividade cultural, os que estão em situação irregular participam em percentual maior do que os que estão em situação regular. Porém, a diferença também não é significativa, ou seja, conclui-se que os dois grupos participam de atividades culturais na mesma proporção.

Tabela 68 – Cruzamento situação de trabalho com atividade cultural

Atividade de Cultura	Situação irregular		Situação regular		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não participa	188	79,6%	323	85,2%	511	83,1%
Sim, participa	48	20,4%	56	14,7%	104	16,9%
Respondentes	236	100,0%	379	100,0%	615	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

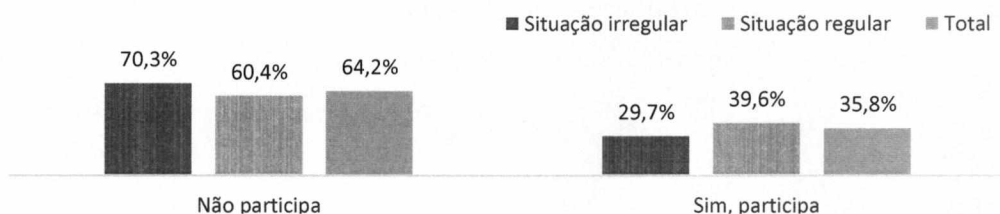


Já na realização de outros cursos, tem-se uma diferença e conclui-se que quem está em situação irregular realiza menos cursos (29,8%) do que os que não estão nesta situação⁸ (39,5%).

Tabela 69 – Cruzamento situação de trabalho com outros cursos

Outros cursos	Situação irregular		Situação regular		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não participa	166	70,3%	229	60,4%	395	64,2%
Sim, participa	70	29,8%	150	39,5%	220	35,8%
Respondentes	236	100,0%	379	100,0%	615	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

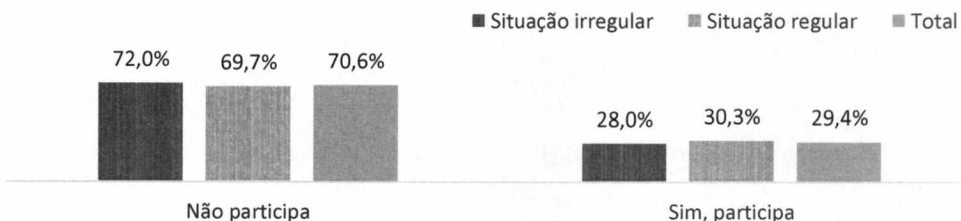


Na realização de cursos de idioma, também se observou que os percentuais de realização são muito próximos para os dois grupos, enquanto 28,1% dos que se encontram em situação irregular realizam cursos de idioma, este percentual na situação regular é de 30,3%, percentuais estes que não tem uma diferença significativa.

Tabela 70 – Cruzamento situação de trabalho com curso de idioma

Curso de idioma	Situação irregular		Situação regular		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não participa	170	72,0%	264	69,7%	434	70,6%
Sim, participa	66	28,1%	115	30,3%	181	29,4%
Respondentes	236	100,0%	379	100,0%	615	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



⁸Para as tabelas 66, 67, 68 e 69 foi aplicado o Teste Qui-Quadrado o qual foi significativo a um p-valor 0,01 apenas na tabela 68.

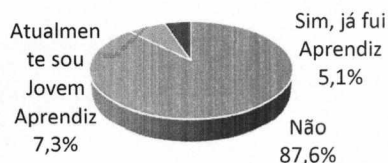
8.5 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DE 14 A 17 ANOS

Aos entrevistados com idade para participar do Programa Jovem Aprendiz, foi investigado seu conhecimento sobre o programa. Do total de 356 entrevistados nesta faixa etária, 87,6% nunca participaram do programa.

Tabela 71 – Já participou do Programa Jovem Aprendiz de 14 a 15 anos

Resposta	Obs.	(%)
Não	312	87,6%
Atualmente sou Jovem Aprendiz	26	7,3%
Sim, já fui Aprendiz	18	5,1%
Respondentes	356	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

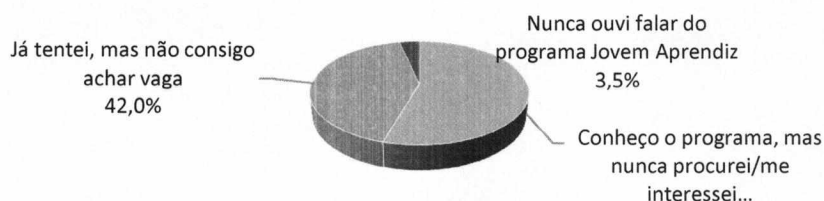


O motivo alegado não é desconhecimento, pois apenas 3,5% afirmou “Nunca ouvi falar do programa Jovem Aprendiz”, a maioria conhece o programa (96,5%), sendo que 54,5% conhece, mas nunca tentou participar e 42% conhece e já tentou participar do programa.

Tabela 72 – Por que nunca participou do Programa Jovem Aprendiz

Resposta	Obs.	(%)
Conheço o programa, mas nunca procurei/me interessei	170	54,5%
Já tentei, mas não consigo achar vaga	131	42,0%
Nunca ouvi falar do Programa Jovem Aprendiz	11	3,5%
Respondentes	312	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

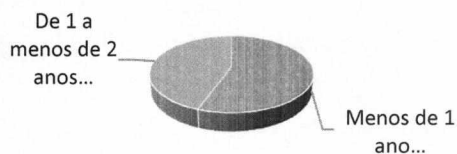


Com os poucos que já participaram ou participam, 44 entrevistados, - sendo destes 26 que atualmente são Jovem Aprendiz e outros 18 que já foram Jovem Aprendiz - investigou-se outros aspectos do programa. Para os 18 que já participaram, perguntou-se o tempo em que permaneceram no programa, e a maioria (55,6%) ficou menos de um ano.

Tabela 73 – Quanto tempo ficou no Programa Jovem Aprendiz

Resposta	Obs.	(%)
Menos de um ano	10	55,6%
De um a menos de dois anos	8	44,4%
Respondentes	18	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



O motivo alegado para a saída do programa em 55,6% dos casos foi o fim do contrato. Porém 33,3% afirmou que não gostou da atividade, um percentual relativamente expressivo.

Tabela 74 – Porque saiu do Programa Jovem Aprendiz

Resposta	Obs.	(%)
Acabou meu contrato	10	55,6%
Não gostei da atividade	6	33,3%
Mudei de cidade	1	5,6%
Teria de iniciar estudos à noite e os pais não deixam	1	5,6%
Respondentes	18	100,0%

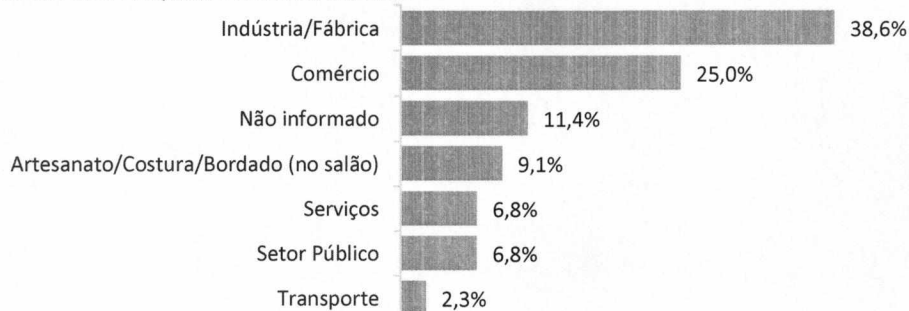
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Os ramos das atividades mais exercidas foram nas indústrias, 38,6%. O comércio representou 25% das experiências dos adolescentes que atuaram como Jovem Aprendiz.

Tabela 75 – Ramo da atividade de jovem aprendiz

Resposta	Obs.	(%)
Indústria/Fábrica	17	38,6%
Comércio	11	25,0%
Não informado	5	11,4%
Artesanato/Costura/Bordado (no salão)	4	9,1%
Serviços	3	6,8%
Setor Público	3	6,8%
Transporte	1	2,3%
Respondentes	44	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultorias, 2018.



Analisando a representatividade do total de aprendizes entrevistados, percebe-se que é mais incidente o número na faixa etária de 16 a 17 anos, 20,1%, enquanto na faixa etária menor, de 14 a 15, esse percentual é de 5,3%.

Tabela 76 – Faixa etária dos jovens aprendizes

Resposta	Jovem Aprendiz		Não		Amostra	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
De 14 a 15 anos	10	5,3%	177	94,7%	187	100,0%
De 16 a 17 anos	34	20,1%	135	79,9%	169	100,0%
Respondentes	44	12,4%	312	87,6%	356	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Em relação ao sexo, 13,4% do sexo feminino participa ou participou como Jovem Aprendiz, já no sexo masculino esse percentual foi de 11,2%.

Tabela 77 - Sexo dos jovens aprendizes

Sexo	Jovem Aprendiz		Não		Amostra	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Feminino	25	13,4%	162	86,6%	187	100,0%
Masculino	19	11,2%	150	88,8%	169	100,0%
Respondentes	44	12,4%	312	87,6%	356	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

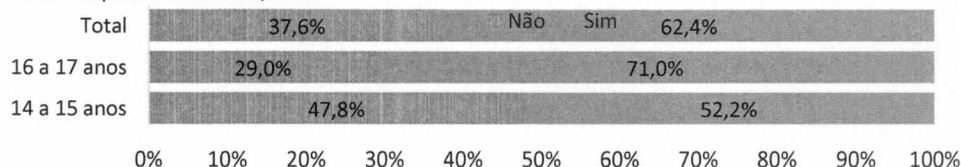
8.6 PROCURANDO EMPREGO DE 14 A 17 ANOS

Entre os adolescentes de 14 a 17 anos que declararam não estar trabalhando, foi questionado se estavam procurando emprego. O maior percentual, 71%, ficou na faixa etária de 16 a 17 anos

Tabela 78 – Situação em relação ao emprego por faixa etária

Procurando trabalho	14 a 15 anos		16 a 17 anos		Total	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Não	76	47,8%	29	29,0%	105	37,6%
Sim	103	52,2%	71	71,0%	174	62,4%
Respondentes	179	100,0%	100	100,0%	279	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.



O motivo de estarem procurando emprego alegado pelos grupos difere, enquanto 48,5% dos adolescentes de 14 a 15 anos afirmam que estão procurando emprego para ajudar a família, para os adolescentes de 16 a 17 anos, 76,1%, procuram emprego para ter o seu próprio dinheiro.

Tabela 79 – Porque está procurando trabalho

Procurando trabalho	14 a 15 anos		16 a 17 anos		Total	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Ajudar a família	50	48,5%	44	62,0%	94	54,0%
Ter meu dinheiro	48	46,6%	54	76,1%	102	58,6%
Ter uma ocupação	20	19,4%	12	16,9%	32	18,4%
Não ficar sozinho em casa	1	1,0%	1	1,4%	2	1,1%
Respondentes	103	-	71	-	174	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Dos que não estão procurando emprego, um grande percentual, 48,3% na faixa etária de 16 a 17 anos afirma que está estudando e focando nos estudos. Para os mais jovens, 14 a 15 anos o motivo alegado é a falta de interesse em procurar algum trabalho, 39,5%.

Tabela 80 – Porque não está procurando trabalho

Resposta	14 a 15 anos		16 a 17 anos		Total	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Nunca me interessei em procurar um trabalho	30	39,5%	10	34,5%	40	38,1%
Não tenho idade para isso	20	26,3%	1	3,4%	21	20,0%
Meus pais não deixam	12	15,8%	2	6,9%	14	13,3%
Está estudando / Foco nos estudos			14	48,3%	14	13,3%
Já estou trabalhando	11	14,5%		0,0%	11	10,5%
Não tenho tempo	2	2,6%	1	3,4%	3	2,9%
Está fazendo tratamento	1	1,3%	1	3,4%	2	1,9%
Respondentes	76	100,0%	29	100,0%	105	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

E por fim, observando apenas aqueles que procuram emprego, percebe-se que, independentemente da faixa etária, a “falta de experiência” é o principal motivo alegado pelos menores de não conseguirem emprego algum.

Tabela 81 – Motivo alegado por não ter arrumado emprego

Resposta	14 a 15 anos		16 a 17 anos		Total	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Falta de experiência	34	33,0%	27	38,0%	61	35,1%
Falta de estudo conforme a faixa etária	21	20,4%		0,0%	21	12,1%
Falta de oportunidades / vagas	15	14,6%	21	29,6%	36	20,7%
Por ser de menor idade	15	14,6%	3	4,2%	18	10,3%
Qualificação profissional	8	7,8%	5	7,0%	13	7,5%
Está estudando / Foco nos estudos		0,0%	5	7,0%	5	2,9%
Falta de estudo conforme a faixa etária		0,0%	3	4,2%	3	1,7%
Não coincide com o horário de estudo		0,0%	3	4,2%	3	1,7%
Outros	10	9,7%	4	5,6%	14	8,0%
Respondentes	103	100,0%	71	100,0%	174	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.7 INDICADORES DE TRABALHO INFANTIL OBTIDOS NA PESQUISA

Utilizando-se de técnicas estatísticas de extrapolação dos resultados da amostra para a população, a pesquisa com crianças e adolescentes de Ibitinga traz que existem entre 2.027 a 2.490 crianças e adolescentes em provável situação irregular⁹ de trabalho no Município (Quadro 10), isso levando em considerações os critérios utilizados para analisar as declarações dos próprios adolescentes sobre as atividades desenvolvidas por eles e também os critérios adotados pela Rede de Atendimento do Município para descrever uma provável situação de trabalho infantil.

Quadro 10: Extrapolação dos resultados amostrais para a população

Faixa etária	Obs. Amostrais	(%) Amostral em suposta situação de trabalho infantil	Total populacional	IC* + ou -	IC Inferior	IC Superior
De 10 a 13 anos	108	34,5%	3.104	5,3%	908	1.235
De 14 a 15 anos	82	43,9%	1.618	7,1%	594	825
De 16 a 17 anos	46	27,2%	1.680	6,7%	345	570
De 10 a 17 anos	236	35,3%	6.402	3,6%	2.027	2.490

Nota: Os valores apresentados neste quadro foram estimados através de pesquisa amostral realizada no município de Ibitinga e contou com a aprovação da rede de atendimento de Ibitinga no que se refere à qualificação das respostas da pesquisa em situação irregular ou não de trabalho.

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

*IC = Intervalo de Confiança

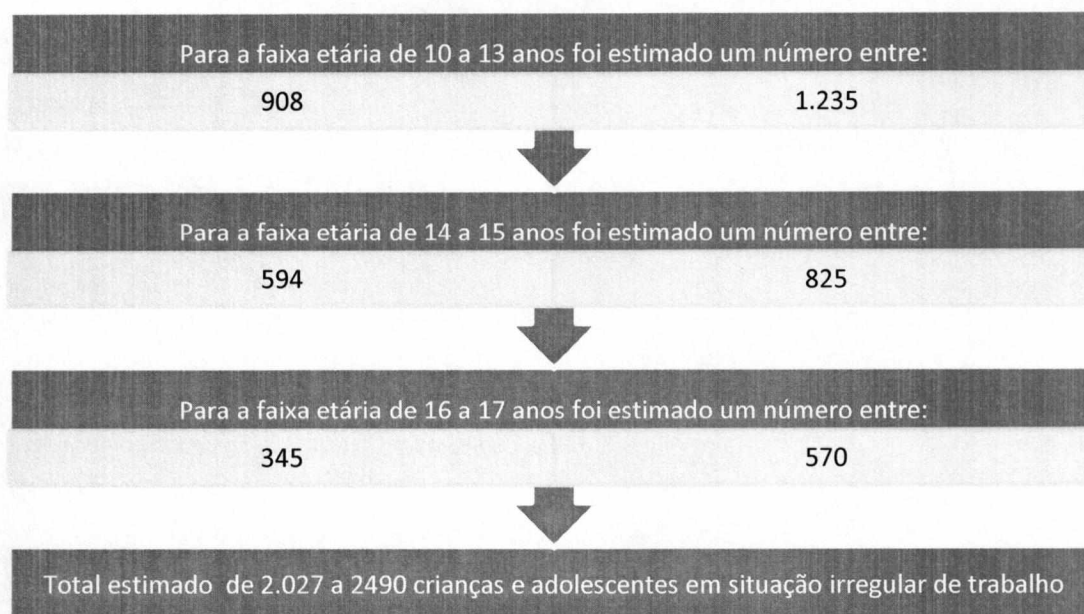
Tem-se que, proporcionalmente, o Quadro 10 mostra que a faixa etária de 14 a 15 anos é a que tem mais prováveis situações de trabalho infantil, chegando a representar 43,9% na pesquisa amostral realizada, o que extrapolando para os dados da população são de 594 a 825 casos.

Para a faixa etária de 10 a 13 anos estima-se que existam de 908 a 1.235 crianças em situação irregular de trabalho e, para a faixa etária de 16 a 17 anos estima-se que existam de 345 a 570 crianças em situação irregular de trabalho.

A Figura 3 a seguir ilustra os números apresentados no Quadro 10.

⁹ Lembramos que os critérios que compuseram a categorização de trabalho irregular e regular foram definidos especificamente para este trabalho, em conjunto com a Rede de Atendimento do município de Ibitinga, e que, caso esta pesquisa seja analisada com outros critérios, mais rígidos ou menos rígidos, os resultados, do quantitativo de crianças e adolescentes em provável situação de trabalho irregular, podem ser diferentes, em maior ou menor quantitativo.

Figura 3: Número ESTIMADO de crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho



Nota: Os valores apresentados nesta figura foram estimados através de pesquisa amostral realizada no município de Ibitinga e contou com a aprovação da Rede de Atendimento de Ibitinga no que se refere à qualificação das respostas da pesquisa em situação irregular ou não de trabalho.

Neste intervalo estimado de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, considerou-se todas as crianças e adolescentes que apresentaram pelo menos uma das situações de trabalho (informal ou eventual; realizado na rua; atividade doméstica com características de exploração do trabalho; perigoso ou insalubre; atividades ilícitas; e, trabalho noturno), lembrando que uma criança ou adolescente poderia realizar uma ou mais atividades irregulares. Assim sendo, como os critérios já apresentados no Quadro 6 teve que a atividade doméstica trouxe um incremento considerável a este total de crianças e adolescentes em situação irregular, como observado na Tabela 82. Teve-se que das 236 crianças e adolescentes em situação irregular, 22,5% foram caracterizados realizando unicamente atividade doméstica com características de exploração do trabalho. Então, se olhássemos apenas as outras atividades (excluindo-se atividade doméstica com características de exploração do trabalho) o percentual de crianças e adolescentes no Município em provável situação de trabalho irregular cairia de 35,3% para 27,4%.

Tabela 82 – Estimativa do trabalho informal ou eventual com ênfase na atividade doméstica

Atividade irregular	Quant.	(%)	Amostra	(%)
Atividade doméstica com características de exploração do trabalho	53	22,5%	669	7,9%
Outras atividades irregulares	183	77,5%	669	27,4%
Total Geral	236	100,0%	669	35,3%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Depois deste adendo, voltamos a analisar cada atividade. Assim sendo, apresenta-se o total estimado, e ainda um mapa que mostra a concentração de situações nas regiões geográficas pré-definidas neste diagnóstico, lembrando que uma criança ou adolescente pode exercer uma ou mais atividades, por isso não podemos somar o estimado em cada atividade. É importante ressaltar isso, pois o valor encontrado na amostra de 236, se refere a crianças e adolescentes e não à soma das atividades exercidas por eles.

8.7.1 TRABALHO INFORMAL OU EVENTUAL

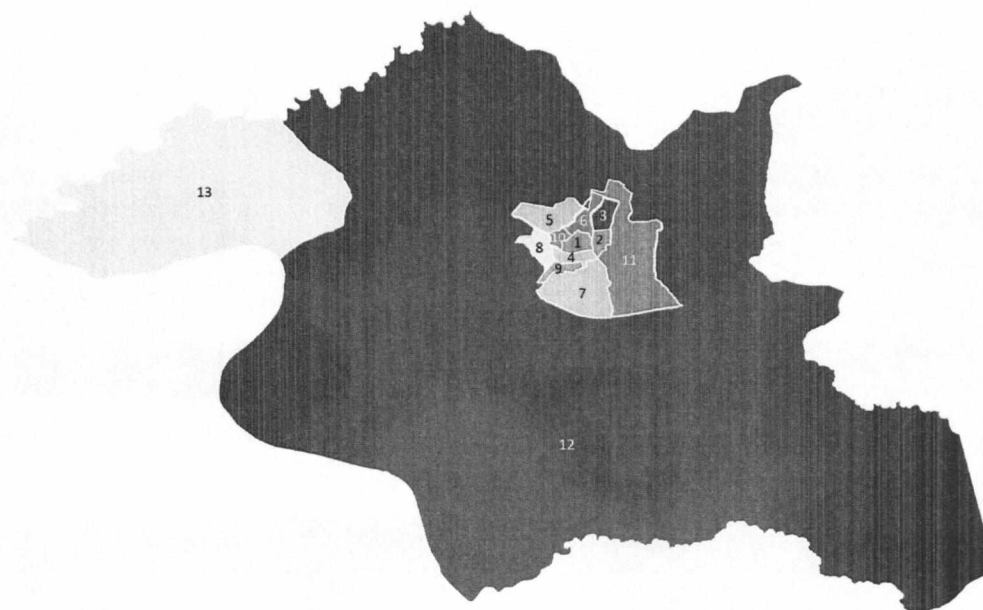
No trabalho informal ou eventual teve-se 25,7% da amostra exercendo atividades neste grupo (172 crianças ou adolescentes), sendo a região com maior percentual a Região 3, com 36,6%. Extrapolando para a população, segundo os critérios de análise e as autodeclarações dos respondentes, estima-se entre 1.434 a 1.858 crianças e adolescentes em situação irregular nesta atividade.

Tabela 83 – Estimativa do trabalho informal ou eventual

Região	Amostra		Estimativa populacional	
	Quant.	(%)	IC Inferior	IC Superior
Cambaratiba	0	0,0%	0	0
Região 8	5	10,6%	8	82
Região 5	5	19,2%	10	87
Região 7	36	22,4%	212	383
Região 4	9	23,7%	44	160
Região 1	9	24,3%	39	143
Região 9	10	25,6%	44	146
Região 2	8	25,8%	36	141
Região 11	23	25,8%	140	292
Região 10	11	28,2%	50	150
Região 6	8	33,3%	51	182
Região Rural	7	35,0%	30	119
Região 3	41	36,6%	298	
Total Geral	172	25,7%	1.434	1.858

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Mapa 2: Mapa da estimativa do trabalho informal ou eventual



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.7.2 TRABALHO REALIZADO NA RUA

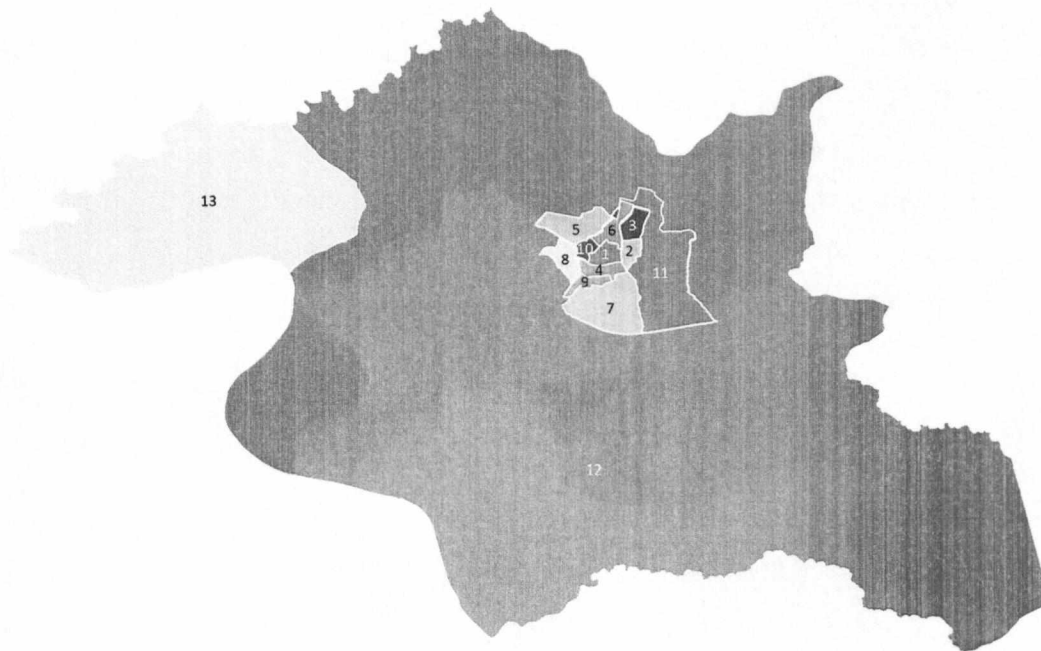
No trabalho realizado na rua teve-se 19,1% da amostra exercendo atividades neste grupo (128 crianças ou adolescentes), sendo a região com maior percentual novamente a Região 3, com 30,4%. Extrapolando para a população, segundo os critérios de análise e as autodeclarações dos respondentes, estima-se entre 1.034 a 1.416 crianças e adolescentes em situação irregular nesta atividade.

Tabela 84 – Estimativa do trabalho realizado na rua

Região	Amostra		Estimativa populacional	
	Quant.	(%)	IC Inferior	IC Superior
Cambaratiba	0	0,0%	0	0
Região 8	1	2,1%	0	26
Região 5	3	11,5%	0	61
Região 2	4	12,9%	0	85
Região 7	22	13,7%	111	252
Região 4	6	15,8%	0	117
Região 6	4	16,7%	6	110
Região 9	7	17,9%	22	112
Região 11	21	23,6%	124	271
Região Rural	5	25,0%	13	93
Região 1	10	27,0%	48	155
Região 10	11	28,2%	50	150
Região 3	34	30,4%	235	418
Total Geral	128	19,1%	1.034	1.416

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Mapa 3: Mapa da estimativa do trabalho realizado na rua



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.7.3 TRABALHO PERIGOSO OU INSALUBRE

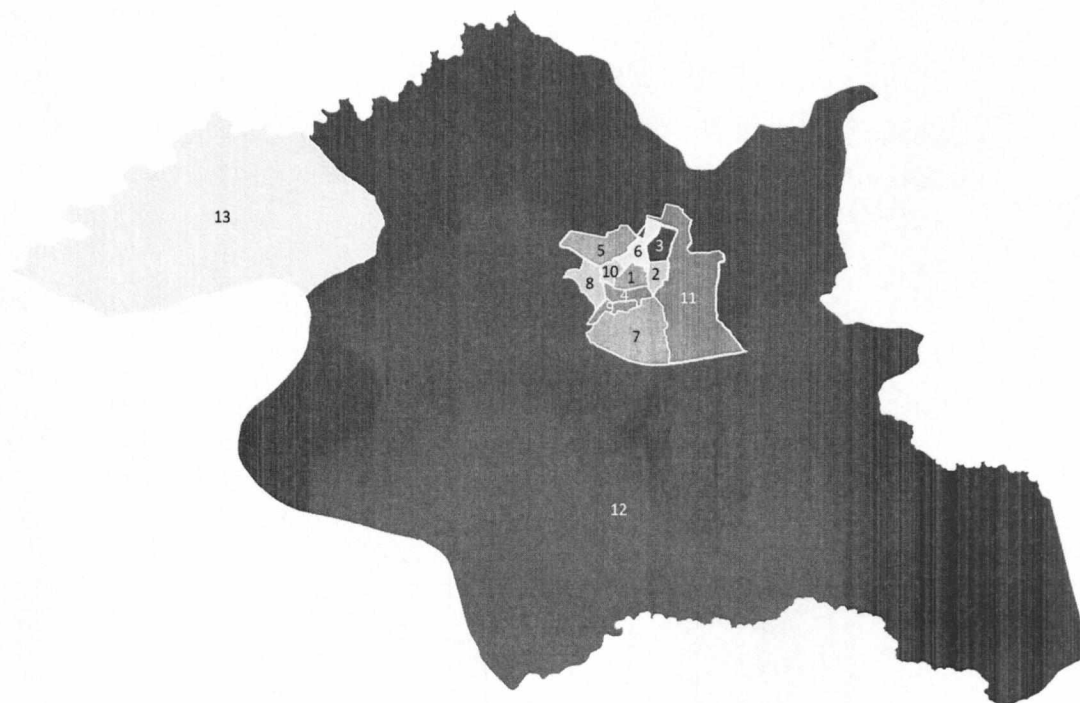
No trabalho perigoso ou insalubre teve-se 6,6% da amostra exercendo atividades neste grupo (44 crianças ou adolescentes), sendo a região com maior percentual a Região Rural, com 15%. Extrapolando para a população, segundo os critérios de análise e as autodeclarações dos respondentes, estima-se entre 301 a 541 crianças e adolescentes em situação irregular nesta atividade.

Tabela 85 – Estimativa do trabalho perigoso ou insalubre

Região	Amostra		Estimativa populacional	
	Quant.	(%)	IC Inferior	IC Superior
Região 6	0	0,0%	0	0
Cambaratiba	0	0,0%	0	0
Região 8	1	2,1%	0	26
Região 10	1	2,6%	0	27
Região 2	1	3,2%	0	32
Região 5	1	3,8%	0	29
Região 1	2	5,4%	0	48
Região 7	9	5,6%	27	121
Região 11	6	6,7%	13	100
Região 9	3	7,7%	0	60
Região 4	3	7,9%	0	71
Região 3	14	12,5%	69	200
Região Rural	3	15,0%	0	65
Total Geral	44	6,6%	301	541

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Mapa 4: Mapa da estimativa do trabalho perigoso ou insalubre



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.7.4 TRABALHO EM ATIVIDADES ILÍCITAS

No trabalho em atividades ilícitas teve-se 3% da amostra exercendo atividades neste grupo (20 crianças ou adolescentes), sendo a região com maior percentual a Região 1, com 8,1%. Extrapolando para a população, segundo os critérios de análise e as autodeclarações dos respondentes, estima-se entre 109 a 274 crianças e adolescentes em situação irregular nesta atividade.

Tabela 86 – Estimativa do trabalho em atividades ilícitas

Região	Amostra		Estimativa populacional	
	Quant.	(%)	IC Inferior	IC Superior
Região 5	0	0,0%	0	0
Região Rural	0	0,0%	0	0
Cambaratiba	0	0,0%	0	0
Região 11	1	1,1%	0	28
Região 8	1	2,1%	0	26
Região 7	4	2,5%	1	65
Região 4	1	2,6%	0	33
Região 3	3	2,7%	0	61
Região 6	1	4,2%	0	42
Região 9	2	5,1%	0	45
Região 10	2	5,1%	0	43
Região 2	2	6,5%	0	52
Região 1	3	8,1%	0	64
Total Geral	20	3,0%	109	274

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Mapa 5: Mapa da estimativa do trabalho em atividades ilícitas



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.7.5 TRABALHO NOTURNO

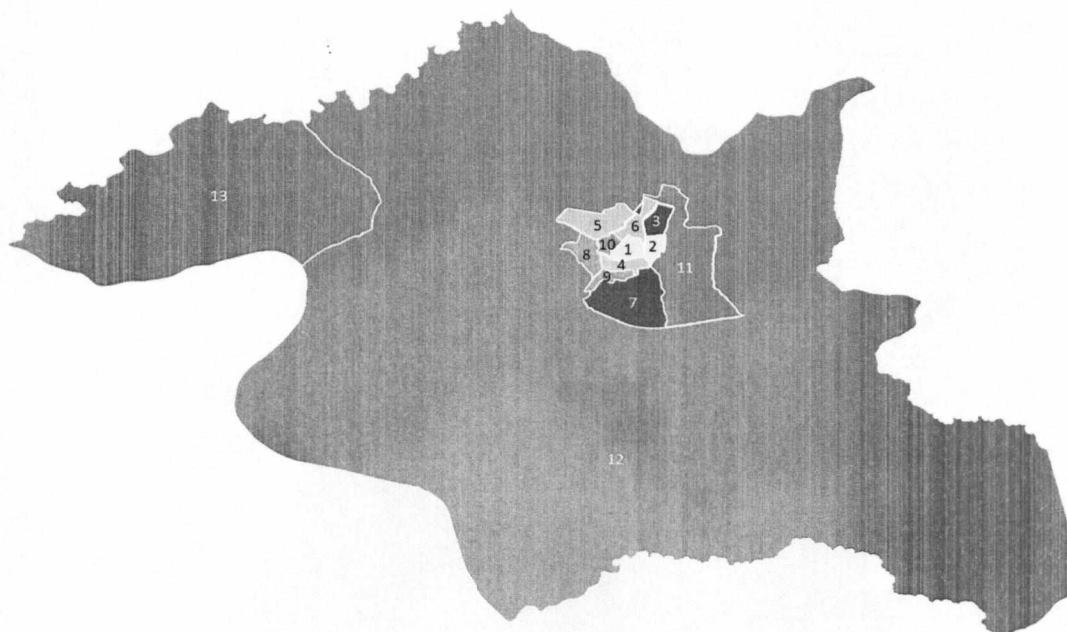
No trabalho noturno teve-se 0,3% da amostra exercendo atividades neste grupo (duas crianças ou adolescentes), sendo a região com maior percentual a Região 3, com 0,9%. Extrapolando para a população, segundo os critérios de análise e as autodeclarações dos respondentes, estima-se entre 0 a 46 crianças e adolescentes em situação irregular nesta atividade.

Tabela 87 – Estimativa do trabalho noturno

Região	Amostra		Estimativa populacional	
	Quant.	(%)	IC Inferior	IC Superior
Região 1	0	0,0%	0	0
Região 2	0	0,0%	0	0
Região 4	0	0,0%	0	0
Região 5	0	0,0%	0	0
Região 6	0	0,0%	0	0
Região 8	0	0,0%	0	0
Região 9	0	0,0%	0	0
Região 10	0	0,0%	0	0
Região 11	0	0,0%	0	0
Região Rural	0	0,0%	0	0
Cambaratiba	0	0,0%	0	0
Região 7	1	0,6%	0	24
Região 3	1	0,9%	0	28
Total Geral	2	0,3%	0	46

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Mapa 6: Mapa da estimativa do trabalho noturno



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.7.6 ATIVIDADE DOMÉSTICA COM CARACTERÍSTICAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

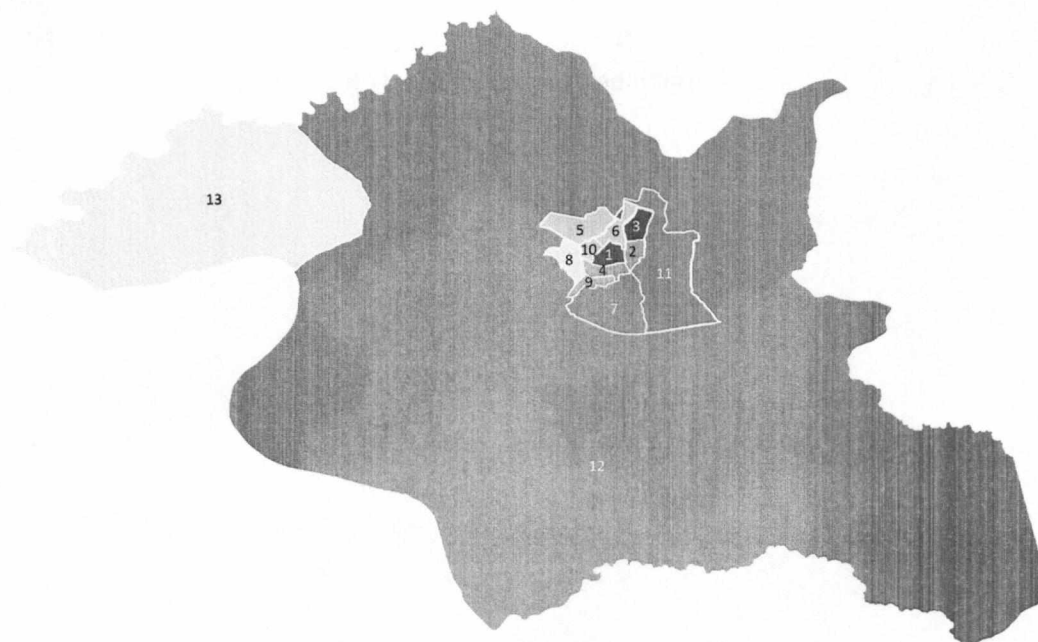
Na atividade doméstica com características de exploração do trabalho teve-se 19,9% da amostra exercendo atividades neste grupo (133 crianças ou adolescentes), sendo a região com maior percentual a Região 3, com 31,3%. Extrapolando para a população, segundo os critérios de análise e as autodeclarações dos respondentes, estima-se entre 1.079 a 1.466 crianças e adolescentes em situação irregular nesta atividade.

Tabela 88 – Estimativa da atividade doméstica com características de exploração do trabalho

Região	Amostra		Estimativa populacional	
	Quant.	(%)	IC Inferior	IC Superior
Região 8	0	0,0%	0	0
Cambaratiba	0	0,0%	0	0
Região 6	1	4,2%	0	42
Região 10	5	12,8%	0	83
Região 5	4	15,4%	0	74
Região 2	5	16,1%	0	100
Região 9	7	17,9%	22	112
Região 4	7	18,4%	26	132
Região Rural	4	20,0%	5	80
Região 11	19	21,3%	107	250
Região 7	37	23,0%	219	392
Região 1	9	24,3%	0	143
Região 3	35	31,3%	244	428
Total Geral	133	19,9%	1.079	1.466

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Mapa 7: Mapa da estimativa da atividade doméstica com características de exploração do trabalho



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

8.7.7 MAPA GERAL DE SITUAÇÕES IRREGULARES DE TRABALHO INFANTIL

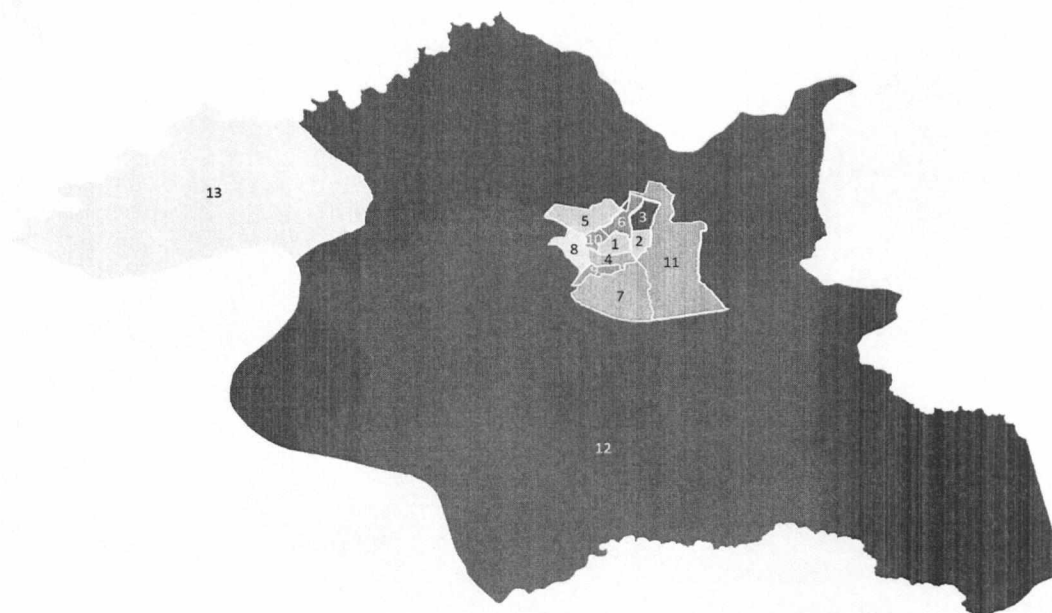
No geral, quando consideramos o total de crianças e adolescentes da amostra que realizavam pelo menos uma atividade irregular, teve-se 35,3% da amostra exercendo atividades irregulares (236 crianças ou adolescentes), sendo a região com maior percentual a Região 3, com 46,4%. Extrapolando para a população, segundo os critérios de análise e as autodeclarações dos respondentes, estima-se entre 2.027 a 2.490 crianças e adolescentes em situação irregular.

Tabela 89 – Estimativa de qualquer tipo de trabalho infantil

Região	Amostra		Estimativa populacional	
	Quant.	(%)	IC Inferior	IC Superior
Cambaratiba	0	0,0%	0	0
Região 8	6	12,8%	14	94
Região 5	8	30,8%	33	123
Região 2	10	32,3%	54	167
Região 1	12	32,4%	65	179
Região 4	13	34,2%	82	211
Região 11	31	34,8%	208	374
Região 7	57	35,4%	372	569
Região 10	14	35,9%	74	181
Região 6	9	37,5%	63	199
Região 9	15	38,5%	86	200
Região Rural	9	45,0%	49	142
Região 3	52	46,4%	400	599
Total Geral	236	35,3%	2.027	2.490

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

Mapa 8: Mapa da estimativa de qualquer tipo de trabalho infantil



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

9. FISCALIZAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Foram realizadas atividades referentes à fiscalização nos dias 16/02/2017 e 12/06/2017. O estabelecimento fiscalizado possui cinco trabalhadores, sendo três homens e duas mulheres, considerando todo o período fiscalizado.

Quadro 11: Resultado da fiscalização do Ministério do Trabalho

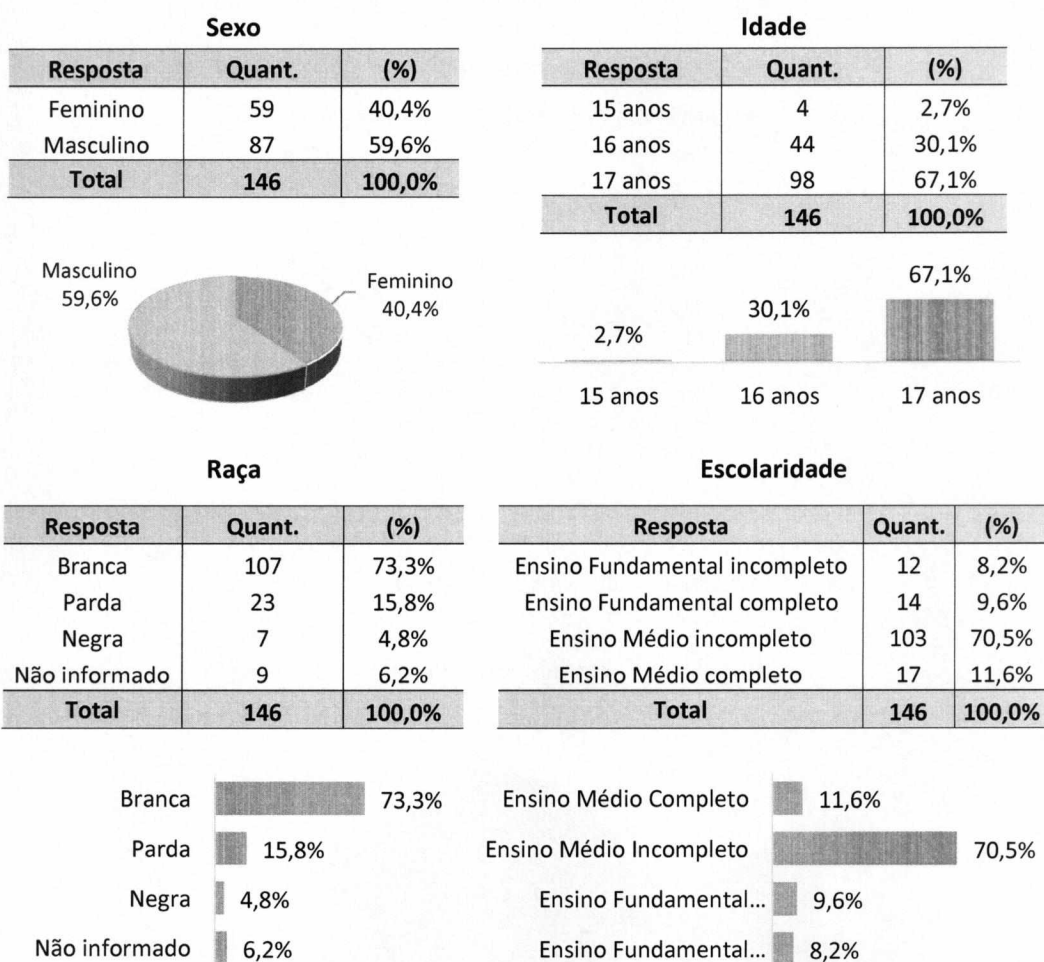
Descrição	Situação Encontrada	Comentário
Manter empregado demitido sem justa causa trabalhando, sem o respectivo registro ou recebendo indevidamente o benefício.	Regular	Não foram encontrados trabalhadores recebendo Seguro desemprego.
Manter trabalhador com idade inferior a 18 (dezoito) anos em atividade nos locais e serviços insalubres ou perigosos conforme regulamento.	Regular	Não manter trabalhador menor de 18 (dezoito) anos em atividade nos locais e serviços insalubres e perigosos.
Manter trabalhador com idade inferior a 18 (dezoito) anos prestando serviços em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral ou social.	Regular	Não foram encontrados trabalhadores menores em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento.
Manter em serviço trabalhador com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos. Situação encontrada.	Regular	Empregador não mantinha em serviço trabalhador menor de 16 (dezesesseis) anos.
Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	Regular	Os empregados encontrados estavam registrados.

10. PROMOÇÃO AO TRABALHO

A RAIS é uma obrigação acessória, entregue ao MTE com o objetivo de mensurar e controlar as atividades trabalhistas no país, a quantidade de empregos formais, o provimento de estudo e dados estatísticos relacionados ao trabalho. Com esta base buscou-se o quantitativo dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho (de 14 a 17 anos) das empresas contratantes e das vagas preenchidas em Ibitinga.

A maioria dos adolescentes contratados, segundo a RAIS, são do sexo masculino (59,6%), têm 17 anos (67,1%), são da raça branca (73,3%) e têm o Ensino Médio incompleto (70,5%).

Tabela 90 – Perfil do adolescente contratado segundo a RAIS



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais), 2017

A forma de contratação é na maioria dos casos como aprendiz (61%).

Tabela 91 – Forma de contratação na RAIS

Contrato	Quant.	(%)
Aprendiz	89	61,0%
CLT Urbano	57	39,0%
Total	146	100,0%



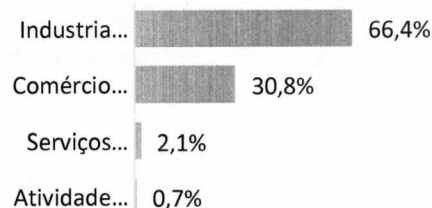
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais), 2017

Segundo as características que constam na RAIS, 66,4% das empresas contratantes são indústria extrativista ou de transformação, e tem entre 10 e 250 funcionários (61%).

Tabela 92 – Perfil das empresas contratantes

Subsetor	Quant.	(%)
Indústria extrativista ou de transformação	97	66,4%
Comércio atacadista ou varejista	45	30,8%
Serviços em geral	3	2,1%
Atividades financeiras, seguros e relacionadas	1	0,7%
Total Geral	146	100,0%

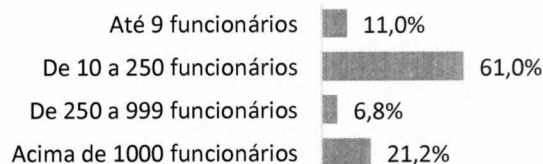
Subsetor



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais), 2017

Número de funcionários da empresa contratante

Número de funcionários	Quant.	(%)
Até 9 funcionários	16	11,0%
De 10 a 250 funcionários	89	61,0%
De 250 a 999 funcionários	10	6,8%
Acima de 1000 funcionários	31	21,2%
Total Geral	146	100,0%

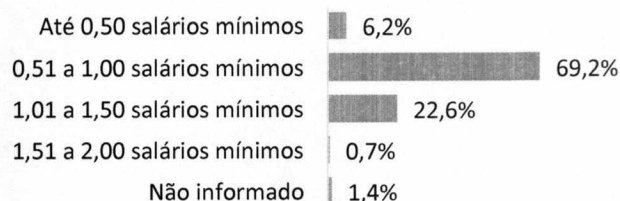


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais), 2017

69,2% dos adolescentes ganham entre 0,51 a 1,00 salário mínimo.

Tabela 93 – Salário recebido pelos contratados segundo a RAIS

Salário	Quant.	(%)
Até 0,50 salário mínimo	9	6,2%
0,51 a 1,00 salário mínimo	101	69,2%
1,01 a 1,50 salário mínimo	33	22,6%
1,51 a 2,00 salários mínimos	1	0,7%
Não informado	2	1,4%
Total Geral	146	100,0%



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais), 2017

Nenhum adolescente está com mais de 48 meses de contrato. A maioria, 45,2%, está com 6 meses a um ano de contrato.

Tabela 94 – Tempo de contratação segundo a RAIS

Tempo	Quant.	(%)
Até 6 meses	43	29,5%
De 6 meses a um ano	66	45,2%
De 1 a 2 anos	37	25,3%
Total Geral	146	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais), 2017

Como os dados da RAIS não permitem a identificação de região de residência, foi construída a taxa a nível municipal de contratação segundo a RAIS, apresentada na Tabela 95. Segundo os dados de 2017 são 44 adolescentes contratados formalmente a cada mil habitantes de Ibitinga.

Tabela 95 – Taxa de contratação de adolescentes – RAIS

Região	Adolescentes de 14 a 17 anos	Adolescentes infratores	Taxa (1.000 Hab.)
Ibitinga	3.298	146	44,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais), 2017

- **Programa Ação Jovem**

O Programa Ação Jovem tem como objetivo promover a inclusão social de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, prioritariamente até $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, mediante ações complementares de apoio à iniciação profissional e transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário do Estado.

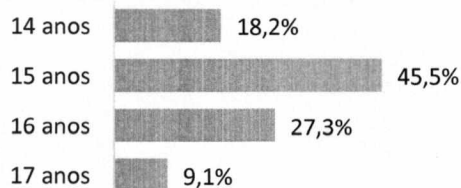
Público-alvo: estudantes de 15 a 24 anos, com prioridade para aqueles com renda familiar de até $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo por pessoa.

- Valor R\$ 80,00 por jovem/ mês;
- Abrangência: presente em 642 municípios.

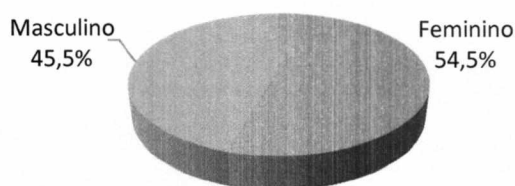
De acordo com a Resolução SEDS nº 13, de 03 de agosto de 2015, fica estabelecido que o Cadastro Único para programas sociais, o CadÚnico, regido pelo Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, será a referência para seleção de beneficiários dos programas desenvolvidos pela SEDS.

Tabela 96 – Perfil dos jovens do Programa Ação Jovem

Idade	Quant.	(%)
14 anos	2	18,2%
15 anos	5	45,5%
16 anos	3	27,3%
17 anos	1	9,1%
Total Geral	11	100,0%



Sexo	Quant.	(%)
Feminino	6	54,5%
Masculino	5	45,5%
Total de Jovens	11	100,0%

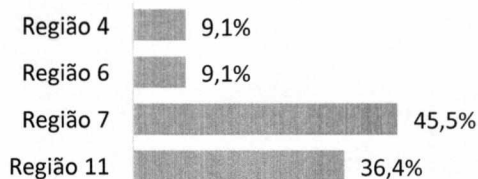


Fonte: Programa Ação Jovem, 2017.

Os 11 jovens são de quatro regiões de Ibitinga, sendo a que tem mais jovens no programa é a Região 7 com 45,5%.

Tabela 97 – Região de residência dos jovens do Programa Ação Jovem

Região	Quant.	(%)
Região 4	1	9,1%
Região 6	1	9,1%
Região 7	5	45,5%
Região 11	4	36,4%
Total de Jovens	11	100,0%



Fonte: Programa Ação Jovem, 2017.

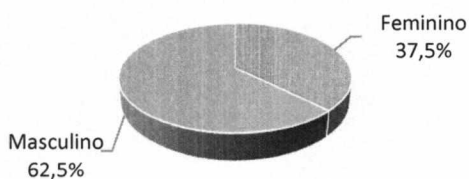
- **Estágio e Aprendizagem**

No município de Ibitinga foram mapeadas três instituições que atuam na área de profissionalização: CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola); CECRIBI (Centro de Capacitação e Requalificação das Indústrias de Bordados de Ibitinga) uma parceria entre o estado (Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia) com apoio do SENAI e do Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga; e ETEC (Escola Técnica Estadual). Todavia, apenas o CIEE informou os dados.

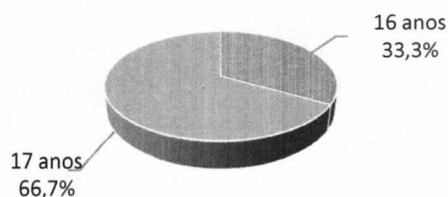
O CIEE tinha 24 adolescentes em estágio, sendo a maioria do sexo masculino (62,5%) e com 17 anos (66,7%).

Tabela 98 – Perfil dos adolescentes dos estágios do CIEE

Sexo		
Sexo	Quant.	(%)
Feminino	9	37,5%
Masculino	15	62,5%
Total Geral	24	100,0%



Idade		
Idade	Quant.	(%)
16 anos	8	33,3%
17 anos	16	66,7%
Total Geral	24	100,0%

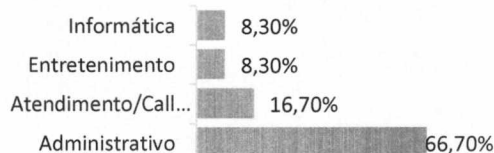


Fonte: CIEE (Estágio), 2017

Eles atuavam na área administrativa em 66,7% dos casos.

Tabela 99 – Área dos adolescentes dos estágios do CIEE

Área	Quant.	(%)
Administrativo	16	66,7%
Atendimento/Call Center	4	16,7%
Entretenimento	2	8,3%
Informática	2	8,3%
Total Geral	24	100,0%

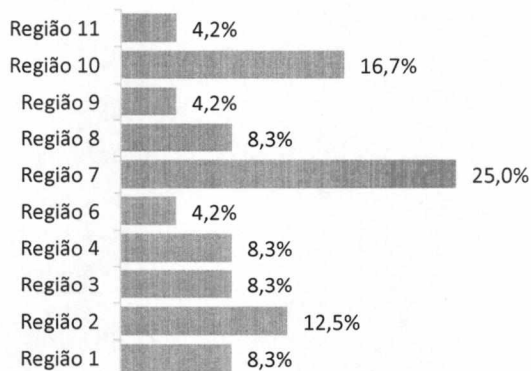


Fonte: CIEE (Estágio), 2017

As regiões com maior número de adolescentes em estágio é a Região 2 (12,5%), a Região 7 (25%) e a Região 10 (16,7%). A Região 5, a Região Rural e a Cambaratiba não tinham nenhum adolescente em estágio no ano de 2017.

Tabela 100 – Região de residência dos adolescentes estagiários do CIEE

Região	Quant.	(%)
Região 1	2	8,3%
Região 2	3	12,5%
Região 3	2	8,3%
Região 4	2	8,3%
Região 6	1	4,2%
Região 7	6	25,0%
Região 8	2	8,3%
Região 9	1	4,2%
Região 10	4	16,7%
Região 11	1	4,2%
Total Geral	24	100,0%

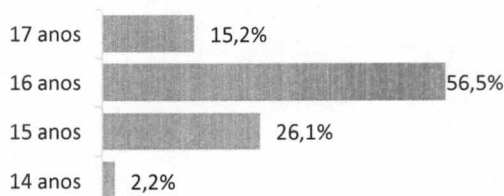
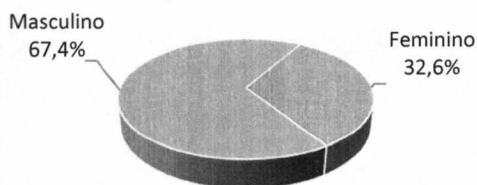


Fonte: CIEE (Estágio), 2017

Os aprendizes também são na maioria do sexo masculino (67,4%), predominando a idade de 16 anos (56,5%).

Tabela 101 – Perfil dos adolescentes aprendizes do CIEE

Sexo			Idade		
Sexo	Quant.	(%)	Idade	Quant.	(%)
Feminino	15	32,6%	14 anos	1	2,2%
Masculino	31	67,4%	15 anos	12	26,1%
Total Geral	46	100,0%	16 anos	26	56,5%
			17 anos	7	15,2%
			Total Geral	46	100,0%



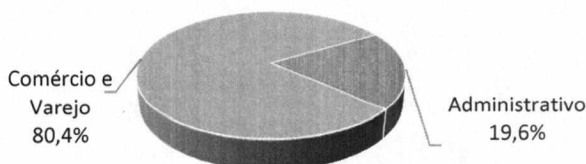
Fonte: CIEE (Aprendizagem), 2017

A área de atuação de 80,4% é o comércio e o varejo.

Tabela 102 – Área de atuação dos adolescentes aprendizes do CIEE

Área	Quant.	(%)
Administrativo	9	19,6%
Comércio e Varejo	37	80,4%
Total Geral	46	100,0%

Fonte: CIEE (Aprendizagem), 2017

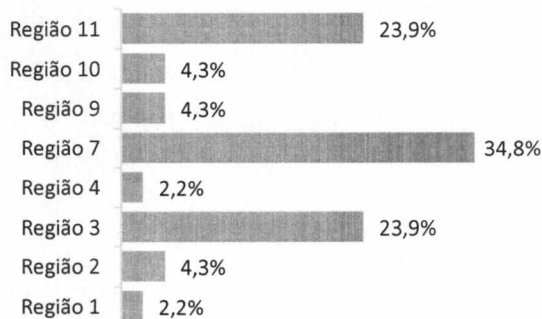


As regiões com maior número de adolescentes em programa de aprendizagem é a Região 3 (23,9%), a Região 7 (34,8%), e a Região 11 (23,9%). As Regiões 5, 6, 8, Rural e a Cambaratiba não tinham adolescente em estágio no ano de 2017.

Tabela 103 – Região de residência dos adolescentes aprendizes do CIEE

Região	Quant.	(%)
Região 1	1	2,2%
Região 2	2	4,3%
Região 3	11	23,9%
Região 4	1	2,2%
Região 7	16	34,8%
Região 9	2	4,3%
Região 10	2	4,3%
Região 11	11	23,9%
Total Geral	46	100,0%

Fonte: CIEE (Aprendizagem), 2017



PARTE V

A Parte V finaliza este primeiro volume com a apresentação dos resultados das oficinas realizadas com a rede de atendimento; nesta parte estão contempladas as recomendações para o Plano do Trabalho Infantil, o fluxo e as considerações finais.

11. OFICINA PARA ESTRUTURAÇÃO DOS FLUXOS E PROCEDIMENTOS DA REDE DE PROTEÇÃO COM FOCO NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

A versão preliminar do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil é resultado da oficina “Diagnóstico do Trabalho Infantil”, realizada em Ibitinga nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2019. A oficina contou com a participação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos do Município. Estiveram presentes profissionais dos setores de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Ministério Público e Conselho Tutelar, além de uma representante do Legislativo.

A oficina teve por objetivo discutir “o que sabemos” e “o que queremos” em relação à situação do trabalho infantil no Município. No período da manhã do primeiro dia, as facilitadoras apresentaram conceitos centrais sobre o tema, incluindo o que é o trabalho infantil e suas piores formas, as principais legislações e medidas de erradicação (Decreto 3.587/2000, Convenção 182 da OIT, ECA). No período da tarde foi apresentado o “Diagnóstico do Trabalho Infantil”, realizado pela Painel Pesquisas, e na sequência, os pontos centrais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: objetivos, princípios, transformações ao longo do tempo, o papel de cada um dos entes federados e os Eixos Estratégicos do PETI.

A metodologia da oficina envolveu o uso de mostra de vídeos, dinâmicas de grupo, além da exposição das facilitadoras, valorizando a experiência e a produção de conhecimento dos profissionais envolvidos. A facilitação envolveu, ainda, perguntas disparadoras, estimulando a reflexão e a troca de experiências entre os envolvidos.

No segundo dia, os participantes foram convidados a trabalhar em cinco grupos multidisciplinares, envolvendo profissionais de diferentes setores de políticas, para a produção de uma versão preliminar do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho infantil contendo objetivos, prazos e responsáveis pelas metas estabelecidas nos Eixos Estratégicos (MDS, 2018).

Figura 4 – Eixos Estratégicos do PETI (MSD, 2018)

EIXO 1. INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

- Sensibilização da sociedade
- Articulação interinstitucional
- Realização de campanhas de divulgação
- Mobilização da rede

EIXO 2. IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

- Diagnóstico Sócio territorial
- Busca ativa
- Denúncias
- Notificação por agentes públicos
- Inserção no CadÚnico

EIXO 3. PROTEÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS

- Inserção na rede socioassistencial
- Inserção em serviços das políticas setoriais
- Criação de fluxos de atendimento

EIXO 4. DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO

- Fomento a ações de fiscalização do trabalho
- Aplicação de penalidades, multas ou sanções aos estabelecimentos exploradores do trabalho infantil
- Medidas protetivas às crianças, adolescentes e suas famílias
- Articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e outros órgãos de defesa de direitos

EIXO 5. MONITORIAMENTO DAS AÇÕES DO PETI

- Monitoramento de serviços ofertados às crianças e adolescentes
- Monitoramento da identificação e cadastramento (C.A. e famílias)
- Acompanhamento de ações estratégicas da Agenda Intersetorial do PETI

- **Principais resultados do Diagnóstico – Trabalho Infantil/2018**

A produção da versão preliminar do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil levou em conta o diagnóstico realizado em 2018, cujos principais resultados indicam que:

- ✓ 35,3% (236) do total crianças e adolescentes entrevistados (669) estão em situação de trabalho irregular.

Considerou-se situação irregular as seguintes situações:

Figura 5 – Classificação de situação irregular (Painel Pesquisa, 2018)

<p>Trabalho informal ou eventual</p> <ul style="list-style-type: none"> • De 14 a 17 anos – Sem contrato/carteira assinada • Trabalho realizado na rua; • Trabalho perigoso ou insalubre • De 10 a 13 anos, qualquer adolescente que faça alguma atividade (exceto atividade doméstica socializadora) 	<p>Atividade doméstica com característica de exploração do trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> • De 10 a 15 anos - que alegaram trabalhar todos os dias mais de 2h por dia • De 16 a 17 anos que alegaram trabalhar todos os dias mais de 4h por dia 	<p>Trabalho realizado na rua</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vendas ou atendimento (vendas na pracinha) • Coleta de material reciclável (latinhas, papelão, vidros, etc.)
<p>Trabalho perigoso ou insalubre</p> <ul style="list-style-type: none"> • De acordo com o Anexo 14 da NR 15 da Portaria 3.214/1978 do MTE, as atividades que mantêm contato com lixo urbano são consideradas insalubres por agentes biológicos: • Coleta materiais recicláveis (latinhas, papelão, vidros, etc.) 	<p>Trabalho em atividades ilícitas</p> <ul style="list-style-type: none"> • De 10 a 15 anos - que alegaram trabalhar todos os dias mais de 2h por dia • De 16 a 17 anos que alegaram trabalhar todos os dias mais de 2 h por dia (classificação redefinida pelos participantes ao longo da oficina) 	<p>Trabalho noturno</p> <ul style="list-style-type: none"> • O horário que o adolescente realiza atividade, conforme critério da legislação

Ao longo da oficina, as classificações utilizadas para a definição do trabalho infantil irregular foram validadas junto aos participantes, que apontaram a necessidade de redefinição da classificação da categoria trabalho doméstico para a faixa etária entre 16 a 17 anos. Os participantes sugeriram que deveria ser considerado trabalho doméstico as atividades realizadas por todas as faixas etárias, durante todos os dias da semana, por mais de duas

horas/dia, inclusive entre 16 e 17 anos. Tal redefinição acarretará maior porcentagem do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular no Município.

A classificação para a modalidade trabalho doméstico entre 16 e 17 anos não altera o fato de que, considerando todas as faixas etárias, as maiores incidências de trabalho infantil estão no trabalho doméstico e na venda e produção de bordado:

- ✓ 77,7% das crianças e adolescentes em situação irregular entre 10 e 13 anos estão inseridas em trabalhos realizados na rua (venda de bordado e coleta de materiais recicláveis) e na confecção de bordados; e 87% da mesma população se dedica ao trabalho doméstico.

Situação irregular de 10 a 13 anos – Tipo de atividade	Obs.	(%) Obs	
Faço atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc...)	94	87,0%	
Cuida de outras crianças e irmãos menores	43	39,8%	
Coleto materiais recicláveis (latinhas, papelão, vidros, etc...)	28	25,9%	} 77,7%
Faço trabalhos manuais ou artesanato (bordados, costuras, bijuterias, etc...)	28	25,9%	
Faço vendas ou atendimento (vendas na pracinha)	28	25,9%	
Ajudo na lavoura (cana, soja, laranja, amendoim, ou outros) ou na criação de animais/gado/pesca/, etc.	8	7,4%	
Trabalho com lavagem de carros ou oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas	4	3,7%	
Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros)	2	1,9%	
Total Geral	108	-	

- ✓ 65,9% das crianças e adolescentes em situação irregular entre 14 e 15 anos dedicam-se à atividade do bordado, seja na venda ou na produção, e 85,4% realizam atividades domésticas.

Situação irregular de 14 a 15 anos – Tipo de atividade	Obs.	(%) Obs.
Faço atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc...)	70	85,4%
Faço trabalhos manuais ou artesanato (bordados, costuras, bijuterias, etc...)	29	35,4%
Cuida de outras crianças e irmãos menores	27	32,9%
Faço vendas ou atendimento (vendas na pracinha)	25	30,5%
Coleta materiais recicláveis (latinhas, papelão, vidros, etc...)	7	8,5%
Ajudo na lavoura (cana, soja, laranja, amendoim, ou outros) ou na criação de animais/gado/pesca/, etc.	3	3,7%
Trabalho com lavagem de carros ou oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas	3	3,7%
Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros)	1	1,2%
Total Geral	82	-

65,9%

- ✓ Na faixa etária entre 16 e 17 anos, o trabalho infantil no bordado, seja na venda ou na produção, alcança 76,1% das crianças e adolescentes em situação irregular, sendo ligeiramente inferior ao trabalho doméstico, que atinge 78,3% da população desta faixa etária (porcentagem que irá aumentar com o novo cálculo).

Situação irregular de 16 a 17 anos – Tipo de atividade	Obs.	(%) Obs.
Faço atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc...)	36	78,3%
Faço vendas ou atendimento (vendas na pracinha)	22	47,8%
Cuida de outras crianças e irmãos menores	16	34,8%
Faço trabalhos manuais ou artesanato (bordados, costuras, bijuterias, etc...)	13	28,3%
Coleta materiais recicláveis (latinhas, papelão, vidros, etc...)	7	15,2%
Ajudo na lavoura (cana, soja, laranja, amendoim, ou outros) ou na criação de animais/gado/pesca/, etc.	3	6,5%
Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros)	2	4,3%
Trabalho com lavagem de carros ou oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas	1	2,2%
Total Geral	46	-

76,1%

Somam-se aos dados, as porcentagens de crianças e adolescentes fora de atividades de cultura e esporte:

- ✓ 83,3% das crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular não frequentam atividades/oficinas relacionadas à cultura.
- ✓ 61,1% das crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular não frequentam atividades/oficinas de esporte.

- **Sobre a utilização dos recursos de cofinanciamento das ações estratégicas do PETI**

A erradicação do trabalho infantil depende do compromisso dos entes federados. Para os municípios que apresentam alta concentração de trabalho infantil é previsto cofinanciamento por parte do governo federal, que é repassado mensalmente. O recurso deve ser utilizado para as atividades previstas nos eixos que compõem as Ações Estratégicas do PETI, sendo definido segundo o tamanho/porte do município.

Quadro 12: Valores do cofinanciamento: governo federal – municípios.

PORTE	R\$
Pequeno I	3.600,00
Pequeno II	4.200,00
Médio	6.000,00
Grande	8.300,00
Metrópole	17.000,00

Na cidade de Ibitinga foi previsto cofinanciamento no valor de R\$ 6.000,00 mensais, ativo em 2005, de acordo com informações do documento “Diagnóstico Intersetorial Municipal. Ibitinga – SP” (MDS/OIT, 2016). O recurso não foi utilizado e o repasse foi suspenso, uma vez que as ações estratégicas não foram implementadas. É preciso que o Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil seja implementado para que os repasses voltem a ocorrer.

Conforme a tabela acima, nota-se que o valor cofinanciado/mês é baixo. Assim, é importante que o município identifique outras fontes de recursos para ativar as ações estratégicas. As normativas do PETI apontam que as ações devem ser realizadas com a participação de todos os setores de políticas, independente do cofinanciamento, sempre que houver identificação de trabalho infantil.

Desse modo, os projetos e programas já em andamento, executados pela rede socioassistencial, e ofertados pelos entes públicos e organizações da sociedade civil nas áreas da cultura, esporte, assistência social, educação, saúde e profissionalização, são estratégicos para a proteção social de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Outra fonte de recurso possível é aquela captada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), assim como do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Fundo Municipal da Assistência Social.

Os estados também são cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Para o cálculo do repasse, são considerados os municípios com alta incidência de trabalho

infantil. É fixado o valor mínimo de R\$ 12.000,00 e o valor máximo de R\$ 50.000,00. O valor depende da adesão dos municípios, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Quadro 13: Valores do cofinanciamento: governo federal – estados

Total de Municípios	R\$
1 até 20 municípios	R\$ 1.000,00 por município
a partir de 21 municípios ou mais	R\$ 500,00 por município excedente

De acordo com a Resolução nº 08, de 18 de abril de 2013, que dispõe sobre o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a estados, municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil, os cofinanciamentos são progressivos, com pactuação bienal (Artigo 1, §1º). As ações estratégicas devem, ainda, ter como foco o cumprimento de metas conforme os Eixos Estratégicos definidos pelo AEPETI (Artigo 1, §2º).

Para saber mais

Leia a Resolução nº 08, de 18 de abril de 2013 disponível no site do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucoes-cnas-2013/>

As regras para a utilização dos recursos do AEPETI estão descritas no documento “Orientação sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento das ações estratégicas do PETI pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS” (MDS, 2015)¹⁰, e se referem às despesas a serem executadas por estados, municípios e o Distrito Federal.

O documento estabelece que as despesas podem ser utilizadas para: (a) estruturação da gestão do PETI e (b) para o desenvolvimento das ações previstas nos cinco Eixos Estratégicos.

Os itens cujas despesas são permitidas estão elencados a seguir. Nota-se que as regras para o cofinanciamento levam em conta as normas do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, além da legislação geral de gestão de recursos públicos. A prestação de contas deve ser feita por meio do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do SUAS (Portaria nº 625/2010, disponibilizado no SUASWEB).

¹⁰ Ver: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/10/Orienta%C3%A7%C3%B5es_recursos_AEPETI1.pdf

- **Contratação de pessoal (Resolução CNAS Nº 17, de 21 de setembro de 2016, Artigo 1º, que altera a Resolução CNAS Nº 32, de 28 de novembro de 2011)**

O município pode utilizar 100% do recurso para o pagamento de profissionais que integrem as equipes de referência do PETI. Esses profissionais podem ser:

- ✓ nomeados para cargo comissionado, desde que haja regulamento específico para tal cargo;
- ✓ servidores públicos nomeados que podem receber gratificação para a função, desde que regulamentado;
- ✓ contratados temporariamente por meio de processo seletivo simplificado pelo período de três anos, que corresponde ao tempo estabelecido para o repasse do cofinanciamento.

- **Deslocamentos**

O recurso pode ser utilizado para deslocamentos necessários ao apoio técnico, acompanhamento e monitoramento, capacitação, sensibilização, identificação, além dos demais deslocamentos previstos nos cinco Eixos das Ações.

Podem ser custeadas despesas estritamente relacionadas com as ações estratégicas do PETI, como:

- ✓ diárias;
- ✓ passagens;
- ✓ locação de veículos e aquisição de combustíveis, desde que as atividades estejam estritamente relacionadas às ações estratégicas do PETI.

- **Contratação de Serviços**

É possível contratar pessoa física ou jurídica, por tempo determinado, e de acordo com termo de referência específico, para desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços relacionados à execução das ações estratégicas do PETI:

- ✓ elaboração de diagnósticos específicos sobre trabalho infantil;
- ✓ desenvolvimento e publicação de material de apoio à realização das ações estratégicas do PETI;
- ✓ realização de estudos e pesquisas relacionados à erradicação do trabalho infantil.

- **Capacitação**

Realização de capacitação, encontros, seminários, oficinas regionais e locais, com o objetivo de mobilizar e qualificar as ações e os serviços do SUAS, imprescindíveis à erradicação do trabalho infantil e em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS.

Os entes federativos podem:

- ✓ contratar pessoa física ou jurídica para ministrar as palestras nos encontros, seminários e oficinas ou treinamentos referentes ao PETI. Essas contratações devem seguir processos licitatórios;
- ✓ locar espaço físico e logística para os encontros, seminários e oficinas sobre trabalho infantil;
- ✓ contratar instituições de ensino;
- ✓ custear diárias e passagens aéreas e terrestres, inclusive para representantes de políticas intersetoriais que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil, para participação nos eventos do PETI;
- ✓ realizar pagamento de passagens e diárias de servidores públicos para participação nas capacitações.

- **Infraestrutura**

Prevê-se custeio de aluguel de equipamentos eletrônicos e de mobiliário, tais como:

- ✓ computadores, contratação de serviços de internet (provedores), impressoras, scanners, Datashow, GPS, tablets, modem, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos para instalação ou ampliação de redes de internet, mesas individuais, mesas de reunião, cadeiras, sofás, estantes, arquivos, armários, gaveteiros, aparelhos de ar condicionado, e outros que sejam necessários.

Os recursos das ações estratégicas do PETI também poderão ser utilizados para alugar espaço para realização de ações.

Também é possível utilizar os recursos para reformular espaço próprio da prefeitura ou secretaria estadual para funcionamento da gestão do PETI, desde que não implique em ampliação de área.

Caso seja necessária a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, poderá ser utilizado o recurso do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS.

- **Divulgação**

Os recursos podem ser utilizados para:

- ✓ realização de campanhas;
- ✓ ações de divulgação, de sensibilização e de esclarecimento da população sobre trabalho infantil;
- ✓ locação de carro de som;
- ✓ confecção de materiais informativos, como cartazes e panfletos, além da divulgação em rádio e televisão.

- **Estruturação da Gestão do PETI nos Municípios**

Segundo a portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016, que estabelece normas gerais para o funcionamento do PETI, a gestão do programa compreende:

- a) O **acompanhamento e monitoramento das ações integrantes** do PETI, dispostas no art. 24-C da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a articulação e interlocução com as políticas setoriais, sociedade civil e órgãos do sistema de garantia de direitos (Cap. III, Art. 8º).
- b) A **articulação intersetorial** das ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil de forma compartilhada e institucional no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal (Cap. III, Art. 9º)
- c) O **controle social**, que deverá ser exercido pelos Conselhos de Assistência Social e pela sociedade civil, articulados com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os demais conselhos das políticas setoriais (Cap. III, Art. 10º).

- **Intersetorialidade, equipe técnica e profissional de referência**

O modelo de gestão do PETI envolve a articulação dos serviços socioassistenciais, das ações intersetoriais e da interlocução com o sistema de justiça, com os órgãos de defesa de direitos e com a sociedade civil. A intersetorialidade e o trabalho em rede são fundamentais para o desenvolvimento das ações estratégicas do PETI.

Figura 6 – Intersetorialidade no PETI



Ao mesmo tempo, a estruturação da gestão do PETI nos municípios, assim como nos estados e no Distrito Federal, deve ser exercida preferencialmente por uma **equipe**, cuja função é **articular, apoiar e organizar as ações estratégicas**. Como visto anteriormente, é possível contratar um profissional para exercer essa atividade de gestão, sem que as equipes técnicas do CRAS e CREAS sejam sobrecarregadas. A implementação do AEPETI não deve acarretar prejuízo à qualidade e ao funcionamento das ações de assistência social já desenvolvidas no município de Ibitinga.

De acordo com o Caderno Técnico do PETI:

“Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão designar uma equipe ou um profissional de referência para atuar na gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Por se tratar de uma violação de direito, **a equipe de referência do PETI deve estar na estrutura da Proteção Social Especial no órgão gestor da Assistência Social**. Esse profissional ou **equipe, ficará responsável pela articulação dos programas e serviços socioassistenciais e intersetoriais, coordenação das campanhas, elaboração de estudos e de diagnósticos, planejamento, registro das informações no SIMPETI, gestão da informação, realização de audiências públicas, capacitação e apoio técnico e monitoramento das ações no território**. Para garantir a boa execução dos recursos destinados à execução das ações, é importante que a equipe ou profissional de referência atue em conjunto com o setor financeiro. Deve, ainda, acompanhar o monitoramento realizado pelos

Conselhos Municipais de Assistência Social que têm competência de fiscalizar e aprovar as ações. A equipe ou técnico de referência deve ser composta, preferencialmente, por profissional(is) de nível superior, seguindo as orientações de composição de equipes do SUAS.

É importante que este profissional tenha experiência sobre a Política Nacional de Assistência Social e compreensão adequada e comprometida com o combate ao trabalho infantil, pois atuará na sensibilização de profissionais, gestores e sociedade civil. **Destaca-se que a equipe ou profissional de referência nos municípios não tem atribuição de atender crianças, adolescentes e suas famílias, mas de mobilizar e monitorar os serviços e programas para priorizar esse público e organizar o atendimento de suas especificidades. Enfatizando-se que esse profissional de referência na gestão deve ser articulador, planejador, mobilizador e avaliador das ações desenvolvidas.**” (MSD, 2018, p.33-34).

- **Apoio da Vigilância Socioassistencial**

A produção, sistematização e análise de dados do território e das situações de vulnerabilidade é um componente importante no modelo de gestão do PETI. Nesse sentido, a Vigilância Socioassistencial tem sido apontada como fundamental no apoio às ações estratégicas. Entende-se por Vigilância Socioassistencial:

“(…) uma área vinculada à Gestão do SUAS que tem como responsabilidade precípua a produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como, de informações relativas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Constitui-se, portanto, como uma área essencialmente dedicada à gestão da informação, mas fortemente comprometida com o efetivo apoio às atividades de planejamento, gestão, supervisão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais. Deve produzir e disseminar informações e conhecimentos que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos”. (MDS/SNAS, s/d, p. 3-4.)

De acordo com site da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social:

“A Vigilância Socioassistencial tem como objetivo a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas:

I – Das **situações de vulnerabilidade e risco** que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;

II – Do **tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial**.

A adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços, vistos na perspectiva do território, deve ser um tema sob permanente análise da área de Vigilância. Essa visão de totalidade é fundamental para a definição de responsabilidade e para o planejamento das ações, integrando necessidades e ofertas”.¹¹

É desejável que as atividades de Vigilância Socioassistencial já estejam consolidadas no município, pois trata-se de uma área da Gestão do SUAS, para que sirva como apoio para as ações estratégicas do PETI.

Para saber mais sobre a Vigilância Socioassistencial

Leia o documento Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial

<https://www.blog.gesuas.com.br/wp-content/uploads/2017/08/vigilancia.jpg>

Ênfase na importância da assistência social no apoio às ações estratégicas do PETI, pois se trata de uma área da Gestão do SUAS, com participação intersetorial e possibilidade de contratação de pessoal para reforçar as equipes.

- **Fluxo: Identificação das situações de trabalho infantil, abordagem e registro no CadÚnico.**

Conforme as normas do PETI, incluindo a Resolução MDSA nº 318, as famílias com crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil deverão ser registradas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal – CadÚnico. A marcação deve ser feita em campo específico (campo 10), independentemente do valor da renda familiar per capita (art.12).

A marcação no CadÚnico é importante para que dê prosseguimento ao Eixo Proteção Social que compreende:

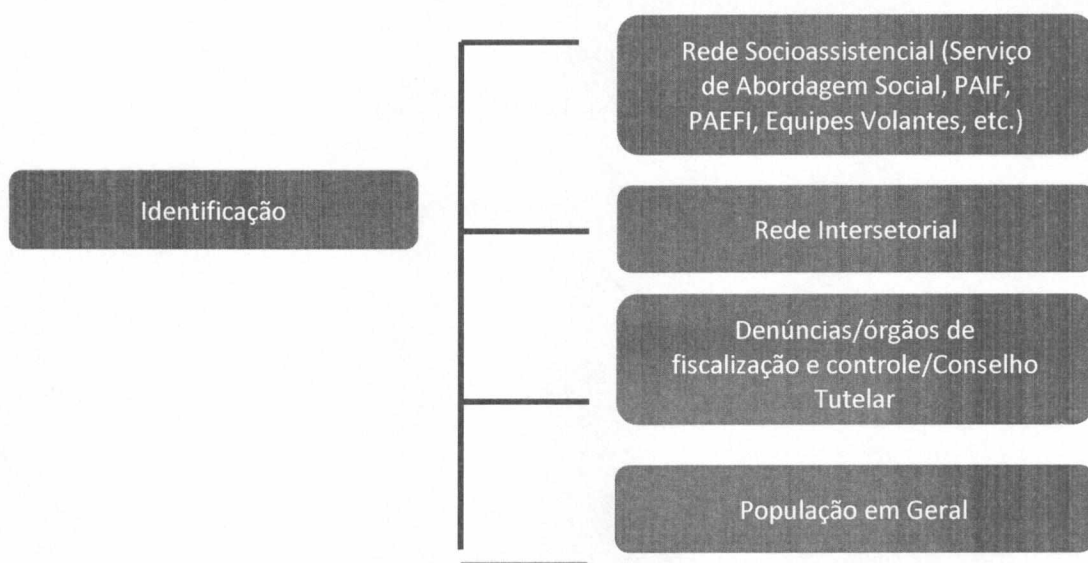
¹¹ Ver: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial> Acesso em: 25 de fevereiro de 2019

- ✓ transferências de renda,
- ✓ trabalho social com famílias,
- ✓ oferta de serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e suas famílias.

A identificação do trabalho infantil pode ser realizada com a participação da sociedade civil, organizações de trabalhadores e de empregadores, órgãos de controle social, mas tal tarefa é de responsabilidade dos entes federados. Nos municípios, a identificação do trabalho infantil deve ser realizada a partir da busca ativa pelas equipes e técnicos de referência do SUAS e das demais políticas setoriais.

O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) lançou uma consulta pública sobre o fluxo de identificação e encaminhamento para os casos de trabalho infantil, cuja proposta segue abaixo.

Figura 7 – Identificação (Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2019)



A proposta também detalha as portas de entrada para a identificação. Nota-se que o setor da Assistência Social não é o único responsável pela identificação, demandando-se, portanto, a efetiva participação e engajamento de setores como a Saúde, Educação, Justiça, Segurança Pública, Conselho Tutelar e atores estratégicos da sociedade civil.

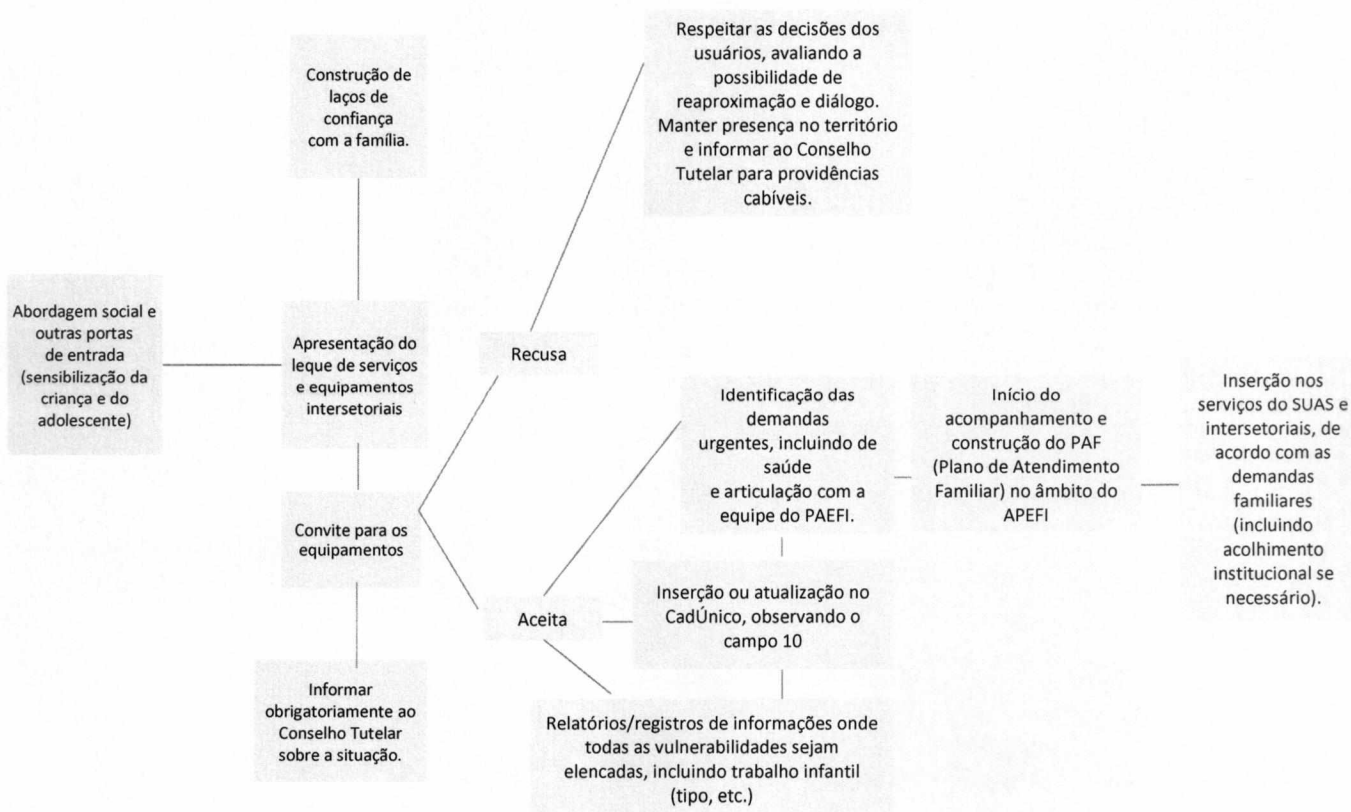
Figura 8 – Porta de entrada para identificação (Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2018)

Conselho Tutelar	Ministério Público do Trabalho e Defensoria	Guarda Municipal; Polícia Militar, Civil, Rodoviária (estadual e federal)
Profissionais de saúde	Profissionais da Assistência Social	Demanda espontânea (família ou criança e adolescente)
Denúncias (anônima, Disque 100, resgate de trabalho análogo ao escravo, etc)	Comerciantes, população em situação de rua, ambulantes, entidades beneficentes, igrejas, população em geral, etc.	Auditor Fiscal do Trabalho
Profissionais de Educação		Internet, rádio, TV, matérias jornalísticas.

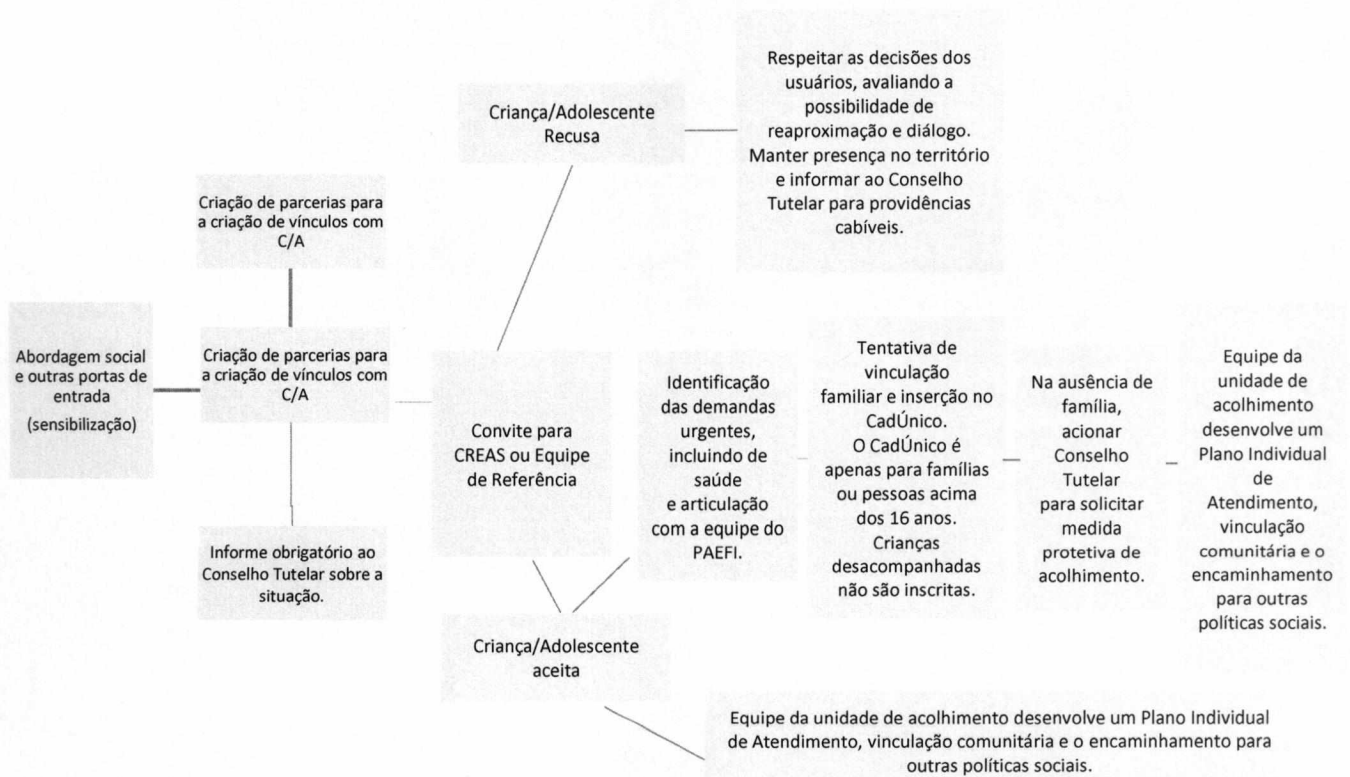
Quanto ao fluxo de atendimento, passando pela identificação, abordagem, registro do CadÚnico e mecanismos de proteção social para as crianças, adolescentes e famílias, o material em consulta pública apresenta organogramas para duas situações:

- crianças e adolescentes acompanhadas por familiares e
- crianças e adolescentes em situação de rua.

Fluxo: crianças e adolescentes acompanhadas por familiares (MC/SNAS, 2018)



Fluxo: crianças e adolescentes em situação de rua (MC/SNAS, 2018)



Sugere-se que os representantes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura, Esporte pactuem sobre o fluxo de atendimento, conforme descrito na versão preliminar do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, Item 1. Eixo 3. Proteção Social.

• Plano Municipal de Erradicação de Trabalho Infantil: versão preliminar

Eixo 1. Sensibilização e Mobilização			
Objetivo	Ações	Prazo de Execução	Público Atingido
1. Sensibilização de profissionais da rede pública e não governamental para a importância da erradicação da sociedade civil.	1.1. Promover audiência pública abrangendo gestores e responsáveis por políticas públicas, visando firmar compromisso com a erradicação do trabalho infantil.	curto (1 ano)	CMDCA, CT, Saúde, CREAS, organizações da sociedade civil (entidades), Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Educação, Ministério Público, OAB, Esporte, Cultura
2. Formação de Profissionais	2. Promover cursos de capacitação permanente de servidores municipais que atuam com a população, visando a identificação das situações de trabalho infantil.	curto (1 ano) e contínuo	Profissionais da Educação, Assistência Social, Saúde, incluindo as equipes volantes do Serviço Especializado de Abordagem Social, Agentes Comunitários de Saúde entre outros.
3. Realização de Campanhas	3.1. Realizar campanha municipal alusiva ao Dia Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (12 de junho) visando sensibilizar a sociedade na temática do trabalho infantil por meio de folders, palestras, carro de som, faixas, rádio e jornal.	curto (1 ano) e anual	Alunos das escolas públicas, a partir de projetos multidisciplinares e elaboração de cartazes para exposição nas escolas e em espaços públicos.
4. Mobilização da rede	4.1. Mobilizar e sensibilizar os diversos atores e segmentos que compõem a rede de proteção social dos territórios para firmar ações de erradicação do trabalho infantil. Inserir no Portal da Prefeitura no prazo de 60 dias após a aprovação do Plano, informações e dados sobre o trabalho infantil no Município. Realizar reuniões trimestrais sobre as ações referentes ao trabalho infantil, envolvendo as instituições do Sistema de Garantias de Direitos.	curto (1 ano) e contínuo, com reuniões trimestrais para análise de resultados	CMDCA, CT, Saúde, CREAS, organizações da sociedade civil (entidades), Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Educação, Ministério Público, OAB, Esporte, Cultura
	4.2. Mobilizar e sensibilizar a classe empresarial do Município e entidades que selecionam estudante para estágio visando ampliar a oferta de vagas, possibilitando a inserção do adolescente em ações de inclusão produtivas nos programas de estágios e programas de aprendiz.	curto (1 ano) e semestral	Sindicatos, comerciantes, Secretaria do Trabalho, Escolas, Sistema S (SESI, SENAI e SESC), CECRIBE, Ministério Público e Ministério Público do Trabalho

5. Mobilizar instrumentos de controle (*durante a oficina este item foi listado no Eixo Identificação)	5.1. Mobilizar o CMDCA para criação de resolução específica sobre a atuação na erradicação do trabalho infantil, envolvendo a fiscalização e controle das políticas públicas.	curto e imediato	CMDCA e FUMCAD
6. Mobilizar o Executivo Municipal para estruturação da Equipe do PETI no Município	6.1. Realizar reuniões para estruturação da equipe do PETI no Município, observando as normas sobre cofinanciamento do AEPETI e as atividades de gestão a serem realizadas (articulação, planejamento, mobilização e avaliação das ações desenvolvidas).	curto (1 ano)	Prefeitura Municipal, Secretaria de Desenvolvimento Social e Comissão do PETI

Eixo 2. Identificação			
Objetivo	Ações	Prazo de Execução	Público Atingido
1. Promover estratégias de produção de dados com base no Diagnóstico Socioterritorial	1.1. Considerar o Diagnóstico do Trabalho Infantil nas estratégias de identificação, com foco nos tipos de trabalho infantil com maior incidência no território: trabalho na produção de artesanato terceirizado, realizado nos domicílios; trabalho doméstico; trabalho na rua (coleta de latas, venda de sorvete e venda de artesanato em feira); tráfico de drogas e prostituição.	curto (1 ano) e contínuo	Todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, respeitando as funções de cada órgão da rede de atendimento, em atuação intersetorial e diálogo com a equipe/profissional do PETI
	1.2. Estruturar o setor de Vigilância Socioassistencial para a produção de dados sobre incidência de trabalho infantil, assim como sobre o tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.	curto (1 ano) e contínuo	profissional da gestão do SUAS no Município
	1.3. Alimentar o SINAN - Sistema Nacional de Notificação com dados sobre acidentes relacionados ao trabalho infantil.	curto (1 ano) e contínuo	profissional da gestão SUS no Município
2. Promover a identificação de situações de trabalho infantil por meio de busca ativa realizada por profissionais da Assistência Social e Saúde, além de identificação por parte dos profissionais	2.1. Orientar 100% das equipes técnicas que atuam na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial para ações de busca ativa no território identificação de ocorrência de trabalho infantil entre crianças, adolescentes e famílias já atendidas. Informar o Conselho	curto (1 ano) e contínuo	profissionais da assistência social

de educação, Conselho Tutelar e demais organizações do Sistema de Garantia de Direito.	Tutelar e a Equipe PETI. Registrar no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).		
	2.2. Orientar 100% das equipes de Agentes Comunitários de Saúde que atuam nas unidades básicas de saúde para ações de busca ativa no território. Informar o Conselho Tutelar e a Equipe PETI nos casos de identificação de trabalho infantil.	curto (1 ano) e contínuo	profissionais da Saúde
	2.3. Orientar 100% das escolas municipais para a identificação de infrequência relacionada ao trabalho infantil, com base em registros de acompanhamento. Informar o Conselho Tutelar e a Equipe PETI.	curto (1 ano) e contínuo	profissionais da Educação
	2.4. Orientar a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros para a identificação de casos de trabalho infantil. Informar o Conselho Tutelar e a Equipe PETI.	curto (1 ano) e contínuo	profissionais da Segurança Pública
	2.5. Orientar o Ministério Público e demais órgãos de justiça para identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Informar o Conselho Tutelar e a Equipe do PETI.	curto (1 ano) e contínuo	profissionais do Judiciário
	2.6. Orientar os profissionais da Rede de Proteção Social para a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Informar o Conselho Tutelar e a Equipe do PETI.	curto (1 ano) e contínuo	profissionais de organizações não governamentais e governamentais (esporte, cultura, profissionalização etc.)
3. Promover estratégias de identificação através de denúncias	3.1. Divulgar canais de denúncias através do Disque 100 e de outras organizações locais como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros.	curto (1 ano) e contínuo	Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais órgãos selecionados para receber denúncias.
4. Identificar as redes de exploração do trabalho infantil	4.1. Realizar a identificação das redes de exploração do trabalho infantil com ênfase no trabalho terceirizado de produção de bordados nas residências, e nas demais modalidades de trabalho infantil, retroalimentando o diagnóstico 2018 de modo territorialidade, em diálogo com o Ministério Público do Trabalho.	curto (1 ano) e contínuo	Equipe PETI

4. Registrar casos de exploração do trabalho infantil no CadÚnico	Realizar entrevistas de Cadastro Único, observando possíveis situações de trabalho infantil através da atuação mobilizada de profissionais dos CRAS, em diálogo com a rede socioassistencial.	curto (1 ano) e contínuo	Equipe de profissionais do SUAS no território/ CRAS
-------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------------------------

Eixo 3. Proteção Social			
Objetivo	Ações	Prazo de Execução	Público Atingido
1. Estabelecer fluxos de encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias para os serviços de Assistência Social (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS e Serviço de Proteção Especializado à Famílias e Indivíduos no CREAS), Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Trabalho e Emprego (programas de aprendizagem 14 a 17 anos e trabalho formal para jovens com idade superior a 16 anos).	1. Pactuar um fluxo de encaminhamento levando em conta aquele desenhado durante a oficina e aquele que consta em consulta pública promovida pelo Ministério da Cidadania.	curto e imediato	Secretarias Municipais: Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cultura, Esporte e Lazer
2. Acompanhar as famílias das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil registradas no CadÚnico, pelo PAIF e SCFV/CRAS e PAEFI/CREAS.	Atender e orientar todas as famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, conforme pactuado no fluxo de atendimento.	curto (1 ano) e contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
3. Ampliar oferta de programas e projetos de esporte e cultura nos bairros mais afetados pelo trabalho infantil	3.1. Ofertar atividades de esporte e cultura para todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, com ampliação de atividades de contraturno escolar.	curto (1 ano) e contínuo	Secretarias de Cultura e de Esporte
	3.2. Aprimorar as atividades da Escola Josefa e investir em atividades culturais que reforcem a ideia do bordado como uma propriedade imaterial da cidade.	curto (1 ano) e contínuo	Secretaria de Cultura

4. Criar projeto para crianças e adolescentes filhas/filhos de vendedores de artesanato na feira da cidade.	4.1. Atender crianças e adolescentes filhas e filhos de vendedores e artesãos, bem como filhas/filhos de visitantes, durante os dias feira, através de projeto específico com oficinas lúdicas que valorizem a cultura imaterial do bordado.	curto (1 ano) e contínuo	Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação
5. Encaminhar adolescentes de 14 a 17 anos em situação de trabalho infantil para as ações de Inclusão Produtiva, Programas de Aprendizagem e Estágios	5.1. Atender de forma gradativa 100% da faixa etária, considerando as ações do item 4.2 do Eixo 1.	curto (1 ano) e contínuo	Sindicatos, comerciantes, Secretaria do Trabalho, Escolas, Sistema S (SESI, SENAI e SESC), CECRIBE
6. Realizar oficinas/rodas de conversa visando refletir, informar e orientar as famílias sobre as consequências do trabalho infantil e suas piores formas.	6.1. Incluir rodas de conversa nas atividades dos equipamentos de Assistência Social, Educação e Saúde, utilizando metodologias ativas junto às famílias.	curto (1 ano) e contínuo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, em interface com os profissionais do SUAS, SUS e diretores de escolas públicas.
7. Aprimorar o mapeamento da rede de proteção e serviços ofertados pelas políticas públicas, organizações não governamentais e organizações conveniadas, visando o planejamento de ações integradas no atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.	7.1. Organizar o mapeamento contínuo dos equipamentos públicos e não governamentais e as capacidades/qualidade/quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil atendidos	curto (1 ano) e contínuo	Vigilância Socioassistencial em interface com a Equipe PETI

Eixo 4. Defesa e Responsabilização			
Objetivo	Ações	Prazo de Execução	Público Alcançado
1. Promover articulação com o Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública); Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.1. Articular estratégias de fiscalização e apoio aos órgãos competentes, levando em conta o fluxo de atendimento pactuado.	curto e imediato	Comissão PETI, Equipe PETI, Secretaria de Assistência Social, CMDCA e MP e MPT
	1.2. Estabelecer ações de responsabilização para a efetivação de proteção social das crianças e adolescentes e suas famílias, quando for o caso.	curto e contínuo	Ministério Público

para garantir a aplicação de medida de proteção para crianças e adolescentes.	1.3. Estabelecer estratégias para apresentação do Diagnóstico 2018, do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho infantil	curto e imediato	Comissão PETI, Equipe PETI, Executivo, CMDCA e MP
	1.4. Articular ações de fiscalização, controle e monitoramento do Trabalho infantil, como no caso do CadÚnico.	curto (1 anos) e contínuo	Ministério Público
2. Realizar articulação entre Secretaria de Assistência Social, Equipe PETI, Ministério Público e Ministério Público do Trabalho para fomento de ações de fiscalização, monitoramento e controle do trabalho infantil.	2.1. Formalizar uma agenda de trabalho para atuação na responsabilização e aplicação de Termos de Ajustamento de Conduta, como for o caso.	curto (1 anos) e contínuo	Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Social, Equipe PETI, Executivo, CMDCA e MP e MPT

Eixo 5. Monitoramento			
Objetivo	Ações	Prazo de Execução	Público Alcançado
1. Criar Equipe de Referência PETI no âmbito da Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social em articulação com outras secretarias, para exercer funções de acompanhamento, monitoramento e articulação das ações para a execução do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.	1.1. Instituir através de decreto municipal a Equipe de Referência do PETI imediatamente após a aprovação do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.	curto e imediato	Prefeitura Municipal
	1.2. Monitorar nos três anos de vigência do Plano, 100% das ações estratégicas do PETI, através de planejamento, identificação das principais ocupações, territórios de maior incidência e causas implicadas no trabalho infantil, acompanhando o impacto dessas ações.	curto, com reuniões trimestrais	Secretaria Municipal de Assistência Social: Equipe de Referência PETI e Setor de Vigilância Socioassistencial
	1.3. Monitorar nos três anos de vigência do Plano os equipamentos e projetos da rede socioassistencial no que se refere ao volume e qualidade dos atendimentos às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, bem como suas famílias. Verificar lista de espera e necessidade de contratação de novos profissionais e ampliação de vagas.	curto e permanente	Secretaria Municipal de Assistência Social: Equipe de Referência PETI e Setor de Vigilância Socioassistencial

	1.1. Monitorar nos três anos de vigência do Plano as crianças, adolescentes e suas famílias no que se refere ao cadastramento no CadÚnico, SIMPET, SISC, SINAN e prontuários restritos ao CRAS e CREAS.	curto e permanente	Secretaria Municipal de Assistência Social: Equipe de Referência PETI e Setor de Vigilância Socioassistencial
2. Criar resolução no CMDCA para atuação na erradicação do trabalho infantil, envolvendo a fiscalização e controle das políticas públicas, em conformidade com o item 5.1. do Eixo 1.	2.1. Criar resolução específica.	curto e imediato	CMDCA
3. Monitoramento por parte do Conselho Municipal de Assistência Social.	3.1 Fiscalização e aprovações das ações do APETI no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social.	curto e anual	CMAS

12. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. **Portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016.** Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/24655254/do1-2016-12-14-portaria-n-318-de-12-de-dezembro-de-2016-24655232>

IFDM: **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal** é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

MC/SNAS – Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fluxo para Identificação do Trabalho Infantil (texto para consulta pública).** Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Fluxo%20para%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20Infantil%20para%20Consulta%20P%C3%ABlica.pdf>

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.** Brasília, 2018.

MDS/CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO Nº 08, DE 18 DE ABRIL DE 2013.** Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucoes-cnas-2013/>>.

MDS/OIT – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e OIT/ Organização Internacional do Trabalho. **Diagnóstico Intersetorial Municipal – Ibitinga. Desenvolvimento das Ações Estratégicas Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Brasília, 2016.

MDS/SNAS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional da Assistência Social, Departamento de Proteção Social Especial. **Orientação sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento das ações estratégicas do PETI pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/10/Orienta%C3%A7%C3%B5es_recursos_AEPETI1.pdf>.

Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo. **Programa Ação Jovem.** Disponível em: <

<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/acaojovem>>

13. APÊNDICE 01

PESQUISA QUANTITATIVA – Julho 2018	
Atenção! Preencher este questionário somente se tiver 10 anos a 17 anos.	
A Painei Instituto de Pesquisas está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer o perfil das crianças e adolescentes residentes em Ibitinga Estado de SP e gostaria de saber um pouco mais de você. Fique à vontade para responder, pois ninguém saberá o que você falou, o sigilo é a ética do nosso trabalho— O que pedimos é a sua sinceridade nas respostas.	
Dica para responder:	
1 PERFIL DO ENTREVISTADO	
1.1 Município de Residência:	
1.2 Endereço:	Bairro de residência
1.3 Estado de Nascimento: *	1.4 País de nascimento:
1.5 Sexo (RU): (1) Masculino (2) Feminino	1.6 Qual a sua idade em anos completos (RU)? (1) 10 anos (2) 11 anos (3) 12 anos (4) 13 anos (5) 14 anos (6) 15 anos (7) 16 anos (8) 17 anos
1.8 Religião, Qual? (RU) (1) Católica (2) Evangélica (3) Testemunha de Jeová (4) Espírita (5) Ateu (6) Nenhuma (7) Outra, qual?	1.7 Etnia (raça/cor) (RU) (1) Branco (2) Negro (3) Pardo/mulato (4) Amarelo/oriental (5) Indígena
1.10 Você sabe o que é o Conselho Municipal dos Direitos das crianças e dos adolescentes? (RU) (1) SIM (2) NÃO	1.9 Você participa de algum grupo social? (RM) (1) Não participa (2) Religioso (3) Político (4) Musical (5) Esportivo (6) Cultural (7) Outro, qual?
1.11 Você sabe o que é o Conselho Tutelar? (RU) (1) SIM (2) NÃO	
1.12 Você conhece seus direitos e deveres de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente)? (RU) (1) SIM (2) NÃO (Se SIM, pula para a pergunta 1.14)	
1.13 Se não, porque? (RU) (1) Nunca vi um ECA (2) Uma vez vi um ECA, mas não li (3) Li uma vez, mas esqueci	
1.14 Algum Professor ou Palestrante já falou ou fez algum trabalho sobre o ECA na Escola? (1) SIM (2) NÃO (3) NÃO SABE	
2 AVALIAÇÃO DE ASPECTOS, ÁREAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
2.1 Você estuda? (RU) (1) Sim na rede pública (2) Sim na rede particular (3) Não estudo (Pular para 2.3)	
2.2 Em qual período? (RU) (1) Manhã (2) Tarde (3) Noite (4) Integral	
2.3 Qual a sua Escolaridade? (RU) (1) Não sei ler nem escrever (2) Alfabetizado (sabe ler e escrever pelo menos um bilhete) (3) Ensino Fundamental I Incompleto (1ª ao 5ª ano) (4) Ensino Fundamental I Completo (1ª ao 5ª ano) (5) Ensino Fund. II Incompleto (6ª ao 9ª ano) (6) Ensino Fund. II Completo (5ª ao 9ª ano) (7) Ensino Médio Incompleto (8) Ensino Médio Completo (9) Ensino Médio Técnico (10) Ensino Superior Incompleto	
2.4 Quando você não está na escola, onde você costuma ficar com maior frequência, ou se você não estuda, onde fica com maior frequência? (RU) (1) Rua (2) Praça (3) Quadra (4) Em casa (5) Casa de parentes (6) Casa de amigos (7) Entidades (8) CRAS (9) No trabalho (10) Outro, onde? _____	
2.5 O que você faz nesses locais? (RM) (1) Atividades esportivas (2) Atividades culturais (2) Assistindo TV (3) Na internet ou no celular (4) Estudando (5) Trabalhando (6) Fazendo curso (7) Conversando com os amigos (8) Atividades domésticas (9) Não faço nada (10) Outro, qual? _____	
2.6 Quando você não está na escola, com quem você fica com maior frequência, ou se você não estuda, com quem você fica com maior frequência? (RM)? (1) Sozinho (2) Pai/Mãe (3) Irmão(s) (4) Avó/Avô (5) Babá (6) Vizinhos/conhecidos (7) Amigos (8) Outro. Quem?	
2.7 Você participa/realiza alguma oficina/escolinha de atividade esportiva? (RU) (1) Sim (responde A) (2) Não participa (responde B)	
A - Se respondeu SIM, qual(is) das opções: (RM) (1) Futebol (campo, salão ou rua) (2) Vôlei (3) Natação (4) Bicicleta (5) Skate (6) Dança (7) Atletismo (9) Tênis de mesa (10) Musculação (11) Basquete (13) Lutas (Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo) (14) Outro, Qual? _____	
B - Se respondeu NÃO, por que? (RU) (1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras (4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa () Porque preciso trabalhar (6) Outro. Qual? _____	
2.8 Se fosse possível, que atividade esportiva você gostaria de fazer? (RM)	

2.9 Se sim, qual período você preferiria?

- (1) Matutino (De manhã) (2) Vespertino (De tarde) (3) Noturno (A noite)

2.10 Você participa/realiza alguma atividade/oficina relacionada à cultura? (RM)

- (1) Sim (responde A) (2) Não participa (responde B)

A - Se respondeu SIM, qual(is) das opções: (RM)

- () Aulas de música/canto () Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.) () Teatro () Cinema () Leitura () Museu () Coral () Artes/pintura e desenho () Línguas estrangeiras () Outro. Qual? _____

B - Se respondeu NÃO, por que? (RU)

- (1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras (4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa () Porque preciso trabalhar (6) Outro. Qual? _____

2.11 Se fosse possível, que atividades culturais você gostaria de fazer?

- () Aulas de música/canto () Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.) () Teatro () Cinema () Leitura () Museu () Coral () Artes/pintura e desenho () Línguas estrangeiras () Outro. Qual? _____ () Nenhuma

2.12 Se sim, qual período você preferiria?

- (1) Matutino (De manhã) (2) Vespertino (De tarde) (3) Noturno (A noite)

2.13 Que atividades você realiza para o seu lazer? (RM)

- () Vou à parques e praças () Passeiodromo () Shopping () Assistio TV () Jogos na internet/vídeo game () Visito familiares () Vou à bares e lanchonetes () Balada () Encontro com amigos () Jogos esportivos () Cinema () Teatro () Biblioteca () Não realizo (responde A) () Outro. Qual? _____

A - Se NÃO realiza, por que? (RU)

- (1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras (4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa () Porque preciso trabalhar (6) Outro. Qual? _____

3 BLOCO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – TODOS RESPONDEM DE 10 A 17 ANOS

3.1 Atualmente você realiza alguma das atividades relacionadas abaixo? (RM)

- (1) Faço atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc.)
(2) Faço trabalhos manuais ou artesanato (bordados, costuras, bijuterias, etc.)
(3) Faço vendas ou atendimento (vendas na pracinha)
(4) Coleta materiais reciclável (latinhas, papelão, vidros, etc.)
(5) Cuida de outras crianças e irmãos menores
(6) Trabalho com lavagem de carros ou oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas
(7) Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros)
(8) Ajudo na lavoura (cana, soja, laranja, amendoim ou outros) ou na criação de animais/gado/pesca, etc.
(9) Nenhuma das atividades (Se tem de 10 a 13 anos pula para o Bloco 6
Se tem de 14 a 15 anos pula para o Bloco 4
Se tem 16 a 17 anos pula para o Bloco 5)

3.2 Para quem você realiza essas atividades? (RM)

- (1) Para minha Família (pai, mãe ou irmãos)
(2) Para outros parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)
(3) Para mim mesmo
(4) Para amigos
(5) Para outras pessoas (terceiros): para meu chefe, vizinho, patrão ou outros
(7) Outro, qual? _____

3.3 Em que local você realiza as atividades? (RM)

- (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)
(2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)
(3) Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio
(4) Em um galpão, em uma fábrica ou indústria
(5) Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços
(6) Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças
(7) Outra qual? _____

3.4 Quantos dias por semana você faz esta atividade? (RU)

- (1) Todos os dias da semana (2) Alguns dias na semana (3) Só nos finais de semana

3.5 Quantas horas por dia você faz esta atividade? (RU)

- (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia

3.6 Você recebe dinheiro por esta atividade? (RU)

- (1) NÃO (2) SIM, qual o valor? R\$ _____

3.7 Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM)

- (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro, qual? _____

4 BLOCO PARA ADOLESCENTES DE 14 A 15 ANOS

4.1 Você já participou ou participa de algum programa de "Jovem Aprendiz"? (RU)

- (1) Atualmente sou Jovem aprendiz (responder e ir para pergunta 4.4)
(2) Já fui Jovem aprendiz (responder e ir para a pergunta 4.2)
(3) **Não. Porquê?** (Responder e pular para a pergunta 4.6)
(1) Nunca ouvi falar do programa jovem aprendiz
(2) Já tentei, mas não consigo achar vaga
(3) Conheço o programa, mas nunca procurei / me interessei

4.2 Por quanto tempo esteve no programa "Jovem aprendiz"? (RU)

- (1) Menos de 1ano(2) De 1 a 2 anos

4.3 Por que você não está mais no programa? (RU)

- (1) Acabou meu contrato (2) A empresa cancelou o Contrato (2) Não gostei da atividade (3) Não frequentei as aulas teórico
(4) Outro, qual? _____

4.4 Qual o ramo de atividade que atua ou atuou como "Jovem aprendiz"? (RU)

- (1) Indústria/Fabrica (2) Comércio (3) Serviços/Restaurantes (4) Setor Público (5) Agricultura/plantações (6)
Transporte (7) Hotelaria/turismo (8) Construção Civil (9) Artesanato/Costura/bordado (no salão) (10) Outro,
qual? _____

Se respondeu "(1) ATUALMENTE SOU JOVEM APRENDIZ" na 4.1 pular para a 7.1

4.6 Você está procurando trabalho?

(1) Sim. Por que?

- (1) Ajudar a família
(2) Ter meu dinheiro
(3) Ter uma ocupação
(4) Não ficar sozinho em casa
(5) Outro, qual? _____

(2) Não. Por que? (Responder e pular para a 7.1)

- (1) Não tenho idade para isso
(2) Nunca me interessei para procurar um trabalho
(3) Meus pais não deixam
(4) Outro. Qual? _____

4.7 Por qual motivo você acredita que não conseguiu um trabalho ainda? (Responder e pular para a 7.1)

- (1) Falta de experiência (2) Falta de estudo conforme a faixa etária (3) qualificação profissional (4) Outros _____

4 BLOCO PARA ADOLESCENTES DE 16 E 17 ANOS DE IDADE

5.1 Atualmente você está trabalhando? (RU)

- (1) SIM (2) NÃO, mas já trabalhei (3) Não, nunca trabalhei (pular para a 5.7)

5.2 Se Trabalha ou trabalhou, qual o vínculo empregatício? (RU)

- (1) Contrato de Jovem aprendiz (2) Com carteira assinada (3) Com contrato de prestação de serviço (4) Trabalho em empresa sem carteira assinada e sem contrato (5) Trabalho por conta própria/faço bicos

5.3 Qual o ramo de atividade que atua ou atuou ? (RU)

- (1) Indústria/Fabrica (2) Comércio (3) Serviços/Restaurantes (4) Setor Público (5) Agricultura/plantações (6)
Transporte (7) Hotelaria/turismo (8) Construção Civil (9) Artesanato/Costura/bordado (no salão) (10) Outro,
qual? _____

5.4 Quantas horas por semana você trabalha? (RU)

- (1) 44 horas (2) 30 horas (3) De 20 horas (4) Menos de 20 horas (5) Não sei informar (6) Outro, qual? _____

5.5 Qual o período do dia que você trabalha? (RU)

- (1) De Manhã e Tarde (2) Só de Manhã (3) Só a Tarde (4) ATarde e Noite (até 22h) (5) Noturno (entre 22h até 05h) (6)
Outro, qual? _____

5.6 Qual a remuneração que você recebe pelo trabalho que realiza? (RU)

- (1) Até ½ SM (R\$ 477,00) (2) DE ½ a 1 SM (R\$ 477,00 a R\$ 954,00) (3) de R\$ 1 a 1½ SM (R\$ 957,00 a R\$ 1.431,00) (4) DE
1½ a 2SM (R\$ 1.431,00 a R\$ 1.908,00) (5) DE 2 SM a 3SM (R\$ 1.908,00 a R\$ 2.862,00) (6) Mais de 3SM (R\$ R\$ 2.862,00 e
mais) (7) Não recebo nenhuma remuneração

Se respondeu SIM na 5.1 pular para a 5.9

5.7 Você está procurando trabalho?

(1) Sim. Por que?

- (1) Ajudar a família
(2) Ter meu dinheiro
(3) Ter uma ocupação
(4) Não ficar sozinho em casa
(5) Outro, qual? _____

(2) Não. Por que? (Responder e pular para a 5.9)

- (1) Não tenho idade para isso
(2) Nunca me interessei para procurar um trabalho
(3) Meus pais não deixam
(4) Outro. Qual? _____

5.8 Por qual motivo você acredita que não conseguiu um trabalho ainda?

- (2) Falta de experiência (2) Falta de estudo conforme a faixa etária (3) qualificação profissional (4) Outros _____

5.9 Você já participou de algum programa de "Jovem Aprendiz"? (RU)

- (1) Sim, meu atual contrato é do programa Jovem Aprendiz. (Pular para a pergunta 7.1)

(2) Sim, já fui Jovem Aprendiz

(3) NÃO. Por que? (Responder e Pular para a pergunta 7.1)

(1) Nunca ouvi falar do programa jovem aprendiz

(2) Já tentei, mas não consigo achar vaga

(3) Conheço o programa, mas nunca procurei / me interessei

5.10 Por quanto tempo esteve no programa "Jovem aprendiz"? (RU)

- (1) Menos de 1 ano (2) De 1 a menos de 2 anos (3) Dois anos completos

5.11 Por que você não está mais no programa "Jovem aprendiz"? (RU)

- (1) Acabou meu contrato (2) A empresa cancelou o Contrato (3) Não gostei da atividade (4) Não frequentei as aulas teórico (5) Outro, qual? _____

6. PARA QUEM NÃO REALIZA NENHUMA ATIVIDADE – APENAS PARA 10 A 13 ANOS

6.1 Por que você não realiza nenhuma atividade de trabalho? (RU)

(1) Não tenho idade para isso

(2) Nunca me interessei para procurar um trabalho

(3) Meus pais não deixam

(4) Estou procurando, mas não acho nada.

Por que está procurando trabalho? (RM)

(1) Ajudar a família

(2) Ter meu dinheiro

(3) Ter uma ocupação

(4) Não ficar sozinho em casa

(5) Outro, qual? _____

7. OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (Todos respondem)

7.1 Você já realizou alguma das atividades abaixo:

A) Você já levou ou entregou algum tipo de droga ilícita para outra pessoa a pedido de alguém por dinheiro ou para ganhar algo em troca? (1) NÃO (2) SIM

B) Você já usou o seu corpo, fez carinho ou qualquer outra coisa a pedido de alguém por dinheiro ou para ganhar algo em troca? (1) NÃO (2) SIM

7.2 Você já frequentou ou frequenta algum curso de Idiomas? (RU) (1) NÃO (2) SIM, QUAL?

7.2.1 Para quem respondeu SIM, informar o curso que frequenta?

(1) Inglês (2) Espanhol (3) Alemão (4) Francês (5) Mandarim (6) Português (7) Outra, qual? _____

7.3 Você já frequentou ou frequenta algum outro curso? (RU) (1) NÃO (2) SIM, QUAL?

7.3.1 Para quem respondeu SIM, informar o curso que frequenta?

(1) Informativa (2) Curso Técnico (3) Administrativos (4) Curso de costura, bordado, pintura ou outro relacionado

(5) Outro, qual? _____

7.3.2 Se não, por quê? (RU)

(1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras (4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa () Porque preciso trabalhar (6) Outro. Qual? _____

7.4 Você gostaria de frequentar algum curso? (1) NÃO (2) SIM, QUAL?

7.4.1 Se sim, informar qual o curso gostaria de fazer?

(1) Informativa (2) Curso Técnico (3) Administrativos (4) Curso de idiomas (4) Curso de costura, bordado, pintura ou outro relacionado (5) Outro, qual? _____

7.5 Faça seus Comentários ou Sugestões: _____

8.1 Nome: _____

8.2 Telefone: _____

14. APÊNDICE 02

Oficina sobre trabalho infantil: o que sabemos, o que queremos?

Proposta Preliminar

Facilitadoras:
Ana Paula Galdeano e Maria Helena

Objetivo: A oficina tem por objetivo discutir “o que sabemos” e “o que queremos” em relação à situação do trabalho infantil na cidade de Ibitinga. Por meio da apresentação de conceitos centrais sobre o tema e da exposição do diagnóstico realizado.

Os participantes são convidados a construir, de forma participativa, um fluxo de trabalho para o diagnóstico, atendimento e monitoramento das crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil.

Metodologia: A oficina será realizada através de mostra de vídeos, dinâmicas de grupo e exposição das facilitadoras, valorizando a experiência e a produção de conhecimento do público envolvido.

Público-alvo: profissionais da Sistema de Garantia de Direitos da cidade de Ibitinga (assistentes sociais, professores, educadores, profissionais da saúde, da Justiça, do Ministério Público e das instituições não governamentais que atuam na área da infância e adolescência).

Duração: 2 (dois) dias, com emissão de certificado aos participantes.

PROGRAMA DA OFICINA COM A REDE DE ATENDIMENTO

Primeiro dia

8h30 às 10h – Dinâmica de Grupo: “Quebra gelo”.

Facilitadora: Ana Paula

10h às 12h – O que é o trabalho infantil e quais são suas piores formas?

(10h às 11h) Apresentação do vídeo “Meia Infância” (objetivo: fixar a legislação); “Todos contra o trabalho infantil” (objetivo: refletir sobre a importância de um olhar atento entre os profissionais da Educação) e “Vida de Maria” (discutir sobre a cultura do trabalho infantil).

Após os vídeos, a facilitadora faz uma pergunta disparadora para que os participantes possam contar se identificam a realidade do vídeo no cotidiano de seus trabalhos. **“Vocês identificam a realidade dos vídeos no seu trabalho cotidiano?”**

(11h às 12h). No segundo momento, a facilitadora apresenta a legislação sobre as piores formas de trabalho infantil. Abre-se para a discussão, com uma pergunta disparadora: **“Vocês se surpreenderam com algumas das piores formas de trabalho infantil, como no caso de lava-rápido e tráfico de drogas?”**

Fechamento da manhã: o que diz o ECA sobre o trabalho infantil?

12h às 13h30 – Almoço

13h30 às 15h – Apresentação do Diagnóstico: o que sabemos?

Facilitadora: Maria Helena

Apresentação e discussão.

15 às 17h30 – Construindo Fluxos (Parte 1) – O que queremos?

Facilitadora: Ana Paula

Após a apresentação, os participantes são convidados a refletir sobre os mecanismos de diagnóstico, atendimento e monitoramento do trabalho infantil em Ibitinga, com foco no atendimento das crianças e adolescentes e suas famílias, visando a proteção integral.

Pergunta disparadora: **Como as instituições atuam diante da ocorrência do trabalho infantil? Como fazer a busca ativa? Quais são os procedimentos adotados por cada setor de política e por sua organização?**

Apresentação do “Fluxo de atendimento: proteção à criança e ao adolescente em situação de trabalho infantil no Distrito Federal”. Apresentação da Norma Técnica do Ministério Pública e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Discussão sobre os pontos positivos e negativos do fluxo no DF e a importância da intersetorialidade.

Segundo dia:

Construindo Fluxos (Parte 2) – O que queremos?

Os participantes se reúnem em grupos de profissionais mistos, de diferentes áreas setoriais, para construir fluxos de trabalho. Folhas de papel (tamanho flip chart) são distribuídas para a sistematização de cada grupo, responsável pela construção de fluxos para cada uma das etapas abaixo. Os grupos devem estar atentos para incluir o trabalho intersetorial envolvendo diferentes organizações: CT, MP, escola, CREAS, SEAS, unidades básicas de saúde.

Grupo 1. Identificação do trabalho infantil e registro de informação

Grupo 2. Diagnóstico: averiguação inicial, abordagem especializada e análise da situação

Grupo 3. Aplicação de medidas

Grupo 4. Monitoramento

Na sequência, os grupos apresentam o resultado de suas sistematizações, que serão colados na parede/quadro. Ao final da atividade, cada grupo contribui para a construção do “Fluxo de Atendimento” com instrumentos operativos para o diagnóstico, atendimento e monitoramento das crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil em Ibitinga.

Dinâmica de grupo final.



painel

Pesquisas e Consultoria

www.painelpesquisas.com.br

Rua: Ibirapuera 705 – Floresta - Joiville/SC

e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br

Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043



IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento

FINANCIAMENTO:

